

# Migração e Políticas de Desenvolvimento no Quadro da CPLP

As Diásporas como  
Agentes para o  
Desenvolvimento

Seminário 6 Junho 2006

**Fórum  
Gulbenkian  
Imigração**



IOM - OIM



Com o apoio





# **Migração e Políticas de Desenvolvimento no Quadro da CPLP**

As Diásporas como  
Agentes para o  
Desenvolvimento

Seminário 6 Junho 2006

## AGRADECIMENTOS

No âmbito do Acordo de Cooperação subscrito há quase dez anos entre o Secretariado Executivo da CPLP e a OIM, pela primeira vez foi organizado pela OIM Portugal, com o apoio do IPAD, Fundação Calouste Gulbenkian e ACIME, um seminário sobre “Migração e Políticas de Desenvolvimento no Quadro da CPLP – As Diásporas como Agentes para o Desenvolvimento”, que teve lugar em Lisboa a 6 de Junho de 2006, na Fundação Calouste Gulbenkian. Com vista a promover o maior envolvimento possível dos interlocutores nas questões de migração e desenvolvimento, tanto da sociedade civil como do sector privado, das associações de imigrantes ou representantes institucionais, foram constituídos três grupos de trabalho que, na véspera, abordaram as temáticas do Seminário. As conclusões destes grupos de trabalho foram apresentadas no dia 6 de Junho, contribuindo assim para resultados mais concretos no dia do Seminário. Agradecemos à Fundação Cidade de Lisboa a cedência do espaço para os workshops do dia 5 de Junho de 2006.

Os Membros da organização da Conferência agradecem a participação de todos os Representantes da CPLP que se deslocaram a Portugal e especialmente a do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde, Sua Exa. Sr Dr Victor Borges.

Um particular agradecimento aos Relatores dos grupos de trabalho Paulo Mendes, César Monteiro e Marzia Grassi, bem como ao Professor João Peixoto que colaborou na elaboração das conclusões do Seminário.

Também o nosso agradecimento aos Oradores e Participantes pelo valioso contributo para o sucesso da Conferência.

A concretização desta Conferência só foi possível com o contributo financeiro do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento e da Fundação Calouste Gulbenkian.

### **Membros da Organização:**

Organização Internacional para as Migrações (OIM)  
Secretariado Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)  
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD)  
Fundação Calouste Gulbenkian  
Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME)

**Fotografia capa:** © Tatiana Macedo / Programa Gulbenkian

Criatividade e Criação Artística / Lisboa, 2005

**Design gráfico:** R2 design · [www.r2design.pt](http://www.r2design.pt)

**ISBN** 978 92 9068 370 4

# ÍNDICE

- 6 **Nota introdutória**
- 10 **Agenda do Seminário**
- Conclusões do Seminário**
- 14 João Peixoto
- Sessão de Abertura**
- 20 Isabel Mota
- 21 António Vitorino
- 24 Ndioro Ndiaye
- 27 Embaixador Luis Fonseca
- 30 Embaixador João Gomes Cravinho
- Envolver as diásporas enquanto agentes para o desenvolvimento: Experiências da Política Internacional**
- 34 Franck Laczko e Dina Ionescu
- Apresentação dos resultados dos questionários e respectivas**
- 44 Rui Pena Pires e Filipa Burnay
- Sessão I: Migração e desenvolvimento num contexto regional : O caso da CPLP**
- 50 *Intervenção Principal* – José Manuel Pinto Teixeira
- 55 *Relatora do grupo de trabalho* – Marzia Grassi
- 57 *Comentários*: Júlio César Zelner
- 58 Miguel Mkaima
- Sessão II: Migrantes para o desenvolvimento : o capital humano das diásporas e o papel da integração efectiva em Portugal como um recurso para o desenvolvimento nos países de origem**
- 60 *Intervenção Principal* – Pedro de Vasconcelos
- 64 *Relator do grupo de trabalho* – Paulo Mendes
- 66 *Comentários*: Mário Barros
- 67 Apolinário Mendes de Carvalho
- Sessão III: Migrações: informação, dados e formulação de políticas – o papel da informação nas abordagens políticas ao desenvolvimento nos países de origem e acolhimento**
- 70 *Intervenção Principal* – Rui Marques
- 74 *Relator do grupo de trabalho* – César Monteiro
- 76 *Comentários*: Olinto de Menezes
- 78 Joana Mateus
- Sessão de Encerramento**
- 80 Emílio Rui Vilar
- 82 Victor Borges
- 87 Pedro Silva Pereira

## **Anexo I**

### ***Documentos de apoio***

- 94 Breve descrição da migração para Portugal de outros países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)
- 98 Fomentar as diásporas enquanto parceiros de desenvolvimento entre os países de origem e de destino
- 100 Dados sobre as Migrações e a formulação das Políticas
- 104 A Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)
- 107 Comunidades de Migrantes e Desenvolvimento
- 110 Migração e Desenvolvimento
- 113 Remessas dos Migrantes

## **Anexo II**

### ***Apresentações em PowerPoint***

- 118 Ndioro Ndiaye
- 123 Franck Laczko e Dina Ionescu
- 126 Rui Pena Pires e Filipa Burnay
- 130 Pedro de Vasconcelos

# Nota Introdutória

Nota introdutória

**ANTÓNIO VITORINO**

Comissário Forum Gulbenkian Imigração

**MONICA GORACCI**

Chefe de Missão da OIM em Portugal

A relação entre as Migrações Internacionais e o Desenvolvimento não é nova. Sabemos que, dependendo da forma como a gestão é feita, as migrações podem ser tanto um obstáculo como um instrumento para o desenvolvimento e que o desenvolvimento tem uma influência sobre as migrações e os seus padrões. A crescente relevância que as migrações desempenham no contexto internacional, a celeridade com que a mobilidade global se altera nos nossos dias devido à globalização, a necessidade de encontrar soluções para as experiências dramáticas de pessoas que deixam os seus lares e países em busca de uma vida melhor caindo nas mãos dos traficantes, fazem com que onexo entre as migrações e o desenvolvimento seja, mais do que nunca, uma peça essencial no *puzzle* das migrações globais. O que também contribuiu para congregar os temas das migrações e do desenvolvimento foi a tomada de consciência das importantes contribuições que os migrantes têm e que podem ter para o desenvolvimento de ambos os países de origem e destino. Facto este que também ajudou a colocar os migrantes no cerne do debate. Os migrantes como actores principais no desenvolvimento dos seus países de origem. Contudo, a diáspora resulta, em certas situações, numa importante “fuga de cérebros” dos países de origem. Isto implica a necessidade de inclusão de políticas migratórias nas estratégias de desenvolvimento de forma a elaborar e aplicar os instrumentos necessários para minimizar o impacto negativo da fuga dos cérebros.

O relatório “Migração num Mundo interligado: Novas Linhas para Acções”, da Comissão Global sobre as Migrações Internacionais, dirigido ao Secretário-Geral da ONU, de que a versão portuguesa constituiu a abertura do Fórum Gulbenkian Imigração, dedica uma atenção importante ao tema das migrações e desenvolvimento e ao papel desempenhado pelos migrantes. Este relatório assim como a crescente consciencialização da necessidade de capitalizar o capital humano e financeiro dos migrantes e a importância de obter uma perspectiva global nas questões das migrações conduziram, em Setembro de 2006, em Nova Iorque, pela primeira vez à organização de um Diálogo de Alto Nível da ONU sobre Migrações Internacionais e Desenvolvimento.

Assim, tendo em vista o quadro político actual extremamente importante e a necessidade de contribuir para um debate de sucesso tão concreto e tão de baixo para cima quanto possível, precisamos de focar a nossa atenção e perceber melhor: O que é que os migrantes podem concretamente fazer pelo desenvolvimento dos seus países de origem? Como podem os migrantes ser apoiados para contribuírem realmente? Qual o nexo entre integração e desenvolvimento? E qual o papel dos países de origem e de destino? Como estão os migrantes organizados e como funcionam as associações de diásporas? Como podemos envolver um actor importante como o sector privado neste debate e acções? Como podem os enquadramentos regionais ser usados e quais os recursos necessários para estes poderem fazer a diferença? Como pode o nexo entre migração e desenvolvimento reflectir-se de forma apropriada tanto nas políticas de migração como de desenvolvimento?

Para tentar e para responder a estas questões decidimos organizar um seminário internacional em Junho de 2006 em Lisboa. Optámos por um enquadramento regional em que é falada a mesma língua: a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) que reúne mais de 223 milhões de pessoas, presentes em 8 países espalhados pelo globo, e que neste ano 2006, celebra o seu décimo aniversário. Os seus países membros Angola, Brasil, Cabo



Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Este têm em conjunto uma área de cerca de 10,742,000 km<sup>2</sup>, o que é maior do que a do Canadá. Uma das características únicas da CPLP é que os países membros estão ligados por uma língua comum e partilham factores culturais, o que cria pontes entre estes países separados por grandes distâncias geográficas, situados em diferentes continentes. A CPLP pode ser considerada um fórum de amizade mútua entre as nações lusófonas.

Em conjunto com o Secretariado da CPLP, o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), a Fundação Gulbenkian e o Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME) reunimos todos os diversos parceiros envolvidos: os que elaboram e aplicam políticas dos países da CPLP ou que estão interessados em desenvolver políticas da diáspora; os representantes das comunidades das diásporas e as suas associações; o sector privado e a sociedade civil. Para o efeito identificámos três temas principais:

1. *O quadro da linguagem regional comum*: recentemente, houve nos planos regional, nacional e internacional uma acentuada exigência da inclusão da migração nas estratégias de desenvolvimento e de redução da pobreza. Uma crescente globalização conduz a uma maior consciência da importância de, em primeiro lugar, tratar regionalmente certos fenómenos para se obter resultados mais concretos. Neste contexto, temos vindo a observar os pontos de interacção entre migração e desenvolvimento no quadro da CPLP e como a política de migração pode contribuir para criar um ambiente propício ao desenvolvimento nos países de destino e nos de origem.

2. *O capital humano das diásporas e a função de integração efectiva em Portugal como um recurso para o desenvolvimento dos países de origem*: Tem sido plenamente reconhecida a necessidade de implicação da diáspora no diálogo internacional, embora ainda pouco se saiba acerca das actuais estratégias de integração dos migrantes na promoção de políticas e actividades de desenvolvimento. E também, embora onexo entre migração e desenvolvimento seja reconhecido, acerca do nexo entre integração e desenvolvimento, isto é, o que ocorre quando um migrante se estabelece em termos de contribuição para o seu país de origem, e quais os meios que utiliza para finalmente prestar o seu contributo. Quando há um plano de retorno o investimento toma diversas formas privadas; mas quando não há tal plano e quando não há família a sustentar no país de origem, pode ainda haver contribuição para o desenvolvimento? Se devidamente apoiados por políticas assentes em incentivos os migrantes podem tomar uma decisão informada de contribuição para o desenvolvimento.

3. *Dados sobre migração e formulação de políticas: o papel da informação nas políticas de desenvolvimento nos países de origem e de acolhimento*: a recolha de dados e sistemas de informação permanentemente actualizados são necessários para reforçar a nossa compreensão das interconexões e impactos entre migração e desenvolvimento. É essencial, em matéria de contribuição da migração e das diásporas para o desenvolvimento, o intercâmbio de dados entre os países de envio (dados de saída) e os de acolhimento (dados de entrada). Tendo em conta a rápida mutação de natureza dos fluxos migratórios, é capital a existência de bons dados de qualidade para se obter um quadro preciso das questões de migração e desenvolvimento em cada país da área da CPLP. Temas específicos como os perfis demográficos, as localizações geográficas, o género e os perfis profissionais dos migrantes são ingredientes essenciais na compreensão das diásporas e do seu potencial no desenvolvimento

Esperamos que os resultados da Conferência possam contribuir para progredir com uma adequada política no espaço da CPLP de modo a capitalizar, efectivamente, o potencial humano e financeiro das diásporas a que este exemplo possa ser útil para outros contextos regionais e sub-regionais com os mesmos problemas e que buscam respostas adequadas, coerentes e fiáveis para ganharem efectivamente com a migração e o desenvolvimento. Estamos também convictos de que os resultados desta Conferência ajudarão os países da CPLP a identificar os elementos e os meios para a elaboração de políticas migratórias correctas, plenamente integradas no quadro do desenvolvimento a nível regional, sub-regional e nacional.



# Agenda do Seminário

**Lisboa, 6 Junho 2006**

## **AGENDA**

9:00 – 09:15 h

**Recepção dos participantes**

9:15 – 9:40 h

**Sessão de abertura**

António Vitorino

*Comissário do Fórum Gulbenkian Imigração*

Na presença do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação- Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, e da Directora Geral Adjunta da Organização Internacional para as Migrações

10:00 – 10:20 h

**Rumo a Políticas Migratórias favoráveis ao Desenvolvimento: as contribuições das diásporas**

Frank Laczko e Dina Ionescu

OIM

10:20 – 10:45 h

**Apresentação dos resultados dos questionários e respectivas conclusões**

Rui Pena Pires

ISCTE

10:45 – 11:00 h

*Coffee Break*

11:00 – 13:00 h

**Migração e desenvolvimento num contexto regional: O caso da CPLP**

- *Vantagens de um quadro regional de promoção de abordagens políticas coerentes;*
- *Acordos bilaterais no âmbito do quadro regional;*
- *Lições aprendidas e boas práticas*

**PRESIDENTE DE MESA**

Luís Fonseca

*Secretário Executivo da CPLP*

**CO-PRESIDENTES DE MESA**

Júlio César Zelner

*Embaixador do Brasil*

Miguel Mkaima

*Embaixador de Moçambique*

**CONFERENCISTAS:**

José Manuel Pinto Teixeira

*DG Desenvolvimento (Comissão Europeia)*

Marzia Grassi

*ICS (Relatora do Workshop de 5 de Junho)*

13:00 – 15:00 h

*Almoço*

15:00 – 16:30 h

**Migrantes para o desenvolvimento: o capital humano das diásporas e o papel da integração efectiva em Portugal como um recurso para o desenvolvimento nos países de origem**

- *Envolvimento das diásporas no diálogo internacional para o desenvolvimento: revisão das estratégias actuais para integrar as iniciativas dos migrantes e das diásporas nas estratégias nacionais de desenvolvimento dos seus países de origem;*
- *Integração para o desenvolvimento: a importância de uma integração efectiva das diásporas nas sociedades de acolhimento para a contribuição ao desenvolvimento dos países de origem;*
- *O papel do sector privado no apoio ao envolvimento das diásporas e ao enquadramento das ajudas;*
- *A contribuição das remessas para a ajuda ao desenvolvimento: esquemas de desenvolvimento co-financiado e políticas incentive-based.*

**PRESIDENTE DE MESA**

Ruth Albuquerque  
*Presidente do IPAD*

**CO-PRESIDENTES DE MESA**

Mário Barros  
*Instituto das Comunidades de Cabo Verde*  
Apolinário Mendes de Carvalho  
*Secretário Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Guiné Bissau*

**CONFERENCISTAS**

Pedro Vasconcelos  
*Fundo Multilateral de Investimento – FUMIN*  
Paulo Mendes  
*AIPA (Relator do Workshop de 5 de Junho)*

16:30 – 16:45 h

*Coffee break*

---

16:45 – 18:00 h

**Migrações: informação, dados e formulação de políticas  
- o papel da informação nas abordagens políticas ao  
desenvolvimento nos países de origem e acolhimento**

- *A importância de abordagens baseadas na informação;*
- *Supressão dos vazios de informação: a formulação de mecanismos de informação para políticas eficientes de migração e desenvolvimento;*
- *Relevância da informação na construção de políticas relativas ao capital humano das diásporas;*
- *Remessas: melhorar a informação disponível sobre fluxos e serviços, e sobre o quadro técnico e regulamentar existente.*

**PRESIDENTE DE MESA**

Monica Goracci

*Organização Internacional para as Migrações (OIM)*

**CO-PRESIDENTES DE MESA:**

Olinto de Menezes

*Director da DG de Assuntos Consulares e das Comunidades de  
S. Tomé e Príncipe*

Joana Mateus

*Ministério das Finanças de Angola*

**CONFERENCISTAS:**

Rui Marques

*Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas*

César Monteiro

*(Relator do Workshop de 5 de Junho)*

---

18:00 – 19:45 h

**Sessão de encerramento**

**CONCLUSÕES FINAIS:**

João Peixoto

*ISEG*

Emílio Rui Vilar

*Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian*

Victor Borges

*Ministro dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde*

Pedro Silva Pereira

*Ministro da Presidência*

# Conclusões do Seminário

**João Peixoto**

*ISEG – Instituto Superior de Economia e Gestão  
Universidade Técnica de Lisboa*

Conclusões do Seminário

**JOÃO PEIXOTO**

ISEG, Universidade Técnica de Lisboa



Antes de mais, desejo felicitar os organizadores deste seminário, em particular a Fundação Calouste Gulbenkian e a Organização Internacional para as Migrações (OIM), e também as entidades que com elas colaboraram – CPLP, IPAD e ACIME. Trata-se do primeiro seminário de grande envergadura sobre este tema em Portugal, o que é tanto mais de realçar porque o tema da relação entre migrações e políticas de desenvolvimento, com destaque para o papel das diásporas como agentes para o desenvolvimento, ocupa hoje um importante lugar na agenda da discussão política e da investigação científica internacional. Desejo, também, agradecer o convite que me foi feito para elaborar as conclusões deste encontro. A quantidade, riqueza e proximidade das contribuições, apresentadas ao longo de dois dias muito intensos de trabalho, impede que este esboço de conclusões seja mais rico. Apenas uma leitura atenta das comunicações e conclusões dos workshops, algum tempo após o final deste encontro, permitirá uma melhor visão do que sucedeu.

Quero, ainda, acrescentar que a realização do seminário ocorre num conjunto de circunstâncias muito feliz. Este ano é, como foi referido por um dos intervenientes, marcado por uma série de aniversários: comemoram-se os 50 anos da Fundação Calouste Gulbenkian, os 30 anos da presença da OIM em Portugal e os 10 anos da CPLP. Para além disso, a consciência internacional desperta, cada vez mais, para a necessidade de articular migrações e desenvolvimento e para a inevitabilidade de discutir a regulação mundial das migrações. Ao contrário de muitos outros eixos da globalização, as migrações humanas continuam afastadas de uma discussão multilateral e de uma tentativa de regulação nas instituições internacionais. Ora, precisamente, este ano será marcado pela realização do Diálogo de Alto Nível sobre Migrações Internacionais e Desenvolvimento na ONU. 2006 constituirá, assim, um marco para a reflexão sobre este tema em Portugal, na CPLP e no mundo.

Gostaria ainda de realizar uma brevíssima síntese sobre o estado do conhecimento sobre estas temáticas, na bibliografia internacional. Durante muito tempo, as migrações – entendidas, aqui, no sentido de migração económica – foram tratadas como um fracasso do desenvolvimento, pelo menos do ponto de vista dos países de origem. Esta leitura resultou de duas evidências: as migrações económicas resultam de uma incapacidade de reter as populações locais, cujos objectivos de melhoria de vida apenas podem ser alcançados no exterior; e representam uma perda significativa de recursos humanos, o que se agrava quando incluem alguns dos indivíduos mais dinâmicos ou qualificados de uma população. Estas evidências não devem ainda hoje ser esquecidas. Por muitos contributos positivos que queiramos derivar das migrações, nunca é de mais realçar que, na maioria dos casos, a sua ocorrência não é um acontecimento feliz. Os seres humanos deveriam poder alcançar os seus objectivos económicos e sociais no local que escolhessem, incluindo aquele onde possuem as suas raízes.

Acontece, porém, que as mudanças sociais, de que as migrações são um exemplo, exercem um efeito de retroacção sobre os indivíduos e as instituições. Neste sentido, em lugar de termos ganhos e perdas estáticos, poderemos avançar para uma nova situação onde se tentem reequilibrar contextos. Foi por esta razão que, sobretudo a partir dos recentes anos 1990, se começou a ganhar consciência que podem existir alguns ganhos universais nas migrações. Desde sempre, sabe-se que elas constituem um ganho para o migrante individual (e sua família) e para o país de recepção; mas o país de origem foi sempre considerado perdedor. Se conseguirmos, porém,



minimizar os custos e maximizar os benefícios das migrações, e se conjugarmos as políticas relacionadas com a migração com as políticas de desenvolvimento, as migrações económicas podem ser um jogo com múltiplos vencedores.

Existem duas possibilidades para que as migrações possam ser, não o *caminho* – que nunca serão -, mas um *contributo* para o desenvolvimento. Em primeiro lugar, deve contar-se com o papel dos governos dos países de destino e de origem, bem como com o das instituições internacionais que promovem a regulação dos fenómenos da globalização. Este tema não foi escolhido como objecto de discussão no presente seminário, pelo que não me debruçarei aprofundadamente sobre ele. Devem salientar-se, porém, alguns pontos. Por um lado, a necessidade de articular políticas de imigração com políticas de cooperação para o desenvolvimento é cada vez mais sentida. É clara a ideia que apenas a promoção do desenvolvimento dos países mais pobres poderá propiciar a diminuição da pressão migratória – mesmo se, numa primeira fase, se deve esperar um aumento dos fluxos. Por outro lado, as políticas de imigração não se devem considerar isoladamente de outras políticas, incluindo as comerciais e financeiras. Finalmente, os países de origem poderão também promover políticas integradas de emigração que permitam maximizar os seus benefícios.



Em segundo lugar, deve contar-se com o papel das diásporas como agentes de desenvolvimento – e foi este o tema escolhido para o presente seminário. Se as diásporas são uma realidade muito antiga, a noção de que elas podem ser um contributo para o desenvolvimento do país de origem é mais recente. As suas ligações e impactos são múltiplas: económicas, sociais, culturais, mesmo políticas. Mas apenas as condições geradas pelo mundo contemporâneo, através da melhoria dos meios de comunicação e informação, permitiram que os contactos sejam intensos e causem impactos sistemáticos nas realidades envolvidas. A noção de “comunidades transnacionais”, actualmente muito em voga na bibliografia internacional, apenas se divulgou desde o início dos anos 1990. Admitir que existem comunidades de cidadãos que vivem e actuam em vários países em simultâneo é algo de novo, pelo menos do ponto de vista da intensidade das ligações.

Saliente-se, neste último aspecto, um traço próprio das “comunidades transnacionais” ou, no mesmo sentido, das diásporas. Sabe-se, desde a sociologia clássica, que a existência de laços “comunitários” entre os indivíduos é um dos meios mais fortes de potenciar as relações sociais. Os laços comunitários caracterizam-se pelo altruísmo, a solidariedade e a dádiva; são estes que mantemos com amigos, familiares e conterrâneos. Em contrapartida, os laços “associativos” são permeados pelo interesse egoísta dos indivíduos; são estes que estabelecemos nas trocas económicas e no mercado de trabalho. A grande vantagem das identidades comunitárias, nos países de origem dos migrantes, é a manutenção de fortes vínculos de solidariedade com pessoas e entidades que permaneceram na origem. Ora, se juntarmos a este sólido laço social a criação de um contexto favorável aos interesses dos migrantes, poderemos criar condições para maximizar o impacto dos contributos económicos - remessas financeiras, fluxos comerciais ou investimentos - que resultem das diásporas.

Passemos então às conclusões deste seminário. No meu entender – e com as ressalvas adiantadas anteriormente -, estas podem ser sintetizadas em oito pontos.

- (1) O estado da discussão sobre migrações e políticas de desenvolvimento no quadro dos países lusófonos, com destaque para o papel das diásporas como agentes para o desenvolvimento, é ainda muito embrionário. Existem alguns estudos sobre a importância das remessas sobre as economias nacionais, no caso de Portugal ou Cabo Verde, ou sobre o papel das diásporas, também no caso de Cabo Verde. Mas o tratamento amplo deste tema é ainda incipiente. Os resultados do questionário enviado pela OIM aos representantes das diásporas em Portugal confirmam esta situação. Deve realçar-se, porém, que existe potencial para um importante contributo. São do conhecimento geral, e foram confirmados nos debates deste seminário, os fortes vínculos existentes entre as diásporas residentes em Portugal e os seus países de origem. Por outras palavras, emergem comunidades transnacionais entre vários pares de países lusófonos. O objectivo político deverá ser fortalecer os laços com as diásporas e maximizar os seus contributos para o desenvolvimento.
  
- (2) Deverão ser criadas condições para a integração dos migrantes, no país de destino, e para a circulação das diásporas, entre o destino e a origem, de modo a permitir a maximização dos seus impactos sobre o desenvolvimento. As responsabilidades, neste ponto, residem a vários níveis. No caso do país de destino – neste caso, Portugal –, deve promover-se a integração social e económica dos imigrantes. Deverá ainda existir apoio ao movimento associativo, forma institucionalizada de revelar interesses colectivos e canalizar projectos das diásporas. O apoio técnico à elaboração de projectos e à criação de empresas, por exemplo, poderá viabilizar a participação no desenvolvimento local dos países de origem. Sabe-se que apenas a resolução dos problemas mais imediatos dos imigrantes, incluindo as dificuldades económicas e as relacionadas com o estatuto legal, irá permitir a reorientação dos contributos individuais e colectivos e a mudança da sua agenda de prioridades. O papel do governo português, bem como de várias organizações governamentais e não governamentais, é precioso nesta área. Mas as organizações da diáspora e os imigrantes individuais devem ser também responsabilizados. Como disse um dos participantes neste seminário, deve existir uma “educação para o desenvolvimento”, de modo a que os imigrantes ganhem consciência do seu papel activo no desenvolvimento.  
 No caso dos países de origem, os objectivos devem passar pela manutenção e reforço dos laços de vários tipos com as diásporas. Para além de contactos culturais e políticos dispersos, uma maior intensidade da participação pode passar pela concessão de direitos políticos às comunidades no estrangeiro, permissão da dupla nacionalidade, criação de Conselhos Consultivos das comunidades, entidades políticas ou representantes políticos das diásporas. A diminuição dos entraves burocráticos às relações de várias ordens dos migrantes com a administração pública dos seus países de origem permite, também, uma melhoria e intensificação dos laços. A diminuição dos custos e melhoria dos meios de transporte e comunicação provoca, finalmente, impactos óbvios.
  
- (3) Devem ser criadas condições de boa governação, estabilidade política e eficiência institucional, promovendo um contexto favorável ao desenvolvimento nos países de origem. Se a manutenção de laços pessoais e familiares dos migrantes com os seus países de origem não está nunca em causa, a sua ligação a projectos mais amplos de desenvolvimento carece de condições adequadas.
  
- (4) Devem ser criados mecanismos para aumentar e, sempre que possível, melhorar a eficiência produtiva dos fluxos económicos gerados pelas diásporas. O maior e mais imediato destes fluxos são as remessas dos emigrantes. Pode ser admitido que, mesmo que nada seja feito a nível político e institucional, a existência de remessas é sempre benéfica. Mesmo que elas sejam apenas dedicadas a consumo privado, permitem diminuir a pobreza, pagar dívidas, elevar as condições de vida e investir em recursos humanos preciosos, através da educação e da saúde. No plano macro, o papel das remessas na produção de

efeitos multiplicadores, geração de equilíbrios na balança de pagamentos e provisão de divisas estrangeiras é bem conhecido, pelo que a sua disponibilidade é sempre importante. De modo a aumentar o volume de remessas e promover o uso de canais formais, tudo deve ser feito – no país de destino e no de origem – para diminuir os custos, aumentar a transparência e promover a competitividade das instituições financeiras que operam neste mercado. A utilização de canais informais deve ser desincentivada, de modo a diminuir os riscos e aumentar as possibilidades de efeitos económicos suplementares. A melhoria da informação e a promoção de cultura financeira entre os migrantes favorecerá ainda o aumento dos seus rendimentos.

Como foi lembrado neste seminário, e se sabe a partir de pesquisas realizadas noutros contextos, as remessas são antes de mais um recurso privado dos migrantes, originário e destinado às famílias. Como se escrevia numa das comunicações, “o dinheiro é deles”. A ligação das remessas a um desenvolvimento mais amplo pode, porém, ser efectuada. Tal pode resultar da canalização das poupanças individuais para projectos colectivos, através de organizações da diáspora ou de organizações locais, ou da captação das poupanças por instituições financeiras. Iniciativas de co-desenvolvimento podem ainda ser promovidas, ligando várias entidades financiadoras, incluindo os governos dos países de origem e entidades supra-nacionais, como a União Europeia.

Os benefícios económicos resultantes das diásporas podem ainda ser mais amplos. A consolidação de instituições financeiras eficientes nos países de origem e a maior bancarização dos migrantes permitirão captar e utilizar de forma mais variada as remessas. A criação de produtos financeiros apropriados, através de incentivos fiscais ou outros meios (por exemplo, contas poupança-emigrante), permite uma maior captação das remessas e a sua aplicação noutros contextos. O acesso ao crédito permitirá, ainda, uma maior aplicação das poupanças e mais investimentos em bens e serviços, incluindo a habitação. Para além disto, devem ser estimulados outros fluxos económicos provenientes das diásporas. Estes traduzem-se em trocas comerciais, investimentos e iniciativas empresariais. A ligação dos migrantes ao sector privado das economias dos países de origem pode ser promovida de diversos modos, incluindo a geração de empresas. A noção de “empresários transnacionais” tem sido divulgada recentemente e pode ser potenciada nos países lusófonos.

- (5) Devem existir mecanismos que permitam a transferência de conhecimentos entre a diáspora e os seus países de origem. O objectivo é minimizar os custos da “fuga de cérebros” (*brain drain*) e consolidar uma nova “circulação” ou, mesmo, um “ganho de cérebros” (*brain circulation* ou *brain gain*). Tal deve suceder, desde logo, pela possibilidade de as competências adquiridas pelos migrantes, nos seus países de origem ou no destino, serem eficazmente aplicadas. Do mesmo modo, a aquisição de novas competências, educacionais ou profissionais, deve ser estimulada. A sua aplicação concreta no destino depende de condições de mobilidade social e de reconhecimento de competências. As formas de transferência de conhecimentos podem ser muito variadas. Não é mais necessário que o migrante decida voltar ou ficar, sem hipótese de comportamentos intermédios. A transferência de competências para o país de origem pode passar pelo retorno permanente, por retornos temporários ou pelo “retorno virtual”. Neste último aspecto, os modernos meios de comunicação permitem o desenvolvimento de formas de ensino e aprendizagem, incluindo o ensino à distância e o *e-learning*, e acções de consultoria que prescindem da presença física dos migrantes.
- (6) Deve ser criada e disponibilizada mais informação que permita aos decisores políticos e aos investigadores compreender melhor o papel das diásporas como agentes de desenvolvimento. Os esforços de criação e consolidação de informação - que se podem ligar ao actual Observatório de Fluxos Imigratórios da CPLP - devem ser dirigidos para alguns domínios particulares. Estes incluem informação extensiva sobre fluxos migratórios e características dos migrantes; bases de dados da diáspora, em particular dos

recursos humanos mais qualificados, onde sejam mencionadas as qualificações, profissões e instituições de acolhimento; estudos sobre dinâmicas migratórias e manutenção de laços com os países de origem, onde sejam tratadas as atitudes e disponibilidade dos migrantes para o desenvolvimento dos países de origem, incluindo projectos de retorno (definitivo, temporário ou virtual); e dados sobre fluxos económicos, incluindo remessas (por via formal e informal) e outros intercâmbios resultantes da diáspora, tal como fluxos comerciais e investimento.

- (7) Deve existir consciência da necessidade de articulação, por parte dos governos dos países de origem e de destino, da articulação das políticas de emigração e imigração com outras políticas de desenvolvimento. As migrações, bem como os seus custos e benefícios, não estão isoladas de outras dinâmicas económicas e sociais, e podem prejudicar ou beneficiar vários projectos de desenvolvimento.
- (8) Deve existir um reforço da cooperação a vários níveis: bilateral e multilateral, entre governos dos países envolvidos e instituições supra-nacionais; entre os governos e a OIM, que tão bem conhece e tanto trabalho tem feito sobre a relação entre migrações e desenvolvimento; entre governos, fundações e organizações não-governamentais interessadas na questão do desenvolvimento; e entre os governos dos países de origem e as suas diásporas – que se revelam por vezes divididos, depois de períodos mais ou menos longos de instabilidade e indefinição.

Para finalizar, gostaria de citar uma frase de um dos participantes neste seminário, que sintetiza bem o espírito dos trabalhos: “a diáspora pode participar no diálogo para o desenvolvimento”. O meu desejo é que as diásporas, a CPLP, os governos de origem e de acolhimento, a OIM, as ONGs e as fundações – incluindo a Fundação Calouste Gulbenkian – e, já agora, as universidades, possam criar bons contributos, falados em português, para o Diálogo de Alto Nível sobre Migrações Internacionais e Desenvolvimento a ter lugar este ano, na ONU.

6 Junho 2006

# Sessão de Abertura

**Isabel Mota**

*Administradora da Fundação Calouste Gulbenkian*

**António Vitorino**

*Comissário do Fórum Gulbenkian Imigração 2006/07*

**Ndiaro Ndiaye**

*Directora Geral Adjunta da Organização Internacional para as Migrações*

**Luis Fonseca**

*Secretário Executivo da CPLP*

**João Gomes Cravinho**

*Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação de Portugal*

Sessão de Abertura

## ISABEL MOTA

Administradora da Fundação Calouste Gulbenkian



Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde; Senhor Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e de Cooperação; Senhor Secretário Executivo da CPLP; Senhor Alto Comissário para a Imigração; Senhora Directora Geral Adjunta da Organização Internacional para as Migrações; Senhores Embaixadores; Senhor Dr. António Vitorino; Minhas Senhores e meus Senhores:

Em nome do Conselho de Administração da Fundação Calouste Gulbenkian é com o maior prazer que dou as boas vindas a todos os que se empenharam na organização deste seminário e a todos aqueles que hoje aqui se deslocaram para participar nesta sessão sobre o papel que as diásporas podem assumir na ajuda ao desenvolvimento. A Fundação Gulbenkian tem vindo a dar uma grande atenção às problemáticas associadas aos movimentos transnacionais de migração e no Programa do seu Cinquentenário, que agora comemoramos, foi dado especial destaque ao “Fórum Gulbenkian Imigração”. Neste âmbito, ao longo de um ano realizam-se várias iniciativas que visam contribuir para uma melhor compreensão da realidade da imigração e para reflectir sobre as suas implicações nas nossas sociedades. A realização deste Fórum tem contado com a experiência e o saber do seu Comissário, Dr. António Vitorino e com o apoio empenhado do Alto Comissariado para a Imigração que, na pessoa do seu Presidente, Dr. Rui Marques, desde o primeiro momento, assumiu um papel insubstituível nesta parceria.

Reconhecemos que num quadro de debate sobre a realidade dos fluxos migratórios, das questões da integração dos imigrantes e dos desafios que se colocam à ajuda ao desenvolvimento há que atribuir um papel central às problemáticas associadas às migrações entre países da CPLP. Foi pois, com o maior entusiasmo que acolhemos a proposta da Organização Internacional para as Migrações de integrar no Fórum o tema “das” Migrações e Políticas de Desenvolvimento no Quadro da CPLP. Desde logo pudemos contar com o alto patrocínio do Senhor Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação que a esta iniciativa deu todo o seu apoio.

A preparação e a organização deste seminário contou ainda com a participação e o envolvimento do Secretariado Executivo da CPLP e do Instituto Português de Ajuda ao Desenvolvimento.

A todos apresento os nossos agradecimentos.

Sessão de Abertura

## ANTÓNIO VITORINO

Comissário do Fórum Gulbenkian Imigração 2006/2007



Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde; Sr. Secretário de Estado da Cooperação; Sra. Dra. Isabel Mota; Sr. Embaixador Secretário Executivo da CPLP; Sra. Directora Geral Adjunta da OIM; Sr. Alto-Comissário para as Minorias Étnicas e Migração; minhas Senhoras e meus Senhores:

Como acabou de ser dito pela verdadeira, única e autêntica dona da casa, a Senhora Dra. Isabel Mota, este seminário sobre Imigração e Desenvolvimento insere-se num ciclo que a Fundação Gulbenkian decidiu levar a cabo sobre as políticas de imigração, por ocasião do seu quinquagésimo aniversário.

E quis a coincidência das datas que, neste mesmo ano, também ocorra o décimo aniversário da CPLP, da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, donde ter surgido a ideia de organizar a sessão que hoje nos reúne aqui, em colaboração com o Alto Comissariado para Imigrações e Minorias Étnicas, a Organização Internacional das Migrações, o IPAD e o próprio Secretariado Executivo da CPLP. Tudo isto, até aqui, foi programado.

O que não foi programado é que este seminário ocorra no exacto dia em que o Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, divulga o seu Relatório que vai ser submetido à Assembleia-Geral das Nações Unidas em Setembro próximo como base do denominado “diálogo de alto nível referente às políticas de imigração à escala global”. E a circunstância do Secretário-Geral da ONU divulgar hoje o seu relatório chama particularmente a atenção, obviamente, para a visibilidade e a importância do tema que hoje aqui nos ocupa.

É verdade que as complexas ligações entre imigração e desenvolvimento não são, em si mesmo, novas nem exclusivas dos tempos que correm. O que é novo é, provavelmente, é, isso sim, o desafio que a dimensão actual dos fluxos migratórios coloca, quer em termos de recursos humanos envolvidos, quer em termos de fluxos de capitais com eles relacionados, dimensões estas que interpelam directamente todos os intervenientes no processo migratório: desde logo, os países de destino, as sociedades de acolhimento dos imigrantes, mas também os países de origem, os países donde provêm esses imigrantes e, *last but not the least*, as próprias comunidades de imigrantes. O que exige que o tema seja visto de forma inovadora.

É um desafio novo que se coloca aos países de destino porque, manifestamente, uma integração bem sucedida das comunidades de imigrantes nas sociedades de acolhimento é um factor de potenciação da ajuda ao desenvolvimento, do combate e erradicação da pobreza nos países de origem que cabe travar e desenvolver, em primeira linha, aos países do mundo desenvolvido, aos países de destino e às sociedades de acolhimento. Mas é também um desafio aos países de origem, na medida em que a lógica clássica de olhar para a imigração como caixa registadora das remessas de imigrantes tem que ser, cada vez mais, afastada em benefício de uma política pró-activa que potencialize os recursos humanos e financeiros que as diásporas representam para o desenvolvimento dos países de origem e também para as comunidades imigrantes porque o seu papel afere-se não apenas em termos de inserção nas sociedades de acolhimento, de realização pessoal dos imigrantes nos países que escolheram para viver e trabalhar, mas também na sustentabilidade da sua existência a longo prazo. Esta passa, obviamente, pelo contributo positivo que essas comunidades de imigrantes podem dar para o desenvolvimento dos países de onde são originários e aonde, muitas vezes, pretendem legitimamente regressar após o período em que estiveram imigrados.

Os dados de base sobre esta realidade são de todos conhecidos e podem, aliás, ser respigados do citado Relatório do Secretário-Geral da ONU, que vai ser hoje divulgado. Há duzentos milhões de imigrantes à escala global mas, sobretudo, mais de metade do aumento dos imigrantes, acima de vinte e cinco anos de idade, na década de noventa, é composto por imigrantes altamente qualificados; por quadros que representam um enorme potencial humano em termos de desenvolvimento, mas que representam também uma séria preocupação sobre a “fuga de cérebros” dos países de onde eles são originários. E a primeira grande questão que se coloca é esta: o equilíbrio entre a liberdade de circulação e a garantia da sustentabilidade do desenvolvimento dos países de origem em termos de recursos humanos.

Há um segundo agregado de problemas extremamente significativo. Em termos de remessas dos imigrantes, no ano passado, cerca de 232 biliões de dólares americanos foram envolvidos em termos globais, dos quais 167 tiveram como destino os países em desenvolvimento. Um volume que ultrapassa o volume total da ajuda ao desenvolvimento de todos os países doadores em relação aos países receptores. Mas este volume financeiro pode e deve ser melhor aproveitado e canalizado para o desenvolvimento dos países de origem. No que têm um papel fundamental os serviços financeiros, os bancos, as instituições que estão encarregues de proceder a essas transferências, bem como as instituições de micro-crédito que podem fomentar o espírito de empreendedorismo das comunidades imigrantes nos seus próprios países de desenvolvimento.

A que acresce um fenómeno novo, cada vez mais significativo. O das remessas colectivas de comunidades de imigrantes para promoverem o desenvolvimento sustentado das suas zonas de origem, de forma a que essas remessas não sejam apenas canalizadas para um puro consumo privado, mas possam ter também um efeito propulsor do desenvolvimento colectivo.

O próprio Secretário-Geral das Nações Unidas publicou ontem um artigo no Wall Street Journal em que chamava a atenção exactamente para o que foi a origem da indústria do software na União Indiana, onde o grande factor propulsor desse desenvolvimento foram os expatriados, as diásporas, as comunidades de emigrantes que regressavam e uma massa crítica de empreendedores locais indianos que, através da conjugação de esforços, permitiu criar a base de desenvolvimento daquilo que é hoje uma das grandes histórias de sucesso em matéria de indústrias de software à escala global. Convém, pois retirar as lições deste exemplo bem sucedido de ligação entre desenvolvimento e imigração.

Mas há uma segunda intenção neste seminário hoje. E a segunda intenção, permitam-me que o diga, é de fazer entrar o tema da imigração, de forma organizada e visível, na própria agenda da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Construir um perfil político para a CPLP como realidade migratória. E não apenas com expressão nas relações Sul-Norte e dos fluxos clássicos de imigração entre os países em vias de desenvolvimento e os países desenvolvidos, mas também compreender que hoje esta realidade migratória é hoje cada vez mais também uma realidade Sul-Sul. É uma realidade que se afere nos fluxos migratórios entre uns países do Sul para outros países do Sul e que esta segunda vertente terá cada vez mais importância no futuro.

A preocupação principal que nos anima aqui é, em primeiro lugar, conhecer melhor esta realidade. Os números, a realidade destes fluxos que envolvem, que unem, que ligam os países de expressão oficial portuguesa. A existência de uma base de dados standardizada sobre estes fluxos parece-nos ser, assim, prioritária. Sejam claros. Não nos deixemos envolver numa querela doutrinária sobre conceitos. Há conceitos internacionais suficientemente rodados para este fim. Há conceitos que são utilizados pela União Europeia que podem ser chamados à colação e adaptados aos fins da CPLP. O que interessa acima de tudo é trazer transparência a esses fluxos para melhor perceber a realidade dos fluxos migratórios e a sua dinâmica evolutiva em vez de tentar vãmente dirimir, em sede de discussão estatística, questões conceptuais que são muito interessantes, mas que normalmente tolhem e paralisam a capacidade de intervenção dos decisores políticos.

Em primeiro lugar, conhecer melhor a realidade. Em segundo lugar, afirmar a CPLP como interlocutor à escala global das políticas migratórias. Quer perante a União Europeia, e hoje teremos aqui um painel onde essa questão será particularmente relevante, quer no quadro do diálogo global das Nações Unidas em Setembro próximo.

Em terceiro lugar, parece-nos importante criar uma rede de ligações pessoais sobre política migratória no âmbito da CPLP. Os acordos bilaterais são excelentes, os acordos multi-laterais são óptimos, mas os fenómenos migratórios são fenómenos humanos e, sem essa ligação pessoal,



sem a possibilidade de pegar no telefone e ligar de um país para o outro entre responsáveis da política migratória, muitas das questões que se dirimem nestes seminários e nestas conferências acabam por não ter tradução prática. Esta dimensão humana dos responsáveis de imigração é extremamente importante.

E, obviamente, promover políticas de diálogo sobre a integração de imigrantes nas sociedades de acolhimento, fazendo com que essa integração tenha também não apenas uma componente de fazer com que os imigrantes se sintam bem recebidos nos países para onde emigraram, mas também que, nesses países, sejam interlocutores as diásporas neles organizadas; que as diásporas sejam interlocutores das autoridades locais, neste caso das autoridades portuguesas, e das autoridades dos países de origem para promover parcerias tripartidas, onde os objectivos da luta contra a pobreza, contra a doença, da transferência da tecnologia e da capacidade de canalização das remessas de imigrantes para projectos concretos de desenvolvimento nesses países de origem possam ser uma história de sucesso.



Este seminário interpela governos, em primeiro lugar. Mas interpela também as diásporas. Interpela a sociedade civil em geral. Interpela as empresas e o sector privado, que têm aqui um papel fundamental. Os bancos. As empresas de microcrédito. As empresas cuja actividade em serviços públicos está particularmente no centro das ligações humanas entre os imigrantes e os seus países de origem: os correios, as telecomunicações, as agências de viagem. Diminuir os custos associados a este tipo de actividades é uma forma de responsabilidade social das empresas dos países de destino. E essas empresas também podem e devem associar-se a este esforço das diásporas e dos governos dos países de origem e de destino para promover o desenvolvimento desses mesmos países,

Minhas Senhoras e Meus Senhores. Nestes seminários, normalmente, temos sempre muitas ideias. Isso é bom. Porque sem ideias não há trabalho produtivo. Mas, quando as ideias podem ser associadas a prioridades bem focalizadas, a um número restrito de prioridades bem focalizadas com capacidade de execução, isso ainda é melhor. É este o único desafio que gostaria de vos deixar. Que venham as ideias, mas, sobretudo, que venha a vontade clara de escolher um número limitado de prioridades exequíveis no curto prazo para fazer da imigração uma verdadeira oportunidade para as comunidades de imigrantes, para os países de destino e sobretudo também para o desenvolvimento dos países de origem. Desejo a todos um trabalho muito frutuoso com este estado de espírito e agradeço a vossa atenção.

Sessão de Abertura

## NDIORO NDIAYE

Directora Geral Adjunta, Organização Internacional para as Migrações (OIM)



Excelentíssimos Senhores:

António Vitorino – Comissário do Fórum Gulbenkian Imigração; João Gomes Cravinho – Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação; Isabel Mota – Administradora da Fundação Calouste Gulbenkian; Luis Fonseca – Secretário Executivo da CPLP;

Excelentíssimos Participantes:

É com a maior honra e prazer que estou aqui hoje! **2006** é um ano muito especial para muitos presentes porquanto assinala-se o **10º aniversário** da **CPLP**; completam-se também **30 anos da presença da OIM em Portugal**, culminada pelos 50 anos de existência da **Fundação Calouste Gulbenkian**. É com grande satisfação que, olhando para trás constato os contributos de cada Organização, bem como os nossos esforços colectivos no sentido de avançarmos na causa da *migração* enquanto elo humano que beneficia os migrantes e as sociedades.

Gostaria igualmente de saudar e prestar tributo à parceria exemplar que juntos estabelecemos, uma vez que prosseguimos trabalhando no mundo em constante transformação, que é o mundo das migrações. O Seminário de hoje reúne e congrega os esforços do **Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento**, o **Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal**, a **Fundação Calouste Gulbenkian**, o **Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas** particularmente no que diz respeito às questões das migrações. Permitam-me aqui efectuar uma referência especial e aplaudir o papel empenhado e exemplar do Sr. Dr. António Vitorino, ex-Comissário Europeu para a Justiça e Assuntos Internos, que foi um dos primeiros a lidar com as questões das migrações ao nível da Comissão Europeia e auxiliou a desenvolver a frente para um debate acerca das migrações.

Gostaria muito de aproveitar a ocasião para agradecer o excelente apoio que a OIM de Lisboa recebe do Ministério da Administração Interna de Portugal, especialmente do seu Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, que tem vindo a beneficiar muitos imigrantes cujas contribuições para o crescimento e bem-estar da sociedade são largamente reconhecidos, e que estão igualmente a contribuir para o desenvolvimento dos seus países de origem. Por fim, mas não de somenos importância, desejo congratular e reconhecer as contribuições das associações da diáspora que, de uma forma muito empenhada se envolveram neste evento!

A **Comunidade de Estados CPLP** dispõem de fortes laços históricos, políticos, culturais e sociais que os unem. A OIM reconheceu, desde sempre, a diversidade e riqueza da Comunidade CPLP, uma comunidade que compreende 210 milhões de pessoas e, tendo isso em conta, a OIM e a CPLP concluíram o **Acordo de Cooperação em Dezembro de 1997**. Necessitamos de ir mais além, particularmente através da promoção de iniciativas conjuntas de cooperação técnica na área das migrações, recolha de dados e pesquisa. Com base nas conclusões deste Seminário, a OIM irá destacar a sua abordagem em relação à migração e desenvolvimento, actuando como uma ponte entre as diásporas e a CPLP, e desenvolver projectos em parceria que atendam às necessidades identificadas por ambos e que assegurem o financiamento necessário para estas actividades serem implementadas. Como passo importante nesta direcção é, por exemplo, a criação de uma base de dados sobre diásporas bem formadas e competentes, que poderá ser potencialmente utilizada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, como peritas para o desenvolvimento, e no estabelecimento de cooperação bilateral e projectos de co-desenvolvimento nos países de origem.

Senhoras e Senhores

*Este Seminário* representa ainda outra excelente oportunidade para avançar para novos níveis a nossa colaboração conjunta. A migração é cada vez mais encarada como um instrumento eficaz para o crescimento económico e, através da transferência de recursos humanos podemos realmente auxiliar na criação de uma capacidade para o desenvolvimento. Neste sentido, necessitamos de explorar os meios e formas de *revitalizar os nossos projectos MIDA* para beneficiar os países CPLP. Sinto-me encorajada por desenvolvimentos recentes: **Moçambique** solicitou o nosso apoio para elaborar um estudo sobre os Moçambicanos no exterior, **Angola** está a trabalhar com a OIM no desenvolvimento de projectos sobre remessas. **Cabo Verde** começou a planear uma iniciativa no âmbito da MIDA, que irá beneficiar do inquérito planeado, bem como das lições aprendidas até agora! Acreditamos que a implementação de programas no âmbito da MIDA irão servir melhor as comunidades de migrantes lusófonos e maximizar as suas contribuições para o desenvolvimento.

*Com o decorrer do tempo, os países e as sociedades em toda a parte, cada vez mais, reconhecem o papel fundamental das diásporas na qualidade de agentes para o desenvolvimento.* Eles prestam o seu auxílio no fortalecimento da cooperação entre as sociedades de origem e de acolhimento e serve de ponte para um melhor entendimento entre as pessoas de diferentes origens, vivendo juntos, num mundo cada vez mais globalizado. A OIM começou a trabalhar cada vez mais directamente com as organizações da diáspora e as redes de comunidades de migrantes e tem organizado vários “Iniciativas de Diálogo 24h”. Destinam-se a facultar um fórum para a troca aberta e livre de perspectivas entre os membros das diásporas e os representantes governamentais dos seus países de origem. O diálogo revela a riqueza das contribuições que as diásporas podem efectuar em termos de capital humano através do retorno da migração, retorno virtual, cursos de formação presencial e à distância, bem como em termos de capital social primariamente através das redes de migrantes.

Igualmente importante é o papel desempenhado pelas *remessas dos migrantes* no âmbito da MIDA. Em 2005, as remessas atingiram os 167 bilhões de dólares americanos e os montantes enviados através de canais informais estima-se como sendo três vezes mais elevado. Constituem uma fonte muito importante de trocas externas. Os decisores políticos são fortemente instados a criarem um ambiente de política condutora e sistemas de incentivos de forma a atrair os diversos tipos de remessas, e auxiliar na consolidação das remessas dos migrantes em bolsas de capital para o desenvolvimento e investimento. A MIDA encoraja a utilização voluntária e eficiente das remessas de migrantes, através de poupanças e da utilização de métodos de envio de remessas. Para este efeito, a OIM irá organizar em Julho deste ano um “*Diálogo sobre as remessas para o desenvolvimento*” reunindo representantes dos serviços postais em países desenvolvidos e em desenvolvimento, juntamente com as organizações da diáspora, com vista à discussão sobre as formas e os meios de gerir eficazmente as remessas e destacar o seu papel no desenvolvimento.

Foi motivador saber que a *Fundação Calouste Gulbenkian* escolheu a imigração e a **integração** como um dos temas sob os quais irão celebrar o seu 50º aniversário. A escolha é oportuna e a integração dos migrantes nas sociedades de acolhimento tornou-se num dos maiores desafios. Os migrantes vem de todo o lado e a integração dos migrantes na comunidade de acolhimento passou a ser um dos maiores desafios encarados por muitos governos e sociedades por todo o mundo. A migração internacional é cada vez mais temporária, circular e multi-direccional, apesar da migração permanente de longo prazo ser ainda significativa. As variações nas tendências, direcção e duração destacam a necessidade dos esforços de integração serem contínuos e proactivos. Não existe uma abordagem única para gerir a integração no país de acolhimento. Contudo, os migrantes representam uma fonte importante de informação e as suas experiências são a chave para entender os desafios da migração e integração, bem como para o desenvolvimento de estratégias eficazes de integração.

Senhoras e Senhores,

Apesar do crescente reconhecimento do elo entre a migração e o desenvolvimento, as políticas da maioria dos governos não reflectem essa ligação nos seus enquadramentos nacionais para o desenvolvimento. A migração, enquanto questão transversal, pode contribuir para o desenvolvimento e influenciar positivamente os Objectivos do Milénio (*Millennium Development Goals - MDGs*). A OIM começou a trabalhar com alguns países Africanos no sentido de inscrever a migração nos seus papéis estratégicos para a redução e erradicação da pobreza (*Poverty Reduction Strategy Papers - PRSP*). Este será o primeiro passo para que a migração seja gerida eficazmente pelos decisores políticos como um contributo directo para a concretização dos Objectivos do Milénio. Os preparativos em curso para o Diálogo de Alto Nível para a Migração Internacional e para o Desenvolvimento (*High-Level Dialogue on International Migration and Development - HLD*), agendado para Setembro na Assembleia Geral das Nações Unidas, Nova Iorque, será um momento excelente para a discussão da integração da migração na agenda do desenvolvimento, e todos nós deveríamos contribuir para o reforço do elo entre migração e desenvolvimento, afluindo também os benefícios por explorar.

O Diálogo de Alto Nível é o primeiro evento de alto nível das Nações Unidas totalmente dedicado à migração e desenvolvimento. Assim, cria não só a oportunidade aos Estados para a troca de experiência das melhores práticas na gestão da migração, como também contribuirá para promover a cooperação na migração e desenvolvimento. A OIM identificou 7 mensagens chave para o Diálogo de Alto Nível, a saber :

- Primeira - a migração tem de ser melhor integrada no planeamento e na política de desenvolvimento;
- Segunda - os países carecem de políticas migratórias e capacidade interna para o seu desenvolvimento;
- Terceira - a comunidade empresarial tem de ser chamada ao debate sobre a migração;
- Quarta – é necessário melhorar os mecanismos para encontrar o ponto de equilíbrio entre a oferta e a procura global de mão de obra;
- Quinta – o potencial para o desenvolvimento das diásporas tem de ser explorado e promovido;
- Sexta – consultas a nível regional são uma ferramenta essencial para agir e para a compreensão internacional;
- Sétima – uma melhor compreensão da lei da migração beneficiará os Estados e os migrantes.

Senhoras e Senhores,

Para finalizar, permitam-me que expresse o meu apreço pela organização deste Seminário, o qual marca o ponto de viragem do trabalho da OIM e parceria com os Países CPLP, realçando a nossa cooperação com as associações das diásporas dos Países CPLP. aguardo os resultados deste Seminário, que irão alimentar positivamente o debate global sobre migração e desenvolvimento, muito especialmente com a aproximação do encontro, em Setembro, do Diálogo de Alto Nível. Tenho a certeza de que a migração desempenhará um papel de destaque na próxima Presidência Portuguesa da UE, no segundo semestre de 2007. Vamos aproveitar o tempo disponível para trabalharmos em actividades concretas e na consolidação dos esforços e resultados positivos entretanto obtidos. O compromisso da CPLP no apoio aos esforços das suas diásporas, como agentes de desenvolvimento, será uma componente importante para uma estratégia bem sucedida para a migração e o desenvolvimento. Usemos os resultados deste seminário para nos mostrar o caminho em frente, e comecemos a agir de imediato!

Muito obrigada.

Sessão de Abertura

## LUIS FONSECA

Secretário Executivo da CPLP



Excelentíssimo Senhor Dr. Vítor Borges, Ministro dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde; Excelentíssimo Senhor Dr. João Cravinho, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Portugal; Excelentíssimo Senhor Dr António Vitorino, Comissário do Foro Gulbenkian; Excelentíssima Senhora Dra. Isabel Mota, Administradora da Fundação Calouste Gulbenkian; Excelentíssima Senhora Dra. Ndioro Ndiaye, Directora Adjunta da OIM; Senhoras e Senhores:

É para mim motivo de grande satisfação poder dirigir-me a esta selecta plateia no dia de hoje, para participar do Seminário “Migração e Políticas de Desenvolvimento no Quadro da CPLP”.

Desejo felicitar a Fundação Gulbenkian pela feliz iniciativa de eleger a imigração como tema de debates e realizações com as quais está a comemorar seu cinquentenário, fazendo-nos lembrar que o seu ilustre fundador foi, ele mesmo, um imigrante de sucesso que se empenhou em edificar uma instituição cuja contribuição para o desenvolvimento tanto tem beneficiado os países da CPLP.

Cumpre igualmente salientar o papel da Organização Internacional para as Migrações e da sua Missão em Lisboa na organização deste Seminário, o qual se integra num conjunto de acções a decorrer no âmbito do Ano Internacional das Migrações e que culminará em Setembro em Nova Iorque com o Diálogo de Alto Nível sobre Migrações e Desenvolvimento, promovido pelas Nações Unidas.

A CPLP congratula-se por poder associar-se não só à Fundação Gulbenkian e à OIM como igualmente ao IPAD e ao ACIME neste iniciativa apoiada pelo BPI e participada pelas associações de imigrantes dos países da CPLP cuja presença neste seminário saúdo. A frutuosa cooperação em que nos envolvemos, na abordagem deste tema de crescente relevância no mundo contemporâneo, constitui um exemplo de iniciativas que podem ser desenvolvidas no espaço da CPLP juntando instituições públicas e privadas, organizações da sociedade civil e organismos internacionais.

No momento em que o drama da emigração clandestina interpela a Humanidade, por vezes da forma mais trágica, para a necessidade de soluções que respondam de maneira permanente à degradação das condições de vida de milhões de seres humanos em várias regiões do globo, é oportuno que nos reunamos para analisar o fenómeno migratório como factor de desenvolvimento dos nossos países, concorrendo para ilustrar que tal como é um problema do desenvolvimento, também ele pode contribuir poderosamente para o desenvolvimento dos países a que diz respeito.

Os fluxos migratórios constituem um fenómeno que concerne a todos os Estados da CPLP: todos estão interessados, como destino, como origem e em grande parte nos dois pólos da equação. Países que dantes atraíam imigrantes de várias partes do Mundo são hoje lugar de origem de emigrantes e vice-versa. Os fluxos migratórios no espaço da CPLP não se processam apenas entre os PALOP e o Brasil de um lado e Portugal de outro: há cabo-verdianos em Angola e S. Tomé e Príncipe, guineenses em Cabo Verde, angolanos no Brasil, portugueses no Brasil e em Angola. Os milhões de cidadãos dos nossos países que partiram à busca de melhores condições de existência fora das suas pátrias constituem importante factor de desenvolvimento não só dos seus países de origem mas também de destino. De entre eles encontram-se muitas centenas de milhares de cidadãos que escolheram países da Comunidade como terra de adopção.

A CPLP, que celebra neste ano de 2006 o seu 10º Aniversário, já em sua Declaração Constitutiva, enfatizava a importância deste tema para os países membros. Efectivamente aquele documento consigna, como dois de seus objectivos básicos, “contribuir para o reforço dos laços humanos, a solidariedade e a fraternidade entre todos os povos que têm a língua portuguesa como um dos fundamentos da sua identidade específica”, e, ainda, “promover, sem prejuízo dos compromissos internacionais assumidos pelos Países Membros, medidas visando a resolução dos problemas enfrentados pelas comunidades imigradas, bem como a coordenação e o reforço na cooperação no domínio das políticas de imigração”.

Nesse sentido, na Reunião do Conselho de Ministros de Maputo, em 2000, foi firmado o Acordo sobre Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Especiais e de Serviço entre os países da CPLP, que passou a permitir a circulação desimpedida dos agentes governamentais incumbidos de promover os objectivos maiores da Comunidade. Na mesma reunião, ao constatarem os participantes que, para se obter maior celeridade na criação de instrumentos que permitissem a extensão dessas facilidades aos demais cidadãos dos países membros, seria imperativa a participação constante das instâncias técnicas nas reuniões sobre o tema, decidiu-se criar o Grupo Alargado sobre Cidadania e Circulação de Pessoas, congregando Chancelarias



e Ministérios que se ocupam directamente das políticas de imigração.

Os trabalhos do Grupo Alargado ganharam, a partir de então, maior ímpeto, e resultaram na negociação e assinatura, em 2002, durante a Sétima Reunião do Conselho de Ministros em Brasília, de cinco instrumentos internacionais: o Acordo sobre Concessão de Visto Temporário para Tratamento Médico, o Acordo sobre Concessão de Vistos de Múltiplas Entradas para Determinadas Categorias de Pessoas (aplicável sobretudo a categorias profissionais, artistas e desportistas), o Acordo sobre o estabelecimento de Balcões Específicos nos Postos de Entrada e Saída para o Atendimento de Cidadãos da CPLP, o Acordo para o Estabelecimento de Requisitos Comuns Básicos para a Instrução de Processos de Vistos de Curta Duração, e o Acordo sobre Isenção de Taxas e Emolumentos devidos à Emissão de Autorizações de Residência para os Cidadãos da CPLP. Esses cinco acordos encontram-se já em vigor na maioria dos países signatários.

Paralelamente ao estabelecimento dos referidos acordos, os Ministros Responsáveis pela Segurança nos Países da CPLP decidiram, em sua Primeira Conferência em 1997, da conveniência de reforçarem os mecanismos de cooperação em matéria de fluxos migratórios que, por razões históricas, vem ocorrendo no espaço geográfico da Lusofonia. Reuniões posteriores, notadamente a III Reunião dos Directores dos Serviços de Migração e Fronteiras ocorrida em Luanda, em 1999, levaram à Resolução que criou o Observatório de Fluxos Migratórios da CPLP, cujo desenho e implementação foram, por razões técnicas, confiados inicialmente ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras de Portugal. A gestão do referido Observatório deverá reverter, futuramente, ao Secretariado Executivo da CPLP, tão logo disponha este de pessoal e equipamento adequados para esse fim.

Mais recentemente, por ocasião da VI Reunião de Directores de Serviços de Migração e Fronteira da CPLP, ocorrida no mês de Maio passado nesta capital, foi aprovada a versão revista do Regulamento do mencionado Observatório, com base em texto negociado em duas reuniões técnicas anteriores sobre o tema.

É importante ressaltar que o Observatório de Fluxos Migratórios será uma útil ferramenta para a harmonização das políticas imigratórias dos países da CPLP, pelo facto de disponibilizar dados estatísticos actualizados sobre esses fluxos levantados pelos países membros, e contribuirá destarte para a elaboração de políticas afirmativas em favor da melhor integração das comunidades lusófonas imigradas nesse espaço geográfico. Ao mesmo tempo, é de se esperar que, ao conter igualmente informação sobre documentos de viagem falsificados e estrangeiros em situação irregular, ele permitirá reforçar-se as políticas de combate à imigração clandestina, sobretudo aquela promovida por redes internacionais criminosas dedicadas ao degradante tráfico de seres humanos.

Não menos importante, o Observatório constituirá igualmente valioso repositório quer das legislações nacionais pertinentes, quer de estudos sobre a matéria incitando a uma interacção altamente positiva com os meios académicos que se dedicam ao estudo do tema imigratório.

Nesta ocasião tão oportuna, é de se manifestar reconhecimento público ao Ministério da Administração Interna de Portugal, cujas inúmeras atribuições são de todos conhecidas, por sua cooperação, através do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, na criação do protótipo do Observatório de Fluxos Migratórios. Iniciativas desse género indicam claramente o empenho do Governo português em assegurar um tratamento mais moderno do tema imigratório, como revela também o anteprojecto da nova Lei de Imigração de Portugal, cujo articulado, claramente conducente a um enfoque mais humano desta matéria, está no momento a ser submetido à apreciação e comentários da sociedade portuguesa incluindo os próprios imigrantes.

Quero, por fim, expressar meus votos de que os trabalhos do presente Seminário sejam coroados de êxito e possam chegar a conclusões facilitadoras de novas iniciativas que respondam aos interesses dos imigrantes no espaço de língua portuguesa e sejam propiciadoras de soluções para os desafios de desenvolvimento dos nossos países. Ao mesmo tempo, acredito que essas mesmas conclusões possam resultar em contribuições relevantes para a reunião de Nova Iorque, para a qual gostaria de deixar um apelo a todos os Estados membros da CPLP a se fazerem representar a nível apropriado.

Muito obrigado.

Sessão de Abertura

## JOÃO GOMES CRAVINHO

Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação



Exma. Sra. Dra. Isabel Mota, Administradora da FCG Exmo. Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde; Exmo. Sr. Embaixador Luís Fonseca, Secretário Executivo da CPLP; Exmo. Sr. Dr. António Vitorino, Comissário do Fórum Gulbenkian Imigração; Exma. Sra. Dra. Nodoro Ndiaye, Directora Geral Adjunta da OIM; Exmo. Sr. Dr. Rui Marques, ACIME; Senhores Embaixadores; Minhas senhoras e meus senhores:

Quero começar por sublinhar o enorme gosto que tenho em me associar a esta iniciativa, enquadrada no Fórum Gulbenkian sobre Imigração, um tema particularmente importante e que é objecto de reflexão redobrada neste ano internacional das migrações. Este momento coincide também com duas outras datas marcantes para nós em Portugal: o quinquagésimo aniversário da FCG, e o décimo aniversário da CPLP. Nada mais apropriado, portanto, que juntar os três ingredientes para produzir um tempo de reflexão neste espaço da Gulbenkian, com o propósito de definir caminhos na cooperação entre os países CPLP na área das migrações.

Existem, como sabemos, um leque de abordagens possíveis às questões relacionadas com a migração, e nesse leque encontramos soluções de equilíbrio diferentes, algumas das quais particularmente vantajosas para imigrantes, e outras igualmente penalizadoras. O governo português norteia-se pelo objectivo de encontrar fórmulas de cooperação com outros países, que tirem o máximo proveito da crescente mobilidade com que a humanidade se depara. E quando falo em proveito, refiro-me não só para os Estados, quer de origem quer de destino, que “gerem” (ou pretendem gerir) os fluxos migratórios; muito mais, temos de saber criar condições de proveito para os próprios migrantes e para as populações com as quais este se relacionam mais directamente.

Infelizmente, a forma como o tema das migrações se assenta no espaço político, em Portugal ou mais em outros países, leva a que o principal enfoque do debate público seja excessivamente em torno das restrições e da gestão de entradas, relegando para um plano secundário uma compreensão mais alargada e generalizada daquilo que são, para nós em Portugal, os efeitos positivos da imigração. Um desses efeitos positivos, entre outros, é precisamente a forte e quotidiana ligação que se estabelece entre os povos, designadamente no espaço CPLP, contribuindo para perpetuar um sentimento de proximidade que se compara favoravelmente com a forma como sentimos a relação com outros espaços políticos em que nos inserimos, e designadamente a União Europeia.

Mas, como é evidente, os efeitos positivos da imigração vão muito para além desta dimensão afectiva, e este seminário, muito apropriadamente, serve para sublinharmos o potencial dos imigrantes enquanto agentes de desenvolvimento.

Diversos estudos demonstram que os imigrantes constituem uma massa crítica fundamental no apoio ao desenvolvimento dos seus próprios países, e na mesma medida, as acções que promovem no plano do desenvolvimento podem constituir importantes elementos de identidade própria e de integração nas sociedades de acolhimento. Existe portanto um círculo muito virtuoso, que tem como elementos fundamentais o envolvimento de continuidades imigrantes na promoção do desenvolvimento dos seus países de origem, e através do associativismo, a plena integração desses imigrantes nos países de acolhimento.



Julgo que este seja um momento propício para sublinhar o nosso interesse em trabalhar esta temática no âmbito da Cooperação Portuguesa. O Governo encontra-se empenhado em incrementar a ligação à sociedade civil nas actividades da Cooperação, e, no documento de orientação da cooperação portuguesa, aprovado pelo Governo em finais de 2005, fazemos menção específica ao contributo possível das associações de imigrantes. Sem prejuízo dos habituais critérios de exigência com que devem ser analisados os projectos submetidos à consideração para financiamento, temos esperança que sejam valorizados alguns projectos que emergem de comunidades imigrantes. Queremos encorajar a sociedade civil a pensar nos contributos que pode dar a este nexos entre a cooperação para o desenvolvimento, e a integração dos imigrantes. Pretendemos também estimular as parcerias entre ONGD portuguesas, muitas delas com larga experiência de cooperação para o desenvolvimento, e associações ou comunidades de imigrantes, com conhecimento aprofundado e ligação afectiva às realidades no terreno dos seus países de origem.

Procuramos assim, ajudar a criar condições para um envolvimento cívico característico de uma noção de cidadania global, estimulando ao mesmo tempo o aprofundamento da integração dos imigrantes no nosso país. Associa-se a este processo o desenvolvimento de uma dupla identidade que deve ser considerada uma grande riqueza na era da globalização, e nunca uma manifestação de vulnerabilidade face a outras identidades mais unidimensionais.

No âmbito da preparação da presidência portuguesa da União Europeia no segundo semestre de 2007, estamos a desenvolver uma reflexão sobre como dar continuidade à atenção que em 2006 tem sido dada a esta temática, seja no contexto regional, por exemplo através de uma atenção aos fluxos na zona do Mediterrâneo, seja no contexto temático, por exemplo através da reflexão sobre as formas como a integração dos imigrantes pode estar relacionada com a cooperação para o desenvolvimento.

No plano mais operacional, temos perante nós o desafio de sedimentarmos e implementarmos as nossas ideias sobre a relação multifacetada da diáspora com os países de origem e de destino, sendo evidente desde já que temos de diferenciar, dentro da composição da diáspora, entre os vários tipos de imigrantes e as diferentes motivações que têm na ligação ao seu país de origem.

Uma forma interessante de potenciar os esforços das várias entidades ligadas a estas temáticas é a criação de redes que promovam a circulação de informação e de contactos sobre novas oportunidades, para colmatar a dispersão que muitas vezes predomina entre associações de imigrantes. Sobretudo no espaço CPLP, a partilha da língua portuguesa torna-se um instrumento importante de ligação entre os eixos de origem, destino e o próprio imigrante.

Reflexão, acção e integração são três palavras-chave que vos quero deixar aqui hoje, aproveitando para renovar as minhas felicitações à Fundação Gulbenkian, à CPLP e ao IPAD, pela iniciativa que hoje temos pela frente, e igualmente para deixar também os votos de um trabalho muito produtivo neste seminário. Conto em breve poder dispor dos resultados desta jornada, para que os possamos incluir nas intervenções portuguesas nos debates internacionais que se avizinham, desde a importante reunião de Rabat em Julho até ao diálogo de alto nível no âmbito das Nações Unidas em Setembro deste ano sobre o tema migrações e desenvolvimento.

Muito obrigado



# Envolver as diásporas enquanto agentes para o desenvolvimento: Experiências da Política Internacional

**Frank Laczko e Dina Ionescu**

*Organização Internacional para as Migrações*

Conferencistas

## FRANK LACZKO

Chefe de Pesquisa e Publicações – OIM Genebra, Divisão de Pesquisa e Publicações

## DINA IONESCU

Responsável de Pesquisa – OIM Genebra, Divisão de Pesquisa e Publicações



### Trabalhar com as diásporas enquanto parceiros de desenvolvimento

#### LINHAS GERAIS

##### 1. Diásporas enquanto actores de desenvolvimento

- Definições
- Contribuições das diásporas

##### 2. Políticas de resposta nacionais

- Recomendações internacionais
- Iniciativas presentes nos países de origem e anfitriões

##### 3. Avaliação de políticas

- Coerência das políticas
- Que incentivos contribuem para uma política de sucesso?
- Papéis das políticas

##### 1. Diásporas enquanto actores de desenvolvimento

###### • Definições

A forma como as “diásporas” estão definidas tem um primeiro impacto directo no enfoque das políticas e nos tipos de medidas que um governo decide implementar. O enfoque da política de uma diáspora pode ser diferente de acordo com os grupos-objectivo, por exemplo, expatriados, pessoas de X nacionalidade, cidadãos a viver no estrangeiro, todos os migrantes ou trabalhadores migrantes.

Não existe uma definição com que todos concordem sobre o termo “diáspora”, nem um reconhecimento legal desse termo. O termo é, portanto, contextual relativamente a cada país/região. Para o objectivo desta apresentação, utilizaremos uma definição alargada de “diásporas”: “membros de comunidades étnicas e nacionais, que deixaram, mas mantêm ligações com, os seus países de origem”, e reforçamos a ideia de populações transnacionais, vivendo num determinado local, mas ainda ligadas aos seus países de origem, estando tanto “aqui” como “lá”. Não iremos utilizar a palavra com a primeira letra em maiúsculas, de forma a criar um afastamento das abordagens históricas (Diáspora Judia), e utilizamos propositadamente o plural “diásporas” de forma a reflectir a diversidade de populações que podem ser reconhecidas como diásporas, bem como para reforçar o facto de que se “diáspora” for realmente uma noção colectiva, esconde uma diversidade de situações, estratégias e interesses individuais. A definição de diásporas levanta problemas tangíveis de tempo, local de nascimento e cidadania, bem como questões mais subtis de identidade e pertença.

Uma definição útil de “diásporas” é a fornecida pela Câmara dos Comuns no Reino Unido (Sexto Relatório de Sessão 2003-4, Volume 1: *“migrantes internacionais que, apesar de afastados dos seus países de origem, continuam a ser de alguma forma parte da sua comunidade de origem”*). Esta definição tem o seu foco nos indivíduos que mantêm um interesse e uma afiliação ao seu país de origem, quer seja “real” ou “imaginária”. De forma a ultrapassar os problemas de definição, a Índia apresentou uma distinção-chave entre: *“Indianos Não-Residentes”* (NRI - *Non Resident Indians*) e *“Pessoas de Origem Indiana”* (PIO – *People of Indian Origin*). O estatuto NRI utiliza-se para *“cidadãos indianos que são detentores de um passaporte indiano e residentes no estrangeiro por um período indefinido, quer seja por motivos de emprego, negócios, profissão ou qualquer outro propósito”*, enquanto que o estatuto PIO diz respeito a *“um cidadão estrangeiro de origem ou ascendência indiana”*, incluindo duas ou mais gerações. A União Africana em 2005 apresentou a seguinte definição: *“a Diáspora Africana consiste em pessoas de origem africana que vivem fora do continente, independentemente da sua cidadania e nacionalidade, e que estão dispostos a contribuir para o desenvolvimento do continente e para a construção da União Africana”*. A pertença voluntária e a vontade de contribuir para o desenvolvimento são as características principais desta definição de identidade de um continente inteiro.

A definição de diásporas afecta também a recolha de dados nas diásporas, incluindo os dados sobre o tamanho, localização, sexo, demografia e perfis profissionais. As maiores diásporas do mundo inteiro são a diáspora chinesa, com uma população estimada de 35 milhões de pessoas no estrangeiro, a diáspora indiana com aproximadamente 20 milhões de pessoas no estrangeiro, e a diáspora filipina com aproximadamente 7 milhões de pessoas no estrangeiro. No entanto, no que diz respeito aos países mais pequenos, as diásporas podem representar uma percentagem maior de pessoas no estrangeiro e um enorme potencial de desenvolvimento, como por exemplo, em El Salvador, em que 6,1 milhões de pessoas vivem no país e 2 milhões vivem no estrangeiro.

#### • Contribuições das Diásporas

##### CAPITAL HUMANO DAS DIÁSPORAS

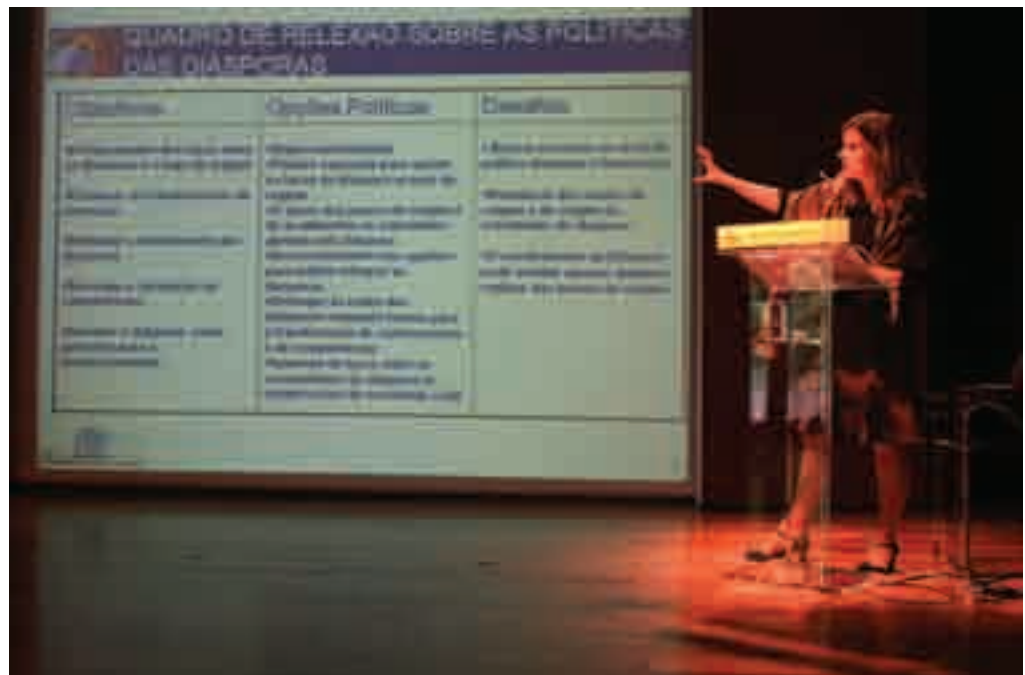
As NU (2004) consideram que, em média, os migrantes que partem da América Latina e Da Ásia têm uma escolaridade duas vezes superior à média nacional da população, e em África esta média triplica. De forma a favorecer a transferência de competências e de conhecimentos entre as diásporas e os seus países de origem, muitos dos governos dos países de origem começaram a desenvolver programas especiais que pretendem suportar estas mudanças. Estes programas são também uma resposta às pressuposições e fenómenos de “fuga de cérebros”. A sua racionalização é que, apesar de estas populações viverem no estrangeiro, poderão querer auxiliar o seu país de origem, através de transferências virtuais ou reais (temporárias ou permanentes) e que os governos podem ter um papel importante para tornar estas transferências possíveis.

Existem vários exemplos destes programas que procuram aproveitar o capital humano das diásporas através de:

- Nigéria: Base de Dados de Recursos Humanos Profissionais;
- Gana: Banco de Competências;
- Benin: Base de Dados de Competências;
- Colômbia: Rede de pesquisadores – Red Caldas;
- Filipinas: Rede de Proveitos de Cérebros;
- Bulgária: Qualificações no estrangeiro;
- Azerbaijão: Conjunto de recursos e inteligência;
- Paquistão: Conjunto de áreas de especialização e talento nacional;
- México: Qualificações no estrangeiro;
- Portugal: Profissionais no estrangeiro;
- Quênia: Educadores e médicos no estrangeiro;
- Argentina: RAICES 2000 (1600 profissionais);
- Senegal: Base de Dados de Senegaleses com Competências no estrangeiro;
- África do Sul: Rede de Competências sul-africanas no estrangeiro (*SANSA - South African Network of Skills Abroad*)

Alguns programas facilitam o regresso temporário de diásporas (e estes não devem ser confundidos com esquemas de migração de trabalho temporário), tais como:

- Projecto tunisino direccionado para pesquisadores e académicos de origem tunisina na Europa, oferecendo aos professores visitantes o regresso por um mês;
- O Ministério da Ciência e Tecnologia do Sri Lanka colocou em marcha um programa, trazendo de volta expatriados do Sri Lanka numa base temporária, colocando-os em institutos de pesquisa;
- A Bulgária introduziu alterações virtuais e retornos temporários na estrutura da *Actividade de Movimento Velikden*. A Ucrânia desenvolveu um programa de Estabelecimento de *Ucranianos Estrangeiros que Regressam à Ucrânia até 2010*.



A curta duração dos esquemas de regresso temporário parece ser uma das explicações para o sucesso, permitindo transferências de experiências e trocas, sem colocar pressão nos expatriados. No entanto, os resultados a longo prazo ainda não foram medidos. Os programas IOM de Migração para o Desenvolvimento (*MIDA – Migration for Development*) mostram diferentes resultados de acordo com o país envolvido no programa. Em alguns casos, a experiência do regresso temporário favoreceu o regresso permanente; noutros exemplos, as diásporas estavam apenas interessadas numa troca a curto prazo e ficaram satisfeitas por beneficiarem deste tipo de oportunidade.

Em termos de colocar em prática programas que procuram facilitar os regressos permanentes, parece que, para além das características desses programas, as escolhas de vida pessoal, contextos políticos e macroeconómicos são os factores-chave que influenciam a decisão das diásporas pelo regresso. Como exemplo, três terços dos Somalis inquiridos no Reino Unido em 2002, para uma pesquisa IOM, responderam que gostariam de regressar permanentemente às suas regiões da Somália. Mais homens do que mulheres pretendiam voltar, mas os seus níveis de qualificação não afectavam a sua atitude relativamente ao regresso. No entanto, quando lhes foi perguntado mais precisamente quando gostariam de regressar, apenas 12% responderam em 2 anos, enquanto 43% não sabiam. As razões políticas (19%) e a incerteza (15%) seriam os maiores obstáculos a esta decisão, o que prova que muito do desejo de regresso é apenas um desejo muito forte, mais do que uma pretensão real e que a decisão está directamente relacionada com as percepções e a realidade do contexto do país de origem. As pessoas não querem regressar ao mesmo contexto do qual fugiram. Estes resultados são significativos, pois mostram inicialmente que as políticas de regresso podem ser direccionadas apenas a uma parte dos membros das diásporas. Uma

pesquisa a mais de 1500 indianos de primeira geração e migrantes chineses em Silicon Valley demonstrou que 74% dos Indianos e 53% dos Chineses pretendiam iniciar o seu próprio negócio no seu país de origem, o que mostra que a situação profissional e social no país anfitrião e as condições no país de origem influenciam de forma igual a decisão de regresso.

Geralmente, as políticas direccionadas para a construção com base no potencial de desenvolvimento positivo das diásporas através de transferências de capital humano deveriam ter em consideração o contexto geral no país de origem e os obstáculos específicos que poderão agir contra qualquer tipo programa de enfoque no capital humano. Mais ainda, a diversidade de interesses e situações existentes em qualquer grupo de diáspora pede a existência de vários programas, que possam responder a diferentes estratégias e expectativas pessoais.

#### CAPITAL FINANCEIRO DAS DIÁSPORAS

O enfoque das políticas internacionais actuais encontra-se na facilitação das transferências de remessas de dinheiro. No entanto, isto não deverá prejudicar outros tipos de transferências financeiras das diásporas, particularmente os investimentos e o comércio. Uma questão principal para as políticas é como canalizar os recursos da diáspora e os conhecimentos de negócio para as estratégias e programas de desenvolvimento, sem mexer nos fundos privados das diásporas, enquanto se assegura que as diásporas mantêm a total propriedade das suas contribuições.

De forma a facilitar as transferências dos recursos das diásporas para projectos de desenvolvimento no país de origem, alguns programas específicos estão a ser implementados pelos governos, bem como por instituições privadas ou por parcerias entre instituições públicas e privadas:

- “Serviços Bancários especiais para migrantes”, tais como o Banque de l’Habitat Sénégal, tendo como resultado 26% de remessas de dinheiro a ser transferido através deste Banco de França para o Senegal.
- O Banco Solidário, no Equador, em conjunto com alguns bancos espanhóis, desenvolveu uma conta poupança designada “A minha Família, o meu País, o meu Regresso”, baseada em remessas de dinheiro enviadas para o país de origem, permitindo aos migrantes controlarem totalmente as suas finanças enquanto no estrangeiro e colocarem de parte fundos para construir uma casa ou iniciar um negócio próprio (USAID 2004).
- O Grupo Banques Populaires (BP), pertença do governo marroquino, oferece uma conta corrente que permite a um emigrante abrir uma conta em conjunto com um membro da sua família no seu país de origem. Pelo menos 60% das remessas de dinheiro marroquinas transitam anualmente através do grupo BP (USAID 2004).
- O Paquistão auxilia o desenvolvimento de um sistema bancário nos países do Médio Oriente, onde vive a maioria das diásporas paquistanesas.
- A iniciativa de fundos equivalentes é outro programa inovador, favorecendo as transferências formais e a cultura de poupança. O Banco do Brasil emitiu fundos especiais para serem utilizados com as remessas de dinheiro enquanto garantias.
- No programa mexicano “Zacatecas, três + um”, por cada dólar transferido é ganho um do município, um do estado, e outro do governo federal.

Adicionalmente ao capital humano e financeiro, as potenciais contribuições para o desenvolvimento podem ter outras formas específicas, que são de grande interesse para quem determina as políticas. Por exemplo, muitos indivíduos pertencentes a diásporas estão familiarizados com os contextos tanto do país de origem como do país anfitrião, e as ligações que mantêm através de fronteiras poderão facilitar as suas relações comerciais. O programa MIDA do IOM do Gana demonstrou, por exemplo, que se as diásporas não tiverem as competências financeiras ou de gestão para desenvolverem projectos de negócio entre o país de origem e o de destino, poderão de qualquer forma ter um papel muito importante enquanto mediadores, facilitando as transacções.

Finalmente, também do interesse das políticas são as dimensões locais e da comunidade, que muitas vezes caracterizam as contribuições das diásporas. Com efeito, as redes de diásporas no país anfitrião são normalmente baseadas localmente, tais como, por exemplo, a Associação Profissional Indiana de Silicon Valley. Muitas iniciativas de sucesso têm uma dimensão local, tais como as Associações Cidade Natal Mexicana, Irlandesa, Polaca ou Italiana. As diásporas estão interessadas em investir em, ou auxiliar áreas no país de origem com as quais estão fami-

liarizadas, mantendo ligações com e onde as suas famílias e amigos puderem beneficiar do seu apoio e transferências. Participar em projectos locais específicos também permite às diásporas manter um registo e ver os resultados das suas contribuições.

A atenção da política está muito focada nos resultados positivos das contribuições das diásporas. No entanto, também existem potenciais desvantagens para as estratégias de desenvolvimento relacionadas com a participação das diásporas, que as pessoas que estabelecem as políticas deverão ter em consideração e avaliar. Os exemplos incluem os potenciais impactos regionais ou sociais das transferências das diásporas, a possível dependência de alguns grupos e localidades com a participação exógena dos que estão no estrangeiro, ou fazendo com que as contribuições das diásporas sustentem problemas estruturais existentes no país de origem, em vez de os abordar. E mais, as pessoas que estabelecem as políticas devem ter em consideração as possíveis atitudes negativas contra as diásporas, vindas de grupos que não partiram e que poderão entender de forma errada as diásporas enquanto grupos privilegiados. Finalmente, uma apresentação das diásporas enquanto modelos e vencedores também poderá fazer com que a migração seja entendida como sendo o único ou o principal caminho para o desenvolvimento pessoal, podendo ter consequências a longo prazo.

## 2. Respostas das políticas

Existem várias iniciativas recentes a um nível internacional que atraem a atenção para o papel das diásporas no desenvolvimento:

### • Comunicação sobre Migração e Desenvolvimento, Comissão Europeia (2005)

Uma secção inteira da comunicação é dedicada às “Diásporas enquanto actores no desenvolvimento do país de origem”. A Comissão irá considerar apoiar os esforços iniciados pelos países de origem, a níveis nacionais ou regionais, para auxiliar os países em desenvolvimento a fazer o levantamento das suas diásporas e a construir ligações com elas (implementando bases de dados), auxiliando as organizações das diásporas na implementação de um mecanismo que possa assegurar a representação apropriada dos seus interesses ao nível da UE, para apoiar “jovens” (esquemas de intercâmbio de juventude focados particularmente nas comunidades migrantes). O enfoque da comunicação está na integração e cidadania, e a integração de migrantes é enfatizada enquanto parte da política de mobilização das diásporas no interesse de ambos os países, o anfitrião e o de origem, bem como no dos migrantes.

### • Relatório da Comissão Global sobre Migração Internacional (2005)

O relatório da GCIM (*Global Commission on International Migration*) considera que se o desenvolvimento se deve iniciar na origem, as diásporas podem ter um papel-chave. O Relatório tem uma secção inteira sobre “Diásporas e desenvolvimento” e centra-se: nas contribuições das diásporas através de poupanças e investimentos; na promoção de contas em moeda estrangeira ou de fundos em moeda estrangeira no país de origem dos migrantes/diásporas, para que não estejam sob o risco de desvalorizações de moeda; em associações na cidade natal, diásporas e organizações migrantes que transferem remessas de dinheiro colectivas, de forma a encorajar os governos e a sociedade civil no desenvolvimento de iniciativas de fundos equivalentes; na mobilização de redes de conhecimento transnacional (p. ex. NEPAD); e em programas de formação e de aconselhamento de negócio que podem auxiliar as diásporas a desenvolver as competências empresariais.

Outros documentos internacionais e eventos que realçam o potencial desenvolvimento das diásporas incluem: «Perspectivas Económicas Globais», Banco Mundial (2005), a “Decisão sobre migração e desenvolvimento”, do Conselho Executivo da União Africana (2005) e o «Diálogo de Alto Nível», NU (2006).

### • Iniciativas no País de Origem e no País Anfitrião

A política das diásporas diz respeito tanto ao país de origem como ao país anfitrião. Um claro aumento na consciência e no número de acções direccionadas para as diásporas tem sido visível nos últimos 10 anos.



**INICIATIVAS DO PAÍS DE ORIGEM:**

Várias instituições e programas dirigem-se directamente aos cidadãos /expatriados /nacionais no estrangeiro. Os seguintes países, por exemplo, têm uma instituição dedicada ao trabalho com as diásporas: Arménia, Azerbaijão, Benin, Brasil, Burkina Faso, Chile, Etiópia, Guatemala, Lituânia, Mali, México, Roménia, Senegal, Síria, Tunísia, Turquia, Uruguai, Peru. Estas instituições podem ser muito diferentes: Agência do Estado Para os Búlgaros no Estrangeiro, Direcção das Comunidades Chilenas no estrangeiro, Gabinete Presidencial para os Mexicanos no Estrangeiro, Secretaria de Estado para os Romenos no Estrangeiro, Directoria Geral para os Expatriados da Etiópia, Ministério para os Senegaleses no Estrangeiro, Fundação Hassan II para os Marroquinos no Estrangeiro, Directoria para as Diásporas da Sérvia e Montenegro. A capacidade das redes consulares para responder às solicitações das diásporas tem impacto na afluência da política das diásporas no país de origem.



Os programas direccionados às diásporas com objectivos de desenvolvimento são inúmeros. Por exemplo, o programa Colombiano “ColombiaNos Une”, é dirigido a um nível presidencial e é composto por várias disposições políticas, económicas e sociais estabelecidas à medida para os nacionais no estrangeiro. A República do Benin organizou uma primeira reunião da diáspora de Benin em 1997 e iniciou em 2001 o “Plano de Políticas Nacionais para os nacionais de Benin” no estrangeiro, apoiado a nível presidencial. El Salvador adoptou vários decretos legislativos que apresentaram uma “Semana do Migrante”, a “Convenção para os Trabalhadores Migrantes”, bem como visitas organizadas por parte dos Salvadorenhos a viver no estrangeiro, bens isentos de impostos para as populações da diáspora visitantes, e um Vice-Ministro é o responsável pela ligação com os Salvadorenhos no Estrangeiro. A Tunísia adoptou um programa oficial anual ao nível presidencial com um capítulo especial para as diásporas para 2005-2009. Na Argélia, um programa governamental dirigido às diásporas estava a ser implementado em 2005-6, enquanto um Ministro Delegado responsável pela Comunidade Nacional no estrangeiro existe desde 1996, que reporta directamente desde 2002 ao responsável pelo Governo. Os governos também organizam eventos específicos para as diásporas. O Seminário Internacional para os Peruanos no Estrangeiro, o Congresso da Diáspora Bósnia, a Conferência dos Expatriados Sírios sob o apoio Presidencial. Alguns países introduziram um dia especial da “diáspora”, tais como a Etiópia e a Índia.

**INICIATIVAS DO PAÍS ANFITRIÃO:**

Os países anfitriões interagem com as redes e associações de diásporas no que diz respeito às estratégias de desenvolvimento dos seus países de origem.

A política de co-desenvolvimento francesa é uma tentativa formal de juntar os interesses do país de origem e do país anfitrião, enquanto reconhece os migrantes como actores principais. Foram assinados acordos com o Senegal, Mali, Congo, Serra Leoa, etc. O Reino Unido, Bélgica, Holanda, Finlândia, Suécia e Noruega produziram documentos de políticas denominando especificamente as diásporas enquanto parceiros de desenvolvimento. Por exemplo, o DFID consultou as diásporas indianas para produzir o Plano de Assistência do País Indiano. Os países anfitriões podem apoiar as organizações das diásporas, auxiliando-as a trabalharem em conjunto (França: *Forum des Organisations de Solidarité Internationale Issues de l'Immigration* – FORIM, Reino Unido: *Ligações para o Desenvolvimento (Connections for Development)*), através da criação de organizações especiais que podem ter um papel formal no debate de políticas (o Comité Nacional Consultivo de Minorias Étnicas (*National Ethnic Minorities Consultative Committee – LOM*) na Holanda). Na Alemanha, o GTZ (*Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit*), deu os passos necessários para a construção de uma relação de trabalho com as organizações que representam as diásporas.

Os resultados de um estudo IOM sobre os naturais do Zimbabué no Reino Unido e África do Sul (2005) demonstram a existência de ligações entre o estatuto socioprofissional e o bem-estar das diásporas no país anfitrião e o seu potencial de transferência em termos financeiros e de capital humano para o país de origem. Por exemplo, pode ocorrer a perda de competências e qualificações nas populações que se estabelecem no estrangeiro, devido às limitações que essas pessoas podem encontrar no país de destino ao tentar entrar no mercado de trabalho. Este facto pode limitar as possibilidades das diásporas no investimento ou transferência de competências para o seu país de origem; os indivíduos que têm um estatuto estável e um bom emprego, terão maiores probabilidades de auxiliar substancialmente o seu país de origem.

Para além disso, outros tipos de iniciativas no país anfitrião incluem programas de diversidade étnica, promovendo o reconhecimento de migrantes e diásporas enquanto actores-chave do desenvolvimento nos países anfitriões, tais como no Negócio na Comunidade “Uma Corrida para a Oportunidade” (*Business in the Community “Race for Opportunity”*), no Reino Unido, a “Campanha 2000 na Suécia” ou a “Campanha Samen Werken” na Holanda.

### 3. Avaliação de Políticas

#### • Coerência das Políticas

A necessidade de coerência de políticas é particularmente importante para a migração e o desenvolvimento de estratégias, devido ao carácter multidisciplinar e transnacional da migração. Apesar do crescente reconhecimento da ligação entre a migração e o desenvolvimento, o enquadramento do desenvolvimento estratégico e a maior parte das políticas governamentais não reflectem esta ligação. A falha na inclusão de políticas de desenvolvimento nas agendas de desenvolvimento, e vice-versa, pode causar inconsistências e incoerência nas políticas nacionais e prioridades e nas relações bilaterais e multilaterais.

A coerência é necessária 1) nos Estados (negócios estrangeiros, interior, desenvolvimento, trabalho, segurança social, educação e saúde), 2) entre Estados (cooperação entre Estados a um nível bilateral e multilateral), 3) entre governos e outros participantes principais, e 4) através dos domínios da migração e políticas relacionadas. As diásporas enquadram-se em todos estes níveis, sendo que estão a ser levados a cabo esforços a um nível internacional (GMG), entre os principais participantes (trabalho com o sector privado, para integrar diásporas nas estratégias de desenvolvimento e migração nos documentos de redução de pobreza PRSP [*Poverty Reduction Papers*]).

Que incentivos contribuem para uma política de diáspora de sucesso?

- Relacionar as políticas das diásporas com os direitos das diásporas: dupla cidadania, direitos de voto, direitos de propriedade, transferências de pensões de segurança social, planos de poupança, cartões de identificação que também oferecem serviços de transferência de remessas de dinheiro a uma taxa baixa. A dupla cidadania foi concedida recentemente, por exemplo, na Austrália (grupos de pressão a partir das diásporas), no Burundi, nas Filipinas, no Gana e na Arménia.

- Esquemas de legalização do estatuto migrante: cartões de identificação tais como a *Matrícula Consular* mexicana, que também permitem aos migrantes abrir contas bancárias, aceder à educação, obter cartas de condução e que estão directamente relacionados com o seu estatuto no país anfitrião, ou seja, os EUA.
- A simplificação dos procedimentos burocráticos poderá ter um forte efeito na atracção de recursos das diásporas (p. ex.: Índia).
- Outros incentivos podem responder a solicitações específicas de diásporas: p. ex. custos de transporte menos elevados.
- Esquemas especiais para diásporas que ofereçam incentivos fiscais e cortes nas taxas podem ser contestados num contexto geral, o que não é benéfico para o negócio e para o investimento em geral.

• **Políticas: Lições Aprendidas**

Objectivos	Opções das Políticas	Desafios
<p>Promover ligações entre as diásporas e os países de origem</p> <p>Encorajar as diásporas a estarem envolvidas no desenvolvimento dos países de origem</p>	<p>Acesso à dupla cidadania</p> <p>Criação de fundos especiais para apoiar as ligações da diáspora com o país de origem</p> <p>Os Países de Origem e os Anfitriões devem apoiar actividades para as diásporas</p> <p>Construção de redes entre as agências de desenvolvimento/agências de apoio/câmaras de comércio/serviços de negócio e diásporas</p> <p>Utilização das redes de diásporas enquanto fóruns para a transferência de conhecimentos e competências</p> <p>Aumento das ligações entre as comunidades das diásporas (podem oferecer apoio e assistência técnica) e organizações de sociedade civil nos países de origem (podem identificar áreas e projectos de desenvolvimento prioritários)</p>	<p>Encontrar recursos a nível de políticas (humanos e financeiros)</p> <p>Relutância dos países de origem ou anfitriões quanto às actividades das diásporas</p> <p>O envolvimento das diásporas poderá auxiliar apenas algumas regiões emissoras (desequilíbrio)</p>

**Políticas das Diásporas, na Migração e desenvolvimento: oportunidades e desafios para quem estabelece as políticas, MRS 22, 2006**

As políticas de sucesso são baseadas num acordo de políticas claro de elevado nível, legitimidade e diálogo. Podem ser sublinhados alguns outros elementos de “sucesso”:

- Abordar a heterogeneidade de interesses nas diásporas e reconhecer a diversidade e até mesmo as divergências de opiniões entre as diásporas. Alguns países tentaram fornecer uma resposta única, e unificar os diferentes interesses das diásporas, mas existe ainda uma tal diversidade de estratégias nas diásporas que apenas políticas com múltiplos objectivos conseguem abordar preocupações diferentes. Isto significa também propor, por exemplo, programas específicos direccionados a homens ou mulheres, tentando ir ao encontro dos interesses de diferentes grupos.
- Identificar o que está nas agendas das diásporas e quem são os parceiros das diásporas bem como a integração das diásporas nas políticas governamentais enquanto parceiros. Alguns países de origem envolvem os representantes das diásporas na preparação das suas estra-

- tégias anuais de desenvolvimento ou em documentos de redução de pobreza (Mauritânia, Cabo Verde, Madagáscar, Burkina Faso) e alguns países anfitriões trabalham com representantes das diásporas estrangeiras na contribuição para as estratégias do país de origem (política de co-desenvolvimento francesa com o Senegal, Mali e Marrocos).
- Identificar o que está na agenda governamental de desenvolvimento, que prioridades de desenvolvimento o governo deverá abordar em colaboração com as diásporas e propor projectos muito concretos nos quais as diásporas se podem envolver. Isto permite ir ao encontro dos recursos das diásporas com necessidades reais de desenvolvimento e instituições (projectos de investimento de micro-crédito, fundos de investimento abertos).
  - Reconhecer a importância de factores “suaves” e intangíveis, tais como confiança, percepção, imagem.
  - Identificar os principais obstáculos que prejudicam o envolvimento das diásporas tais como impedimentos legislativos, institucionais e burocráticos. Adicionalmente, é útil identificar os obstáculos que impedem a acção governamental, tais como contradizer as agendas das diásporas, problemas na recolha de dados nas diásporas, problemas no financiamento de programas governamentais e falta de cooperação com os países anfitriões (pesquisa IOM 2005 acerca das políticas das diásporas).
  - Promover a mudança institucional. De acordo com a organização de diásporas africanas AFFORD, sediada no Reino Unido, a liderança tem mais importância do que os recursos. Alguns países estão a reformar as suas representações diplomáticas no estrangeiro, em particular, os consulados, de forma a responder às expectativas das diásporas (ex.: Peru, com o “*Consul Prefecto*”).
  - Não separar o interesse dos países de origem e anfitrião dada a natureza transnacional das diásporas, as suas estratégias transnacionais pessoais e as ligações entre o estatuto e o bem-estar no país anfitrião e o potencial de desenvolvimento no país de origem.

#### • Papéis-chave das políticas

- **Um papel facilitador:** Entrevistas com os membros das diásporas demonstram que os indivíduos estão interessados em envolver-se nos projectos de desenvolvimento, mas existem alguns obstáculos de maior que actuam como impedimento. As pessoas que estabelecem as políticas podem abordar esses obstáculos de maior que indirectamente prejudicam o envolvimento das diásporas no desenvolvimento (custos de transferências mais baixos, aliviar o fardo burocrático, simplificar os procedimentos, permitir a dupla cidadania, identificar projectos de investimento, oferecer segurança nas transacções comerciais, assegurar o transporte de direitos).

- **Um papel de inclusão:** Fomentar a confiança através da comunicação positiva e estabelecer o diálogo através dos meios de comunicação, redes virtuais, páginas *web*, visitas às diásporas. No entanto, se a inclusão simbólica das diásporas é importante, isto necessita ser traduzido para uma inclusão real (legislativa e institucional). As políticas podem assegurar o reconhecimento das diásporas enquanto cidadãos, reconhecendo as suas participações, abordando problemas de imagem, fomentando a confiança, favorecendo a mudança institucional e fomentando a liderança.

- **Papel de parceria:** A parceria parece ser uma palavra-chave que cobre vários tipos de acções conjuntas: apoiar e reconhecer das iniciativas de desenvolvimento das diásporas existentes, desenvolver a colaboração entre os países de origem e anfitriões, estabelecer alianças com associações ou a nível local com regiões ou municípios, colaborar com participantes privados, universidades, empresas públicas e outros parceiros de desenvolvimento. As políticas podem apoiar a construção de tais parcerias. Os governos podem facilitar as ligações com vários participantes no sector privado, agências de desenvolvimento, sociedade civil, etc.

- **Papel de catalizador:** Promover a mudança institucional e uma dinâmica positiva. As diásporas podem fazer a diferença no contexto de políticas correctas. As políticas podem fornecer uma visão a longo prazo (impacto no desenvolvimento e nos fluxos de migração) e um ambiente facilitador.

(Vd. a apresentação em PowerPoint no Anexo II)

# Apresentação dos resultados dos questionários e respectivas conclusões

**Rui Pena Pires e Filipa Burnay**

*ISCTE – Instituto Superior de Ciência do Trabalho e da Empresa*

Apresentação

**RUI PENA PIRES**

ISCTE



Bom dia. Irei apresentar os resultados de um inquérito que foi concebido e realizado pela OIM em Portugal e que, depois, foi pedido que analisasse o que fiz com a colaboração da Filipa Burnay. Portanto, este foi um trabalho conjunto, embora esteja aqui apenas uma pessoa a apresentá-lo.

Esta apresentação vai ser dividida em quatro partes. Numa primeira parte, irei explicar como é que alguns dos temas foram incorporados no desenho do questionário para identificar algumas questões a tratar e sobre as quais se pretendia respostas das associações de imigrantes. Porque este foi um questionário não especificamente dirigido a imigrantes, em geral, e podíamos tratar a diáspora assim, foi um questionário a associações de imigrantes tentando perceber que associações de imigrantes é que intervinham na área do desenvolvimento no país de origem e quando o faziam, o que é que faziam. Apresentarei esse inquérito depois. E, a seguir, a maior parte do tempo será ocupada com a análise dos resultados desse mesmo inquérito, com base nos quais foi possível identificar algumas recomendações e algumas definições. Irei identificar alguns problemas mais importantes e também algumas recomendações para lidar com esses problemas.

Muito rapidamente, o inquérito estava baseado sobretudo em duas grandes questões, questões que se prendem com os problemas de desenvolvimento associados à imigração, na medida em que a imigração representa sempre uma saída de recursos humanos importantes, em particular, quando esses recursos são mais qualificados, o que é traduzido normalmente na expressão “fuga de cérebros”. E o problema aqui é tentar perceber de que modo é que políticas visando a promoção do desenvolvimento apoiadas nas diásporas poderão permitir contrabalançar esta fuga de cérebros, quer promovendo alguma circulação de cérebros, quer, como iremos ver também, através de alguma actuação dos cérebros à distância.

A segunda questão que aparece sistematicamente e que também foi tratada no questionário relacionando a migração e o desenvolvimento, é a questão das remessas dos recursos financeiros que são regularmente enviados para o país de origem. São normalmente enviados em termos individuais. Este envio individual, por si só, tem consequências. Pode ser um recurso fundamental para o desenvolvimento, mas a questão que se discute quando se fala em políticas de apoio ao desenvolvimento na origem, com base nas diásporas, é a questão de como otimizar alguns desses fluxos financeiros das remessas por forma a agir colectivamente e não apenas individualmente, por forma a permitir aumentar a capacidade de investimento na origem e não apenas a capacidade de consumo.

Este é um problema que em Portugal é bem conhecido. Ainda hoje em Portugal as remessas dos emigrantes portugueses são superiores às transferências europeias. Ora bom, a análise do contributo das diásporas feita neste inquérito segue cinco pontos. Em primeiro lugar, para que as diásporas possam estar presentes na promoção do desenvolvimento na origem, é necessário multiplicar as relações entre a origem e os vários destinos da diáspora. Em segundo lugar, iremos ver de que modo é que as associações podem contribuir para isso, ou têm contribuído para isso, na promoção da circulação e do retorno de quadros. Em terceiro, na canalização do envio das remessas por vias formais e em moldes cooperativos. Em quarto lugar, na difusão do conhecimento e tecnologia do destino para a origem e, finalmente, na possibilitação de iniciativas privadas que envolvam agentes privados na origem e no destino.

Antes de entrar no inquérito, propriamente, da associação, alguns dados de contextualização que são importantes para se perceber quais podem ser as possibilidades maiores de mobiliza-

ção das diásporas em Portugal para a realização de políticas de desenvolvimento e quais são os limites desse desenvolvimento. Se nós olharmos para este quadro (*slide 6*), este diz-nos qual é o número de imigrantes definido pela nacionalidade que temos em Portugal, do conjunto do espaço lusófono, cerca de metade dos imigrantes que vivem em Portugal são de origem da CPLP, no essencial, ou dos PALOP ou do Brasil, mas com algumas diferenças. E a primeira diferença importante que eu gostava de assinalar é que, enquanto que a maioria dos imigrantes de origem africana reside em Portugal há muitos anos e, por isso, está sobretudo representada naquele quadro na coluna das autorizações de residência, são pessoas com uma inserção longa em Portugal, a maioria dos brasileiros não. Hoje a maioria da imigração brasileira é recente e é, nos tempos que correm, a imigração que mais tem crescido.

Para além destes imigrantes todos, e pegando nas palavras da comunicação anterior, nós poderíamos ainda corrigir aquele pequeno número de timorenses, dois, imigrantes definidos em função da nacionalidade, lembrando-os que a imigração não se limita à nacionalidade. Há muitos imigrantes com nacionalidade portuguesa e, entre esses imigrantes de nacionalidade portuguesa estão, obviamente, muitos timorenses, mas estão também muitos elementos que poderão contribuir para projectos de desenvolvimento nesta nova relação entre migrações e desenvolvimento, com base em relações passadas a África, nomeadamente entre os meio milhão de retornados que vieram de Angola e Moçambique e que constituem uma reserva que não pode ser desprezada em eventuais projectos futuros.

Apenas para reforçar as diferenças entre as várias populações imigradas que estão ali e perceber melhor o gráfico que se segue (*slide 7*), entre a população africana residente em Portugal são já há muitos anos maiores os números de casos de naturalização do que de retorno. E a seguir, explica-se porque é que provavelmente a imigração africana não tem tradução no plano das remessas. As remessas de emigrantes, que já são apenas um quinto das remessas que os portugueses mandam do exterior para Portugal, as remessas dos imigrantes de residência em Portugal para o exterior são basicamente remessas enviadas para o Brasil e para a Ucrânia, ou seja, aquelas duas populações imigradas que crescem mais depressa, que cresceram muito nos últimos anos, e que são ainda muito recentes, ainda não têm uma história de fixação equivalente à das populações de origem africana.

Segundo os dados do Banco de Portugal, as remessas que os portugueses que residem em Angola enviam para Portugal são superiores às remessas que os angolanos que residem em Portugal enviam para a Angola. E, portanto, Angola teria, neste caso, um saldo líquido negativo no movimento das remessas. Portanto, estes dois simples quadros, o quadro anterior e este gráfico, foram aqui introduzidos para contextualizar e se perceber que, se existe um elevado potencial de mobilização das diásporas para processos de desenvolvimento na origem, essa participação tem alguns limites. E limites que têm a ver com os diferentes tempos de permanência e com os volumes de alguns dos fluxos que estão ali quantificados.

Posto isto, foi feito em Fevereiro e Abril deste ano um inquérito para tentar perceber o que é que as associações faziam no domínio do desenvolvimento no país de origem e foi enviado a 159 associações. Foi respondido por 34 associações e destas 34 responderam 19. Basicamente guineenses, 11. O que significa que os dados deste inquérito, sendo muito úteis, são impossíveis de tratar estatisticamente. Este é o problema limite principal deste inquérito. Nós não consideramos que este inquérito tenha representatividade estatística. Não temos sequer a certeza que todos os que não responderam, não responderam porque não têm intervenção nesta área ou não responderam por outra razão qualquer. E, por outro lado, temos uma sobre representação das associações guineenses que, se fossemos fazer análises comparativas por países, distorceria completamente os resultados. Portanto, não vão ter quadros, o que também nos impede de sermos confrontados com alguns números cabalísticos, tipo 5,3% que seria, nem mais nem menos, do que uma pessoa em 19, uma associação em dezanove.

Contudo vamos ter informação que eu acho bastante útil, nomeadamente nesta fase em que se optou por tratar os dados obtidos em termos mais qualitativos. Em termos mais qualitativos, no primeiro dos cinco pontos que foram identificados antes, era importante tentar perceber de que modo as associações contribuem para o desenvolvimento de redes entre os países de origem e os países de destino. E aquilo que se pode verificar é que, neste domínio, a intervenção das associações é frequente, regular e há um elevado potencial de desenvolvimento de algumas das iniciativas. Há vários exemplos de como é que as associações intervêm neste domínio, construindo

do redes entre associações de imigrantes com a mesma origem, mas residentes em diferentes países em que a diáspora está instalada. No caso, por exemplo, dos guineenses, apareceram vários projectos que tinham sido construídos em conjunto por associações de imigrantes guineenses em Portugal, em França e, nalguns casos, mesmo em Espanha.

Como há actividades das associações que, não tendo directamente a ver com este assunto, multiplicam essas redes e essas relações podem potencialmente funcionar no futuro como suporte para novos projectos. É o caso, entre muitos outros, das iniciativas de geminação entre municípios na origem e municípios no destino. Tendo estas vantagens, há alguns limites, o primeiro limite é que a maioria destas redes que nós identificamos são redes muito centradas nas relações local-local. Uma rede entre uma associação de imigrantes em Lisboa e uma associação de imigrantes num ponto preciso, numa região precisa de um país de origem. São redes sobretudo inter-associações, envolvendo pouco outros parceiros ou redes que, quando envolvem outros parceiros, estão muito centradas nos parceiros institucionais. De âmbito governamental. Não há redes, de carácter lusófono, no sentido mais amplo do termo, não há redes envolvendo várias associações de diferentes países de origem e, em particular, envolvendo, por exemplo, PALOP e Brasil. E são redes que, excepto aquelas que são construídas entre as associações directamente, são redes latentes, isto é, são redes que não estão a funcionar neste momento como redes para a promoção de projectos de desenvolvimento, mas que podem vir a ser utilizadas neste domínio, e o que se identificou foi sobretudo um potencial para construir iniciativas futuras, mais do que recursos já efectivamente mobilizados.

No domínio seguinte, na promoção da circulação e do retorno de quadros, procurou-se por um lado a existência de iniciativas visando cruzar informação sobre a procura de trabalho qualificado na origem e a disponibilidade de trabalho qualificado, das ofertas de trabalho qualificado no destino, e, por outro lado, procuramos também identificar de que modo as associações intervêm no domínio das políticas migratórias, quer na origem, quer sobretudo no destino em moldes que favorecessem a circulação e, portanto, alguma recuperação dos custos da fuga de cérebros.

E, embora muitas associações declarassem, em termos abstractos, que este era um assunto vital para elas, depois, em termos concretos, foi um domínio em que encontramos poucos exemplos de passagem à prática desta orientação, sendo ainda mais rara a percepção de que a influência sobre as políticas migratórias pode ter consequências positivas neste domínio. De qualquer forma, foi possível pelo menos ver que, se não nos projectos em curso ou realizados no passado, pelo menos nas prioridades para projectos futuros, todas as associações colocam este objectivo de promoção da circulação e retorno de quadros entre os objectivos fundamentais a realizar. E, por outro lado, encontraram-se já alguns exemplos práticos do que é possível fazer, quer por via das respostas de algumas das associações cabo-verdianas, quer por via das respostas a um outro inquérito que eu referirei, no fim, a representantes dos países da CPLP.

Algumas respostas sobre iniciativas visando a construção de bases de dados que pelo menos permitam saber onde é que os recursos da diáspora estão, assim como encontramos alguns exemplos de associativismo de quadros ainda embrionário, ainda sem grandes consequências, mas um tipo de associativismo de quadros que pode também ser uma boa base para o desenvolvimento de políticas nesta área. De qualquer forma, é uma área em que, claramente estamos ainda numa fase muito embrionária e este carácter embrionário é ainda acompanhado por alguma coincidência pura e simples no plano da intervenção política das associações com aquilo que são as questões mais gerais das políticas migratórias. Se é verdade que algumas associações referiram a necessidade de, na origem, ser possível a aquisição de dupla nacionalidade como algo favorável neste contexto, bem como, no destino, a concessão de vistos de múltiplas entradas, fizeram-no não quando falavam sobre a relação entre as associações e a promoção do desenvolvimento, mas quando falavam sobre a participação das associações na definição das políticas migratórias em geral. Portanto, é necessário não só incentivar a concretização daquilo que é a prioridade, ainda muito embrionária, de intervenção das associações no âmbito da promoção e da circulação e do retorno de quadros, como, ainda mais, autonomizar na agenda da política das associações aquelas dimensões das políticas migratórias que têm uma incidência directa neste domínio.

Onde as intervenções das associações estão mais desenvolvidas e são mais frequentes é no domínio da canalização das reservas por via das poupanças colectivas, que muitas vezes são conseguidas em algumas associações para apoio de iniciativas de desenvolvimento local na origem. Curiosamente, nenhuma associação se referiu, nem nas observações, à importância



que as associações podem ter na dinamização de processos, sobretudo formais, de transferência das remessas que permitem não só tornar mais seguras, como menos custosas essas mesmas transferências.

Na canalização das remessas, o que é que as associações têm feito? Têm feito aqui muita coisa, mas sobretudo têm permitido mobilizar recursos da própria diáspora e mobilizar alguns recursos que são obtidos por via governamental nos países de destino para o apoio à construção, reparação e equipamentos de escolas e centros de saúde nas localidades de origem. Este é o projecto que nós encontramos mais vezes naquele questionário, não tendo a certeza de que, se parte das associações que não responderam também têm intervenção nesta área, seja neste domínio concreto que elas intervêm. Naquelas que responderam, a maioria às vezes há bastante tempo apoia na construção de equipamentos colectivos na origem e, num segundo patamar de prioridades, o apoio à participação em projectos de reparação e construção de infra-estruturas, das mais variadas, sempre de âmbito local. É notório nas respostas que estas iniciativas têm um carácter pontual. Não se conseguiu descobrir se a estas iniciativas pontuais de apoio ao projecto A, B ou C estão ou não associados, depois, alguns mecanismos de recuperação mais estáveis que permitam manter os resultados dessa intervenção.

As associações tendem a relacionar-se sobretudo com agentes governamentais, com organizações não-governamentais de carácter mais humanitário. São raras as referências ao envolvimento das associações, é raro o envolvimento das associações em relações com os agentes económicos em geral: quer os agentes económicos, no sentido mais estrito do termo, como as empresas, quer os agentes associativos de base económica.

Muito rapidamente, as conclusões. Conclusões do ponto de vista daquilo que era identificado como sendo os problemas fundamentais pelas próprias associações e por nós, tendo em conta as respostas das associações, e depois quatro recomendações, quatro eventuais prioridades de intervenção neste domínio.

Em primeiro lugar, o envolvimento das associações da diáspora enquanto agentes de desenvolvimento é ainda embrionário e ainda marcado por alguns equívocos. Só para dar um exemplo, quase todas as associações se queixam de que os países de origem não as financiam para elas poderem ajudar ao desenvolvimento dos países de origem, o que cria um ciclo completamente



vicioso. E passa ao lado daquele que é suposto ser o papel das diásporas que é a mobilização de recursos que não há na origem e não propriamente de circulação sem grande valor acrescentado. Em segundo lugar, neste momento, nas associações que responderam, há um claro predomínio de iniciativas assistencialistas locais: ajudar as escolas, ajudar a construir ou recuperar a escola da sua aldeia, o posto de saúde, a igreja local... Todas iniciativas que têm todo o mérito, mas que tendem a estar muito concentradas, até porque, como se sabe, as migrações, sendo internacionais porque atravessam uma fronteira, são locais-locais, normalmente. Ou seja, quando falamos em imigração da Guiné para Portugal, em rigor estamos a falar da imigração de certas zonas da Guiné para certas zonas de Portugal e, depois, a seguir, quando estas iniciativas são ainda sobretudo assistencialistas e locais, isso significa que se reproduz, nos processos de desenvolvimento em que estas associações estão envolvidas, este microcosmos maior da origem do que aquela que nos aparece nas estatísticas. No entanto, é claro que existe hoje nas associações um carácter menos local no destino do que havia há uns anos. A maioria das associações hoje começa a ter relações com associações congéneres da mesma origem em Espanha, em França, na Itália e noutros países da Europa, as associações multiplicam a sua intervenção em áreas que promovem a criação de canais institucionalizados entre a origem e o destino e, portanto, sendo ainda embrionária esta intervenção, estando ainda muito centrada em actividades locais, têm hipóteses de desenvolvimento acelerado, porque há redes que podem ser mobilizadas com muita facilidade, apenas com o défice, como já referi, de, nessas redes, não estarem incluídas redes com agentes económicos.

E, depois, embora este seminário tenha, no seu título, no seu subtítulo, no quadro da CPLP, isto significa que estão associações de vários países da CPLP. Não há nenhum quadro conjunto, embora todos refiram, quando questionados sobre isso, que seria necessário que viesse a existir.

Tendo em conta portanto esta situação, há algumas recomendações. Primeiro, a dinamização da actuação das associações enquanto agentes para o desenvolvimento. As associações ainda hoje se vêem marginalmente enquanto agentes para o desenvolvimento. O seu envolvimento em ambientes onde actuam outros agentes para o desenvolvimento pode ser aqui uma variável crucial.

O segundo é o reforço da capacidade de acção das associações, incentivando a realização de projectos em comum. É a única forma de ultrapassar algum enfoque, talvez excessivo, nos projectos de âmbito local e assistencialista.

A terceira, que é fundamental, é o alargamento das relações entre as associações, por um lado, mas sobretudo, entre as associações e os agentes económicos. Hoje é, inclusive para nós, desconhecido, depois de vermos aquele inquérito, qual é o potencial que por via das associações existe de mobilizar recursos empresariais da origem presentes na diáspora para a promoção de projectos nessa mesma origem.

E, finalmente, a constituição de uma plataforma para a intervenção das associações da diáspora no quadro da CPLP, não precisa de ser uma agência, não precisa de ser nada de muito complicado, mas alguma base eventualmente fundamental. Para tentar perceber se isto era possível, foi também lançado pela OIM um inquérito aos representantes da CPLP com intervenção nesta área. Infelizmente, só responderam dois países: Moçambique e Cabo Verde. E, portanto, aí, mesmo uma análise qualitativa é difícil. Eu não a fiz, mas, curiosamente, dá pelo menos para perceber alguma coisa. E dá para perceber, olhando para aquelas duas respostas, que a situação nos países da CPLP na sua relação com as diásporas e na sua percepção que as diásporas podem ser um agente para o desenvolvimento é muito heterogénea. Se eu quisesse resumir, de uma forma um bocadinho seca, talvez em excesso, mas mesmo assim, pode ser que seja útil: em Moçambique estava tudo por fazer e em Cabo Verde já estava grande parte do trabalho adiantado. E, portanto, isso significa que, pelo menos, temos algumas práticas, no caso de Cabo Verde, que podem ser estudadas para constituírem referenciais da acção de outros membros da CPLP.

Muito obrigado.

*(Vd. a apresentação em PowerPoint no Anexo II)*

Sessão I

# Migração e desenvolvimento num contexto regional: O caso da CPLP

*Conferencista*

**José Manuel Pinto Teixeira**

*Direção Geral do Desenvolvimento e da Ajuda Humanitária da Comissão Europeia*

*Conclusões do Grupo de Trabalho I*

**Marzia Grassi**

*ICS, Lisboa*

*Comentários*

**Júlio César Zelner**

*Embaixador do Brasil em Portugal*

**Miguel Mkaima**

*Embaixador de Moçambique em Portugal*

Conferencista

## JOSÉ PINTO TEIXEIRA

Comissão Europeia



### A política da União Europeia sobre a migração e o desenvolvimento

#### 1. Introdução

A União Europeia fez importantes progressos na integração das suas políticas de migração e de desenvolvimento. Há apenas alguns anos estas duas políticas pertenciam a mundos diferentes. Hoje em dia existe um consenso alargado – registado em numerosas conclusões do Conselho da UE – que a migração é parte integrante do processo de desenvolvimento, e que a política de desenvolvimento é uma componente essencial de qualquer política de migração.

Comparada com praticas existentes em outras partes do mundo desenvolvido, a abordagem “Europeia” à migração e desenvolvimento é mais avançada, mais ambiciosa e mais orientada para o desenvolvimento. Para nós o enfoque não é exclusivamente no interesse nacional e na segurança; Nós temos em consideração o interesse de todos os actores envolvidos: os migrantes e suas famílias, o país de destino bem como o país de origem.

De acordo com esta abordagem integrada a UE encetou um diálogo abrangente e equilibrado, orientado para resultados concretos, com países em via de desenvolvimento. Para a UE a dimensão externa da política das migrações inclui os seguintes temas :

- Tratar as causas profundas das migrações (forçadas)
- Transformar a “fuga de cérebros” (brain drain) em "ganho de cérebros" (brain gain) (através de migrações circulares e programas de retorno)
- Ligação das diásporas e das suas remessas aos processos de desenvolvimento dos países de origem.
- Integração efectiva dos migrantes legalizados nos países de destino
- Reforço das capacidades de gestão das migrações nos países de origem e de transito com vista a gerir melhor os fluxos migratórios ilegais
- Combate ao tráfico de seres humanos
- Ajuda aos refugiados e reforço das capacidades de protecção regional

Para a UE o “co-desenvolvimento” não é portanto um objectivo em si, mas é um elemento duma abordagem política mais vasta sobre migração e desenvolvimento.

#### 2. Principais elementos da abordagem da UE.

Em Dezembro de 2002 a Comissão Europeia adoptou a Comunicação “Integração das questões de migração nas relações da UE com países terceiros”, que constituiu a sua primeira tentativa para clarificar as ligações entre migração e desenvolvimento e promover coerência entre estas duas questões. As conclusões do conselho da UE de Maio 2003 confirmaram esta abordagem, que ainda nos orienta hoje.

Em Setembro de 2005 a Comissão apresentou uma segunda Comunicação que define orientações concretas para melhorar o impacto da migração no desenvolvimento, incidindo na migração Sul-Norte. A nossa política e as acções incidem em quatro áreas principais: a) as diásporas como actores de desenvolvimento; b) a migração circular; c) a questão da fuga de cérebros (brain drain); e, d) as remessas.

Todas estas áreas são ligadas com as diásporas como agentes do desenvolvimento, que é o tema desta conferência.

De seguida passo a tecer algumas considerações sobre cada um dos aspectos acima referidos:

#### **(a) Contribuição das diásporas para o desenvolvimento dos países de origem**

A UE reconhece que as diásporas são um potencial agente do desenvolvimento dos países de origem. A Comissão propôs duas linhas de acção possíveis :

Primeiro, ajudando os Países em via de desenvolvimento (PVD) a identificar e traçar as suas diásporas e a estabelecer ligações com elas.

Neste contexto a Comissão considera apoiar iniciativas dos países de origem, a nível nacional ou regional, para criar bases de dados para registrar membros das diásporas interessados em contribuir para o desenvolvimento dos países de origem, numa base voluntária e, de forma mais geral, para manter os laços entre estes países e as suas diásporas, em coordenação com outros doadores.

A Comissão pediu aos Estados Membros que ainda não o fizeram, para que identifiquem e contactem organizações das diásporas que possam ser interlocutores válidos e / ou possíveis iniciadores de projectos de desenvolvimento nos países de origem. A Comissão também está a considerar formas de facilitar iniciativas de organizações da diáspora implicadas no desenvolvimento dos países de origem para estabelecer mecanismos que assegurem representação adequada dos seus interesses a nível da UE.

Em segundo lugar, tentando envolver particularmente os jovens.

Alem das iniciativas já existentes, nomeadamente por autarquias no quadro de iniciativas de geminação, que devem ser encorajadas, a Comissão avaliará a viabilidade de esquemas de intercâmbio entre jovens particularmente nas comunidades migrantes, baseada na experiência adquirida em esquemas existentes na UE.

#### **(b) Migração circular**

A UE reconhece que o retorno de migrantes, mesmo temporário ou “virtual” pode jogar um papel importante na promoção da transferência de capacidades para o mundo em desenvolvimento além de outras formas de circulação de cérebros.

Neste contexto, uma longa lista de acções está a ser avaliada, preparada e/ou implementada:

A Comissão promove a ideia de que, com vista a encorajar a migração circular deve ser dada prioridade à promoção de trabalho temporário a quem já tenha participado nestes esquemas e tenha regressado no fim dos contratos, bem como concedendo prémios pecuniários aos migrantes que neles participem. Esta iniciativa pode ser baseada na experiência de alguns Estados Membros nomeadamente no reembolso de contribuições para a reforma no fim do contrato do trabalhador migrante ou através do pagamento pelo país de acolhimento dum suplemento sobre as poupanças do trabalhador.

A Comissão pediu aos Estados Membros (EM) para trocarem experiências sobre a concepção e gestão de programas de retorno assistido e de apoio aos países de origem na reintegração de migrantes retornados. Neste contexto, encetou conversações com os EM sobre políticas de vistos de curta duração.

A Comissão apoia esquemas de “e-learning” no âmbito de programas comunitários em tecnologias de informação e comunicação. No âmbito do 7º Programa em Investigação e Desenvolvimento será facilitado o contacto (networking) entre investigadores estrangeiros a trabalhar na UE - especialmente aqueles que trabalham em áreas com interesse directo para os países em via de desenvolvimento – e organizações de investigação nos países de origem. Também está-se a estudar como assegurar que direitos à residência na UE adquiridos por membros da diáspora que decidam de participar em tais actividades, não sejam afectados por causa do retorno temporário aos países de origem.

A Comissão vai continuar a apoiar projectos em que os migrantes ou membros da diáspora estabeleçam actividades económicas adequadas nos países de origem, de preferência em projectos que envolvam diásporas de dois ou mais EM. Por último, a Comissão pretende promover a identificação de “Melhores experiências”, em áreas tais como destacamentos, férias sabáticas e respectivos aspectos de segurança social, que possam facilitar o retorno temporário, como parte do dialogo a encetar com os EM’s nesta matéria.

### (c) Como lidar com a “fuga de cérebros”

Outro elemento na nossa politica é o desafio que representa para o desenvolvimento a questão da “fuga de cérebros”.

“Fuga de cérebros” é uma expressão do fenómeno da globalização e não existe forma simples e generalizada de lidar com esta questão. Além disso, não é uma questão que afecte todos os PVD e sectores. As respostas a este problema têm portanto que ser adequadas nos casos concretos e desafios de cada pais afectado.

Neste contexto a Comissão segue as seguintes orientações:

Melhoria do conhecimento da questão. A Comissão apoia os esforços de PVD interessados em melhorar o conhecimento dos respectivos mercados de trabalho incluindo faltas ou excessos de capacidades a nível sectorial. Isto serve de base para os países poderem avaliar respostas a dar aos problemas identificados no âmbito das suas estratégias de redução da pobreza.

Disciplinar o recrutamento. A Comissão encoraja os EM a desenvolver mecanismos tais como Códigos de Conduta que limitem o recrutamento em casos em que teria sérias repercussões negativas em certos PVD, especialmente no sector da saúde.

Promoção de parcerias institucionais. Medidas tais como apoio à promoção de parcerias entre instituições científicas ou Universidades em PVD e na UE que lhes permitam fazer investigação conjuntamente. Outros tipos de parcerias entre instituições de investigação, universidades, hospitais ou outros em PVD e países da UE que reduzam o efeito da “fuga de cérebros” podiam incluir “dupla colocação (dual posts) ou “esquemas de trabalho partilhado” (shared work schemes) nos quais cientistas, investigadores, médicos, técnicos e outros profissionais dos PVD dividiriam o trabalho entre uma instituição no pais de origem (Universidade, hospital, centro de investigação, etc) e uma instituição parceira num pais da UE.

A cooperação para o desenvolvimento como forma de emprego para profissionais competentes dos PVD.

A Comissão considera que os doadores, no âmbito da OCDE/DAC, podiam rever os respectivos mecanismos de programas de assistência técnica com o objectivo de adoptar incentivos para o emprego de profissionais competentes de PVD na execução da respectiva cooperação para o desenvolvimento.

### (d) Remessas

O aumento do volume das remessas dos migrantes registado nos últimos anos tem despertado a atenção de quem se interessa por esta questão. Contudo, apesar do seu volume, não poderão por si resolver o problema do desenvolvimento. São transferências privadas muitas vezes destinadas a sustentar famílias nos países de origem e não podem substituir a ajuda publica ao desenvolvimento (APD).

Contudo, saliente o respectivo impacto no desenvolvimento :

Primeiro, promovendo formas **rápidas, seguras e a custo razoável de enviar remessas**

A acção da UE dará prioridade a:

- **Fiabilidade de dados**, através de iniciativas para melhorar a colecta de dados que facilitem o conhecimento da dimensão dos fluxos de remessas. Em colaboração com Instituições como o Banco Mundial, promovendo a realização de inquéritos junto aos agregados familiares que permitam obter informação sobre canais de envio de remessas informais.

- **Transparência** propondo uma Directiva sobre serviços de pagamentos que aumente a concorrência e aumente a transparência exigindo aos prestadores destes serviços aplicarem preços (incluído taxas de cambio) e outros encargos (duração da transferência) conhecidos aos clientes,
- **Enquadramento legal**, promovendo por exemplo a criação dum espaço harmonizado de licenciamentos na UE, através dum sistema de troca de informação sobre iniciativas de mercado destinadas a reduzir os custos do envio das remessas.
- **Enquadramento técnico**, apoiando por exemplo projectos piloto que promovam uso de novas tecnologias com vista à criação de serviços de remessas eficazes e a preços competitivos que criam oportunidades nos países em via de desenvolvimento.
- **Acesso a serviços financeiros** apoiando por exemplo iniciativas que visem melhorar o acesso ao sector financeiro e bancário nos PVD com particular atenção ao possível papel das instituições de micro finanças.

Em segundo lugar, promover a contribuição das remessas para o desenvolvimento dos países de origem dos migrantes.

A UE visa o seguinte :

• Intermediação financeira nos PVD.

A Comissão estuda – em parceria com os países interessados e, onde relevante em cooperação com o BEI – a possibilidade de melhorar a intermediação financeira nos PVD, incluindo através da facilitação de parcerias entre instituições de micro finanças e instituições financeiras tradicionais.

• Remessas agrupadas e esquemas de co-financiamento

A Comissão estuda a possibilidade de financiar, no âmbito das respectivas linhas orçamentais, projectos conjuntos entre organizações da diáspora – de preferência de dois ou mais EM – e organizações locais com vista a apoiar o desenvolvimento local.

### **3. Possibilidades de cooperação entre a UE e a CPLP no âmbito da migração e desenvolvimento**

A CPLP é constituída por um conjunto de Estados Membros que têm as seguintes formas de relacionamento com a UE:

- Portugal - é também Estado Membro da União Europeia
- Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, S. Tomé e Príncipe, Timor-Leste – são estados ACP com relações com a UE no âmbito do Acordo de Cotonou (regulamenta as relações políticas, comerciais e de cooperação entre a UE e os ACP's)
- Os cinco Países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP) constituem, no âmbito do Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) uma região e beneficiam de fundos regionais do FED desde 1992 estando em execução um programa no âmbito do 8º FED.
- Timor-Leste pode vir a ser abrangido num futuro programa regional para Países ACP de língua oficial portuguesa.
- As relações entre a UE e o Brasil são baseadas num Acordo Geral de cooperação de 1992 e no Acordo de cooperação entre a UE e o MERSOCUR de 1995. Neste âmbito esta a ser negociado um Acordo de Associação.

### **4. Instrumentos de cooperação possíveis entre a UE e CPLP e o grupo PALOP/ACP**

Passo a referir os instrumentos de cooperação possíveis no âmbito da migração e desenvolvimento aos quais a CPLP no seu conjunto ou os seus Estados Membros individualmente, que são também parte do grupo de estados ACP e PALOP, podem aceder.

#### **I. Acessíveis à CPLP no seu conjunto (ou a qualquer conjunto dos seus EM)**

##### **a. Programa Aeneas**

Este programa visa a assistência técnica e financeira a países terceiros na área de migração e asilo. Existe uma dotação orçamental de 120 milhões de Euros para o período 2004-2006. A programação

para 2006 está na fase final de preparação e prevê-se o lançamento de um apelo para a apresentação de candidaturas para Setembro. O orçamento para 2006 é de 45 M€ dos quais 13 M€ para a África Sub-Sahariana, 2,8 M€ para a América Latina e 2 M € para o Sudoeste Asiático.

O Programa Aeneas visa fluxos migratórios Sul – Norte nomeadamente nas áreas da migração ilegal, promoção de boa gestão de migração (legal), reforço do asilo e protecção, combate ao tráfico de seres humanos.

O Programa Aeneas é gerido juntamente pelas Direcções Gerais Justiça Liberdade e Segurança, e Relações Externas em associação com a Direcção Geral Desenvolvimento e é executado através da AIDCO.

Para além dos Estados interessados (Incluindo os EM da EU) são também elegíveis para apresentar candidaturas organizações internacionais (IOM, UNHCR) e ONG's.

A dimensão de cada projecto (ca. 1 M €) exige uma comprovada capacidade de gestão por parte dos proponentes.

#### **b. Linha orçamental temática para co-financiamento com ONG's**

Visa co-financiar projectos em múltiplos sectores (incluindo migração e desenvolvimento) nos PVD.

Informação sobre estes dois instrumentos pode ser encontrada no site da Internet : <http://ec.europa.eu/comm/europeaid/cgi/frame12.pl>

### **II. Acessíveis aos países CPLP também ACP**

#### **a. Facilidade intra-ACP para desenvolver capacidades na área das migrações**

Em 2005 foi criada esta facilidade com recursos do Fundo Europeu do Desenvolvimento (FED). Actualmente encontra-se em fase de preparação e programação. Visa a gestão de fluxos de migração Sul-Sul num contexto sub regional, envolvendo organizações regionais e/ou pelo menos dois estados ACP. Acções previstas são a compilação e disseminação de dados e estáticas, investigação, formação, conferências.

A facilidade será gerida conforme as regras do FED e será acessível a todos os países ACP, organizações regionais e actores não estatais.

É gerida pela DG Desenvolvimento e AIDCO.

#### **b. Programa Indicativo Nacional (PINs) e Programa Indicativo Regional (PIRs)**

Através dos programas do FED para cada país ACP (PIN) e organizações regionais (PIR) nomeadamente do novo FED (o 10º) cujas orientações programáticas incluem referências à migração e desenvolvimento (incluindo um “perfil” de migrações para cada país).

“Migração” é um dos indicadores para medir desempenho em governação no âmbito da “verba incitativa”.

A relação entre os PIN's e PIR's e a migração deve cobrir dimensões relevantes para o país/região com o objectivo general de promover o desenvolvimento.

Exemplos: Tratar o problema da “fuga de cérebros”, promover o retorno de nacionais qualificados, estabelecer ligações com a diáspora, ligar o envio das remessas com programas de micro crédito, reforçar capacidade da gestão na área de migração laboral.

A gestão dos PIN's e PIR's é assegurada na Comissão pela DG Desenvolvimento e a AIDCO, e ao nível dos países ACP, pelos respectivos Ordenadores Nacionais do FED e das regiões pelos Ordenadores Regionais.



Sessão I

## Conclusões do Grupo de Trabalho I – *Migração e desenvolvimento num contexto regional: O caso da CPLP*

### Participantes:

SEF / IPAD / OIKOS / CASA DO BRASIL / ASSOCIAÇÃO DOS EMIGRANTES  
MOÇAMBICANOS / ICS / UNIVERSIDADE ABERTA / CEG-UL / OIM /  
EMBAIXADA DO BRASIL

Os temas debatidos no grupo de discussão foram em torno das

- Vantagens de um quadro regional que promova políticas coerentes entre migração e desenvolvimento;
- Acordos multilaterais no quadro da CPLP
- Sugestões e recomendações para as políticas migratórias e o desenvolvimento

O ministro Palm começou por reforçar a importância da discussão da questão migratória no âmbito da CPLP uma vez que hoje, a migração é reconhecida como um fenómeno social, económico e político num diálogo alargado que envolve diversos ministérios dos países de origem, trânsito e de acolhimento, organizações internacionais e a sociedade civil. Mais, a comunidade internacional reconhece e destaca os efeitos positivos da migração internacional para o desenvolvimento do país de origem.

Recentemente houve uma chamada de atenção a nível internacional, nacional e regional para a inclusão da migração em estratégias de desenvolvimento e de redução e erradicação da pobreza (PRS).

A migração é um fenómeno que nos afecta a todos, e iniciativas isoladas podem ser ineficazes. O crescimento da globalização está a gerar uma maior sensibilização para a importância de uma abordagem regional do fenómeno por forma a obtermos resultados concretos.

Foi apresentado pela representante do SEF D.ra Claudia Rocha o projecto do Observatório CPLP. O texto do observatório foi aprovado em 22 de Maio 2006 e o objectivo do projecto é a criação de uma base de dados estatísticos sobre os fluxos migratórios entre os países da CPLP.

Houve várias intervenções nas quais todos realçaram a importância de um tal projecto por permitir reunir os representantes de cada país membro à volta de um objectivo comum: a recolha e organização de dados estatísticos que permitirão dar a conhecer o peso real das migrações. Esta é uma condição necessária para a escolha das políticas migratórias mas não suficiente se não for complementada por políticas de inserção social dos imigrantes nos países de acolhimento assim como por políticas que vejam os migrantes como agentes de desenvolvimento quer para os países de acolhimento quer para os países de origem.

Por outro lado, os dados estatísticos não conseguem captar os números reais dos fluxos migratórios uma vez que a maioria dos fluxos mais recentes são de origem informal e/ou ilegal. Estes últimos só poderão ser captados com um trabalho directo com as comunidades podendo as associações de imigrantes desempenhar um papel relevante neste âmbito.

Uma das questões mais realçadas e mesmo apreciada pelo grupo de discussão do projecto do Observatório é a inclusão de um glossário que vai permitir definir os termos e os conceitos mais

sensíveis analisados por exemplo à volta do limite entre imigração legal e imigração ilegal. De facto cada país membro tem leis diferentes e vocabulário distintos sobre os mesmos fenómenos.

Após a apresentação do projecto do Observatório a discussão centrou-se no papel das migrações no desenvolvimento. Foram realçadas pelos participantes regionais as diferentes formas das diásporas contribuírem para o desenvolvimento dos países de origem e a necessidade de enquadrar o seu contributo nas políticas migratórias. A este propósito foi realçada a importância de políticas de inserção social efectivas e acesso à cidadania dos imigrantes nos países de acolhimento como condição necessária para estimular o desenvolvimento nos países de origem. Também foi realçada a importância das migrações temporárias/circulares na mobilização das competências dos migrantes de forma a aproveitá-las para o desenvolvimento.

Foi também sugerido que tal como os cidadãos da UE que têm certos direitos no espaço europeu, a CPLP deveria tentar algo semelhante, ou seja estimular condições de direitos sociais e políticos como por exemplo: acesso à dupla nacionalidade, direito de voto nos países de acolhimento.

#### Finalmente

A forma como são processadas as remessas dos migrantes foi identificada como muito importante para o desenvolvimento. Neste sentido foi realçada a importância de adaptar o sistema bancário à realidade das transferências promovendo incentivos fiscais e acordos bancários para a redução dos custos de transferência bancária.

Além disso foi discutida e enfatizada, no caso por exemplo do Brasil a importância de acções de promoção da responsabilidade social das empresas no apoio às suas comunidades nos países de acolhimento.

A reunião acabou com um consenso em torno da importância de ter em conta as diferentes realidades entre os países membros da CPLP que dificultam uma política “para todos”. De facto cada um dos países tem quadros legislativos muito diferentes assim como perante problemas concretos diferentes também atitudes políticas dispares. Por exemplo a concessão de direitos políticos baseados na reciprocidade pode enfrentar obstáculos resultantes de diferentes culturas políticas e sensibilidades diferenciadas sobre questões concretas. É aqui que o papel dos oficiais de ligação dos vários países devem desempenhar um papel fundamental na coordenação das políticas para os seus membros. E é por isso que são necessários estudos das várias realidades à volta da ideia comum de que a migração pode e deve ser aproveitada para alcançar os objectivos de desenvolvimento do milénio sobretudo no que toca a erradicação da pobreza, no acesso universal à educação básica, na promoção da capacitação das mulheres e na luta do VIH/SIDA, malária e outras doenças que ainda afectam grande parte da população mundial.

Comentário

**JÚLIO CÉZAR ZELNER**

Embaixador do Brasil em Portugal



Eu queria aproveitar para apresentar algumas observações rápidas. Em primeiro lugar, eu me parablenizo pela realização desse seminário como mais um elemento de conscientização da sociedade, dos seus representantes, do governo e das cidades que congregam imigrantes. para a importância crescente desse tema. Eu considero esta reunião como uma indicação evidente de que o tema da imigração entrou na agenda política internacional, o que me parece importante. É de facto necessário que o tema da imigração seja abordado de um ponto de vista político, não sendo só um fenómeno económico e social. Alegrou-me por algumas das conclusões que foram lidas há pouco, enquanto identificam a contribuição positiva que a imigração dá ao país de acolhimento e a emigração ao país de origem. Como isso quero dizer que a migração internacional pode produzir bons frutos seja para o país de acolhimento seja para o país de origem dos migrantes. Por um lado o fenómeno migratório remete de volta recursos, viabiliza a vida de famílias e, às vezes, de municípios,. Por outro lado, permite ocupar, posições de trabalho que os locais nos países de acolhimento vão deixando de ocupar, talvez devido ao desenvolvimento da sociedade. Isso parece-me por si só um factor, de grande relevância.

Gostaria também de sublinhar a necessidade de estabelecer de maneira clara a diferença entre a imigração legal e a chamada imigração ilegal. No Brasil, o facto de permanecer no Brasil após caducidade do visto de turismo é uma infracção administrativa, pelo que nós chamamos essa imigração irregular e não ilegal. Considera-se que tal comportamento não constitui crime.. Isso tem implicações conceptuais interessantes, sendo que ao chamar a imigração de ilegal associa-se facilmente estes comportamentos às actividades das redes criminosas que propiciam o tráfico internacional de pessoas. Este fenómeno não têm nada a ver com a imigração chamada irregular. As informações sobre a possibilidade de migrar irregularmente são divulgadas através de canais informais. O que acontece é que uma pessoa que emigra, depois ter conseguido um emprego no país de acolhimento, chama um membro da sua família o um conhecido.. Nenhuma destas pessoas cometeu um crime; emigram para terem melhores perspectivas de vida e até muitas vezes contribuem para a previdência social do país de acolhimento. Estes comportamentos não podem ser qualificados como crimes.

Outro aspecto que gostava de sublinhar diz respeito às remessas enviadas aos países de origem pelos emigrantes, sendo este um factor de importância crescente. O Brasil constitui um caso importante neste respeito. Já temos quase seis biliões de dólares de remessa anual enviados pelos emigrados. Sendo que estes recursos são individuais, enviados na maioria das vezes pelos emigrantes para membros da família, ao meu ver será difícil que os Estados possam interferir na gerência desses recursos. Há o exemplo de uma região específica do Brasil, que é hoje uma das regiões mais desenvolvidas do país, na qual no passado operava uma máfia criminosa que propiciava a saída de brasileiros para os Estados Unidos. Independentemente do que aconteceu no passado, as pessoas continuam a emigrar desta região e a enviar remessas que, ao longo dos anos contribuíram para melhorar a qualidade de vida dos habitantes. No caso da CPLP, um elemento que também é preciso valorizar é a necessidade de políticas de flexibilização que favoreçam a entrada de pessoas proveniente dos países da CPLP nos países membros desta comunidade. A identidade linguística e cultural são os elementos essenciais nos quais assenta a construção desta organização. Da mesma maneira, essa identidade linguística e cultural deve servir de elemento para facilitar as migrações, a circulação de pessoas na área da CPLP.

Comentário

**MIGUEL MKAIMA**

Embaixador de Moçambique em Portugal



Muito obrigado. Para não roubar muito tempo, eu iria fazer muito breves comentários à volta de um aspecto que considero muito importante. Particularmente relativamente à fuga de cérebros, mas também às referências aqui que considero bastante úteis relativamente ao enquadramento dos emigrantes, quer nos países de origem, assim como nos países de acolhimento. Queria contar um episódio que saiu na televisão de Moçambique há umas três, quatro semanas. O episódio apresentava uma família de origem burundesa, um dos países dos Grandes Lagos, que teria entrado em Moçambique à procura de um acolhimento. Todos nós sabemos qual é a situação política nos países dos Grandes Lagos. Essa família era constituída por uma mãe, seis filhos e dois sobrinhos. A mãe tinha a função de mãe, mas como não tinha marido, assumia o também o papel de pai. Entrou em Moçambique a procura de acolhimento. Dois anos depois, é apresentada na televisão como um exemplo interessante de enquadramento de uma imigrante, um enquadramento de sucesso num país de acolhimento. Essa mãe tinha alguns conhecimentos de como trabalhar o barro e começou a produzir produtos de artesanato para a venda. São produtos de artesanato, muito bonitos e desconhecidos em Moçambique, portanto produtos exclusivos. Conseguiu assim ganhar procura no mercado. E juntou os filhos e os sobrinhos à volta deste projecto de produção de artesanato e, a partir daí, construiu uma sua casa, os filhos andam a escola e tem agora uma vida melhorada. Este é um exemplo talvez bonito, mas, olhando na profundidade, a conclusão que se pode tirar daí é de que, afinal de contas, esta questão de enquadramento por vezes tem um carácter económico quando se pode pôr à disposição dos cidadãos do país de acolhimento algum produto. Este acolhimento é muito mais rápido e muito mais positivo. Mas o acolhimento também tem outros aspectos que são fundamentalmente de carácter cultural e social em que o país de acolhimento coloca à disposição a sua simpatia e outras formas positivas de acolhimento. Há um outro exemplo, que aconteceu ainda em Moçambique e que eu acompanhei pessoalmente, de um moçambicano que saiu de Moçambique há muitos anos e erradicou-se aqui, em Portugal. Entretanto, decidiu depois de muitos anos voltar a Moçambique, sonhando que iria a Moçambique desenvolver uma actividade produtiva, uma pequena empresa para poder sobreviver. Chegou a Moçambique, começou a trabalhar com bons planos, mas dois anos depois, esse moçambicano viu os seus sonhos gorados devido aos condicionalismos com que ele não contava e que encontrou lá no terreno. O que é que ele decidiu? Decidiu voltar a Portugal. Porque lá tinha melhores condições de acolhimento e, sobretudo, de inserção económica, da sua família. Com isso queria dizer que eu escutei com muita curiosidade as informações do representante da Comissão Europeia, e que eu considero que existe um esforço enorme junto da Comissão Europeia para criar condições de preparação dos retornados. Portanto, antes de os emigrantes retornarem ao seu país é preciso criar condições, sobretudo condições de carácter cultural, de carácter social para garantir que as dificuldades que for encontrar no seu país, ao retornar para aquele país, sejam devidamente superadas. Essas experiências são positivas. Eu acredito que a União Europeia deve ter alguns dados numéricos que mostram algum sucesso na preparação de um número significativo de retornados para os seus países e que isso devia ser divulgado, devia ser visto como um exemplo positivo. Muito obrigado.

Sessão II

# Migrantes para o desenvolvimento: o capital humano das diásporas e o papel da integração efectiva em Portugal como um recurso para o desenvolvimento nos países de origem

*Conferencista*

**Pedro de Vasconcelos**

*Fundo Multilateral de Investimento, Estados Unidos de América*

*Conclusões do Grupo de Trabalho II*

**Paulo Mendes**

*AIPA – Associação dos Imigrantes dos Açores, Portugal*

*Comentários*

**Apolinário Mendes de Carvalho**

*Secretário Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Guiné Bissau*

**Mário Barros**

*Representante do Instituto das Comunidades de Cabo Verde*

Conferencista

**PEDRO DE VASCONCELOS**

Fundo Multilateral de Investimento (FUMIN)



Boa tarde. O meu nome é Pedro Vasconcelos. Sou o coordenador do programa de remessas no Banco Inter-Americano de Desenvolvimento. Para quem não sabe, é um banco com a opção de todos os temas de desenvolvimento na América Latina. E, dentro desse banco, existe um fundo, que se chama o Fundo Multilateral de Investimentos (MIF), que começou a trabalhar nesta temática há mais de cinco anos. O nosso fundo foi criado em 1992, com a ideia de promover e fortalecer o sector privado da América Latina e das Caraíbas. As nossas áreas de trabalho são três: o âmbito regulador do sector privado, o desenvolvimento de recursos humanos e a melhoria das micro, pequenas e médias empresas da América Latina e Caraíbas. O tema das remessas nasceu há cinco anos de maneira muito natural. Irei portanto hoje de maneira muito breve, dar uma apresentação do nosso trabalho e falar das nossas experiências e conclusões em termos de remessas e de desenvolvimento. Abordarei quatro temas: os antecedentes do tema das remessas, os objectivos e as estratégias do MIF, as iniciativas e os projectos que temos e as novas áreas de financiamento da nossa assistência técnica. Oitenta por cento do nosso trabalho consiste na assistência técnica ao sector privado.

Como já foi dito, as remessas constituem um meio tradicional de apoio às famílias nos países de origem. É uma verdade para a América Latina, como também para outras regiões como a Ásia ou a África. É um fenómeno típico criado por um fluxo laboral através das fronteiras, que constitui um mercado internacional, no centro do qual, estão as pessoas. Se as pessoas se deslocarem para o norte aos milhões, em resposta, o dinheiro flui para o sul aos milhares de milhões. No caso da América Latina, também se pode aplicar ao resto do mundo, as remessas têm implicações macroeconómicas muito grandes, não só por terem efeito multiplicador. Por exemplo, um dólar que a família manda para o país de origem, tem um efeito multiplicador no país de recepção. O seja, um dólar pode valer 13 a 15 dólares no país de origem. Para terem uma ideia do que é que está a acontecer na América Latina e nas Caraíbas, no ano de 2005, chegou-se a 53.600 milhões de dólares em remessas. São famílias de salário modesto a mandar, em média, 200 a 250 dólares por mês para as famílias. Isto é mais que o valor conjunto do investimento estrangeiro directo à região, e qualquer ajuda oficial ao desenvolvimento.

Relativamente aos países que recebem as remessas, parece ser um fenómeno regional. Começou no México, passou para a América Central, e nos países andinos, e estendeu-se a América do Sul; no México, com 20 mil milhões de dólares, é um fenómeno que já ultrapassa o turismo. Em vários países, é a fonte principal de ingresso de moeda estrangeira. E, aqui, para dar só uma ideia, que é um fenómeno que vai continuar para o ano 2006, penso que são 60 mil milhões de dólares, o que implica 300 milhões de transacções anuais. Isso é importante porque vou falar a seguir como esse dinheiro chega à região.

Como podem ver aqui, o típico na América Latina e é quase verdade no resto do mundo; a percentagem só muda um bocado, a maioria do dinheiro vai para companhias de remessas, como a Western Union ou MoneyGram e, muito pouco passa pelo sistema financeiro formal e aí é que o Banco Inter-Americano viu um problema em termos do sector privado. Não se estava a aproveitar o potencial que as instituições financeiras podem dar para aproveitar mais de 60 mil milhões de dólares. Em termos de custo, uma temática da qual muito se falou, nos últimos anos era o vinte por cento. Se quisessem mandar 200 dólares, tinham que pagar 40. Isso a

multiplicar por dez, de cada vez, resulta a eficiência zero e pelo facto de só existirem algumas companhias, Western Union ou MoneyGram que ofereciam um bom serviço, mas um serviço, que tinha o seu custo por falta de concorrência, transparência e como vêem, maturidade do mercado de remessas.

Hoje em dia a tecnologia, a informação, conferências como estas sobre o tema demonstram aos sectores privado e público a importância do tema, e isso teve um impacto muito grande no sector privado e na concorrência do mercado. Agora só queria, em relação a esses antecedentes, passar aos objectivos de estratégia que o MIF tem. Basicamente são dois: desenvolvimento dos recursos financeiros para quem recebe as remessas e melhoramento do impacto desses fundos para o desenvolvimento.

Para o efeito, criámos um programa de mais cinco anos, em três fases. A primeira era documentar a importância das remessas na região. Tem que se dizer que no ano de 2000 não se conhecia a sua relevância. Desconhecia-se quanto é que a região recebia em total. A América Latina é hoje em dia a região em desenvolvimento que se conhece melhor e sobre a qual se tem mais informação em relação ao fluxo de remessas que chegam. Não é o caso da África, nem é o caso da Ásia. Está-se a seguir o exemplo, e temos trabalhado muito nomeadamente com o Banco Asiático do Desenvolvimento. É muito difícil saber quantas remessas é que chegam. É muito difícil obter informação das companhias e dos bancos centrais; as metodologias que eles têm nem sempre é das melhores. Para melhorar a recolha de informação temos feito muitos inquéritos. Tudo isto faz parte do esforço de documentar a importância das remessas.

No segundo plano, tínhamos de encontrar formas de baixar o custo das transferências, promover a concorrência e melhorar a tecnologia e isso, obviamente, para deixar o sector privado fazer o seu trabalho e não ter uma abordagem paternalista; estamos a ver os efeitos hoje em 2006. O custo de remessas, como mencionei, baixou de vinte a cinco em média e há muitos produtos inovadores que as companhias oferecem. Graças à informação, o impacto foi muito grande.

Em terceiro lugar, pretendia-se aumentar o impacto sobre o desenvolvimento das remessas recebidas; a ideia é de maximizar o impacto uma vez as remessas chegarem. Antes de falar de como isto é possível, queria partilhar convosco alguns princípios básicos sobre remessas que temos elaborado e que dão para perceber qual é o papel dos sectores sector privado e público e da sociedade civil.

Da parte do sector privado, fala-se muito em melhorar a transparência no mercado das remessas e das muitas companhias, *social corporate responsibility*, que têm vontade de melhorar neste sector. Estão a promover, nesse sentido, mais transparência, concorrência e preços justos, o que não era o caso anteriormente. Tecnologia adequada, criação de associações e alianças entre instituições e ampliação dos serviços financeiros para quem recebe e também para quem envia as remessas.

Da parte do sector público: não prejudicar. Essa é a nossa mensagem. Não tentar criar um problema onde não existe. Estamos a falar de impostos na América Latina. Havia uma ideia de criar impostos sobre o dinheiro dos emigrantes que chegava. Não deu resultado, por óbvias razões políticas. A mensagem para o sector público é essa: melhorar a informação com os bancos centrais, a intermediação financeira e conhecimentos financeiros.

Da parte da sociedade civil, é preciso multiplicar o impacto sobre o desenvolvimento e incrementar o apoio à inclusão social e financeira. No entanto, os governos e as instituições internacionais têm que ter uma coisa sempre em mente quando tentarem ter projectos de desenvolvimento: **é que o dinheiro é deles**. Nos últimos anos que estivemos a trabalhar nesta área, houve muitas ideias, muitas instituições a querer trabalhar no tema, mas sempre houve uma abordagem quase paternalista a querer mudar o destino das remessas. Um exemplo: alguém que está a mandar dinheiro dos Estados Unidos para o Brasil; duzentos dólares para a mãe. Muitos projectos tinham o incentivo de querer talvez cortar uma parte dessas remessas a ser investidas num projecto de desenvolvimento local. Claro que 80% deste dinheiro vai para o consumo, e o que se disse foi que isso não era produtivo. Nós achamos que, comer ou pagar as contas seja produtivo, e que mantenha a povoação. Pode-se dizer, por exemplo, que no El Salvador, na América Central, se as remessas parassem hoje, como consequência a crise iria sentir-se logo dois ou três dias mais tarde. Estamos a falar de pessoas, para as quais as remessas representam a única (em muitos casos mais de metade) entrada familiar. E isso não é igual à entrada que eles têm mensalmente.

A importância das remessas e o tentar melhorar o impacto dessas remessas, são portanto o nosso tema principal. Para que não haja mal-entendidos, antes de passar aos projectos, gostava só de dizer que as remessas não são substituto para a ajuda ao desenvolvimento. Essa é uma ideia falsa. Não são um substituto para políticas públicas de desenvolvimento económico ou social e também não representam o melhor modelo de desenvolvimento para um país. As remessas são a consequência de outro mal, que é a migração em certos casos. Normalmente um cidadão não quer deixar o seu país, na maioria dos casos é forçado a fazê-lo. E se as remessas são a consequência dessa migração, a migração é, por sua vez, consequência das poucas oportunidades locais, que levam à migração. Então, gera-se um ciclo vicioso; estamos a tentar encontrar maneiras de, não fechar, mas cortá-lo. Então, no caso do México por exemplo, pode-se concluir que o facto de receber 20 mil milhões de dólares por ano, não seja causa para festejo. Mais uma vez, isso só quer dizer que há falta de oportunidade local e, desde então, as remessas representam mais uma quebra de desenvolvimento do que o contrário.

Fala-se muito de ajuda externa de muitos países, incluindo os Estados Unidos, pois se os emigrantes nos Estados Unidos mandam 40.000 milhões de dólares, poderá isso ser considerado como ajuda externa? Não é assim: não se pode ver as remessas nesse sentido. É uma ajuda externa sim, mas é privada, para começar, não é pública; é muito diferente, é instantânea, vai directamente às pessoas, não passa por instituições ou governos.

Em termos de projectos, há três áreas que têm a ver com os antecedentes e os temas que acabo de enumerar; a primeira diz respeito ao âmbito regulador e à disseminação, com o governo, de informação para o sector privado, a segunda é a intermediação financeira, o seja a *bancarização*, um termo que se inventou e que está a ser muito utilizado, e a habitação e, a terceira, o investimento produtivo de capital de emigrantes. Só para dar uma ideia dos projectos, até à data, executamos 23 projectos por um volume de 225 milhões de dólares. Há sempre uma contrapartida que se pede para os projectos de assistência técnica. Por exemplo um projecto para trabalhar com todos os bancos centrais, para tentar identificar e harmonizar as metodologias para contabilizar as remessas. Sem essa informação, não é possível nem para o sector privado, nem para o sector público tomar medidas adequadas. Neste sentido, o mais importante é obter informação não somente sobre o volume de remessas. Até hoje fizemos 25 inquéritos sobre as populações que recebem e mandam as remessas. Isso permite obter um perfil socio-económico que pode ser avaliado com perguntas muito básicas.

Efectuámos recentemente um estudo sobre Brasil e Portugal, com a população brasileira e duas agências, e pela primeira vez obteve-se este tipo de informação; não há outra maneira de perguntar coisas como: a quem mandam e quem recebe o dinheiro, como o fazem e quanto pagam - toda essa informação foi em tempos pura especulação. Em termos de bancarização, era importante mencionar que se está a replicar muito em África, mas também na Ásia. Estamos a trabalhar com o Banco Africano de Desenvolvimento e o Banco Asiático de Desenvolvimento em projectos similares.

Irei aqui trazer o exemplo do Equador. Hoje em dia, em Espanha, a comunidade do Equador atinge quase 600 mil pessoas vindos na maioria dos casos nos últimos quatro anos. Estas pessoas estavam a mandar remessas utilizando sempre o mesmo método, pagando muito para o fazer. Juntámos então o Banco Solidário, que é uma micro-financeira no Equador também envolvida no negócio de remessas, com cinco por cento do mercado; juntámos também a Confederação Espanhola de Caixas de Poupança, *cajas de ahorro*, para tentar coordenar um esforço. O imigrante podia então, antes de sair do Equador, abrir uma conta no Banco Solidário do seu país e, ao chegar a Espanha, também teria uma conta. Cinco anos mais tarde, onde é que estamos? O custo de mandar remessas da Espanha ao Equador é zero. Quem tem conta não paga.

Crédito para habitação: no último ano tiveram 1500 créditos para habitação. O facto é que, com esse esforço e a bancarização, criou-se um historial de crédito. Isso é o grande problema na América Latina. Por exemplo, no México, 80% da população não tem conta bancária, não tem nenhuma relação financeira com uma instituição ou com um banco. Nesta situação o desenvolvimento sustentável parece ser impossível. O que falta é a oferta de mais opções ou da inserção num sistema financeiro; para um imigrante que manda o recebe as remessas isto pode mudar tudo. Mas há mais opções. Estamos a falar de opções básicas, ter uma conta corrente ou então abrir uma conta poupança. Como estamos a ver na América Latina com o micro-crédito, isto ajuda muito em termos de acesso ao crédito. O tema de micro-finanças tem um impacto muito grande.



Passarei agora, aos temas do investimento produtivo do capital do emigrante; estamos a falar dos 250 dólares que se mandam cada mês, embora muitos emigrantes tenham mais capital que gostariam de investir nos seus países. O que falta, mais uma vez, é ter mais opções, mais oportunidades. Estamos a tentar, através de um projecto, ajudar os brasileiros que querem investir ou que querem voltar ao Brasil com capacidade técnica, com dinheiro, mas não sabem bem como o fazer. Em certos casos têm ideias, mas não sabem como as concretizar. O grupo alvo deste projecto são os brasileiros de origem japonesa que vão trabalhar para o Japão, onde têm a possibilidade de trabalhar durante cinco anos e, em muitos casos, acumulam um valor de 40 mil dólares; quando voltam para o Brasil tentamos incentivar o lado empreendedor desses emigrantes através do apoio na criação de um pequeno negócio, desde o princípio até ao fim. Muitos projectos que se têm desenvolvidos nesse sentido limitavam-se a informar sobre as possibilidades de investimento, em vez de providenciar ajuda prática, concreta. E tornar-se empreendedor não é fácil. É preciso apoio.

Finalmente, queria acabar com as novas áreas das remessas. Fala-se muito de bancarização e de outros temas relacionados e não se faz muito na área das tecnologias, para melhor aproveitar da tecnologia e das remessas para o desenvolvimento. Agora, por exemplo, no Peru, utiliza-se o telemóvel para ter acesso bancário. Poder mandar e receber as remessas através e com a confirmação do telemóvel, especialmente em áreas de difícil acesso é muito vantajoso. Quanto à habitação: temos três projectos agora na América Latina, nomeadamente no México. O simples facto de receber remessas ajuda os bancos a fazer uma análise creditária de quem recebe as remessas e, em muitos casos, isto permite o crédito-habitação sem gastar um dólar do dinheiro das remessas. Este é um outro exemplo do efeito multiplicador que as remessas podem ter se lhes dermos a oportunidade.

A titularização dos fluxos de remessas. Como muitos fluxos de remessas são constantes, vários bancos estão agora emitindo *bónus*. Com esses *bónus* podem ajudar a criar uma fonte de capital de baixo custo, e, a longo prazo, a criar pequenas e médias empresas. Estamos a tentar agora fazer um estudo sobre o impacto do género, porque realizamos que as mulheres representam metade dos emissores de remessas, e a maioria dos receptores nos países. Temos alguns projectos nomeadamente no México, em comunidades de donde os homens saíram e as mulheres ficaram a fazer o trabalho deles. São projectos que tentam capacitar as mulheres que ficaram a trabalhar nos negócios e na agricultura através formação. O resultado foi óptimo - a instituição criada por exemplo em Oaxaca obteve resultados muito melhores em comparação com os tempos em que estiveram os maridos. Mais uma vez isto se conseguiu graças as remessas: as mulheres receberam remessas, abriram contas, puderam ter acesso ao crédito e com acesso ao crédito, à formação. Mais uma vez, as remessas, o *dollar value*, têm elevado potencial. É nesta área que o Banco Inter-Americano de Desenvolvimento está activo também agora em outras regiões. Também a Europa tem os seus exemplos, como a Alemanha e a Turquia. O fenómeno é mundial. Uma em cada dez pessoas neste mundo tem a ver com a imigração e as remessas. Agradeço muito a concretização de eventos deste tipo que nos permitem partilhar todas as nossas experiências na América Latina.

Muito obrigado.

(Vd. a apresentação em PowerPoint no Anexo II)

Sessão II

## Conclusões do Grupo de Trabalho II – *“Migrantes para o desenvolvimento: o capital humano das diásporas e o papel da integração eficiente em Portugal como um recurso para o desenvolvimento nos países de origem”*

### Participantes:

OIM / IPAD / COCAI|ACIME / MILLENIUM BCP / AIPA / CGD / RTP ÁFRICA / CTT / FASCP / ASSOCIAÇÃO PILUMBA / AGPD / INSTITUTO DAS COMUNIDADES DE CABO VERDE / MINISTÉRIO DAS FINANÇAS PORTUGUÊS / MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS GUINEENSE / INSTITUTO DE APOIO AO EMIGRANTE DA GUINÉ-BISSAU / ASSOCIAÇÃO DOS CABOVERDIANOS NO CONCELHO DO SEIXAL

### Objectivos gerais

O objectivo central da sessão visou analisar e discutir as formas de potenciar o envolvimento das diásporas no desenvolvimento dos seus países de origem, no do quadro da CPLP, e a sua posição no diálogo internacional.

### Objectivos específicos

1. Estratégias/iniciativas para que as diásporas contribuam ao desenvolvimento dos Países de Origem (e.g. otimizar a transferência de competências)
  - a. Estratégias actuais para transferência de Know-how
  - b. Estimular a “migração circular”;
  - c. Iniciativas dos países de origem para atrair emigrantes
  - d. Papel das associações de imigrantes
2. Importância das políticas de integração nos Países de Acolhimento enquanto afectam directamente a capacidade da diáspora de contribuir ao desenvolvimento nos Países de Origem
  - a. De que forma, Portugal pode integrar as políticas dirigidas aos imigrantes com as políticas de desenvolvimento
  - b. Parecerias com entidades ligadas á diásporas (e.g. associações de imigrantes)
  - c. Possíveis conflitos para realizar esta ligação
  - d. Melhor gestão das políticas de mobilidade dos migrantes para favorecer o brain gain
3. A importância das remessas e exploração do potencial dos outros tipos de contribuições (e.g. investimentos directos em fundos nos Países de Origem)
  - a. Impacto sobre o desenvolvimento
  - b. Possibilidade para melhorar o envio (baixar custos transferências)
4. Papel do sector privado para apoiar a diáspora
  - a. e.g. envolvimento do sector privado na formação de pessoal nos Países de Origem

### Recomendações

Foi confirmada a importância fulcral das diásporas no desenvolvimento económico, social e cultural das sociedades envolvidas nas dinâmicas migratórias e, conseqüentemente, a necessidade de potenciar o seu contributo quer no país de origem, quer no país de acolhimento.

Neste sentido, os participantes da presente sessão consolidaram as seguintes recomendações:

- Entender a integração nas suas várias vertentes (social, política, económica e cultural) e encará-la como o factor essencial para o envolvimento das diásporas no desenvolvimento do país de origem. Neste quadro, recomenda-se que se prossiga com a implementação de políticas activas de integração das comunidades de imigrantes em Portugal, nomeadamente no reforço dos direitos e deveres sociais, civis, políticos e económicos, numa expressão plena de cidadania;
- Entender, igualmente, que a implementação de uma estratégia de envolvimento da diáspora no desenvolvimento do país de origem passa, inevitavelmente, pela existência real de uma boa governação, potenciando a estabilidade política, o desenvolvimento económico, uma administração eficiente entre outros vectores essenciais;
- Entender, de igual modo, que os países de origem deverão identificar e implementar estratégias concretas e transversais de envolvimento das diásporas;
- Gerar junto das comunidades de migrantes uma educação para o desenvolvimento no sentido da sua sensibilização sobre as possibilidades, as necessidades e as potencialidades de contribuição para o país de origem;
- Potenciar o papel dos migrantes, enquanto agentes para o desenvolvimento, promovendo o seu envolvimento nos projectos de financiamento e de execução transnacional;
- Desenvolver uma política de mobilidade que favoreça a circulação dos migrantes entre o país de origem e de acolhimento, através de uma flexibilização e divulgação da legislação e medidas relacionadas;
- Promover a sustentabilidade de transferências de quadros qualificados, atendendo à possibilidade da sua absorção pelo mercado de trabalho do país de origem.
- Focar a importância que os sistemas de transferência de *know how* assumem nesta problemática e a necessidade de as potenciar, através da constituição de observatórios e de bases de dados de competência dos migrantes da CPLP;
- Potenciar um maior envolvimento das diásporas nos processos de decisão dos países de origem, através da criação de um conjunto de mecanismos, como por exemplo, Conselhos Consultivos das Comunidades, círculos eleitorais da diáspora, representantes políticos da diáspora;
- Potenciar a organização das comunidades nos países de acolhimento, enquanto facilitadores do diálogo entre os imigrantes e os órgãos decisores;
- Destacar a importância das remessas e demais fluxos financeiros dos migrantes e a necessidade de potenciar a circulação formal dos mesmos gerando, consequentemente, um maior esforço na redução dos custos de transferências;
- Potenciar e/ou reformular o sistema de incentivos fiscais nos países de origem no sentido de estimular o investimento por parte dos migrantes;
- Reforçar a concretização de projectos que visem uma incrementação de uma cultura financeira no sentido de promover uma maior informação sobre os produtos bancários (capacitação de competências bancárias);
- Fomentar o espírito de empreendedorismo dos migrantes enquanto instrumento de concretização de projectos de desenvolvimento;
- Prosseguir no desenvolvimento de esforços de forma a facilitar o reconhecimento de competências dos migrantes e, consequentemente, o seu aproveitamento no mercado de trabalho português;
- Encontrar mecanismos para a canalização de remessas para fins de investimento no país de origem de forma a não alimentarem, exclusivamente, o consumo privado;
- Reforçar, através da investigação, o conhecimento da dinâmica migratória, as expectativas financeiras dos migrantes, o circuito utilizado, entre outras dimensões;
- Capacitar as organizações da sociedade civil representativas das diásporas na concretização dos seus objectivos;
- Divulgar e reforçar mecanismos de incentivos à circulação de migrantes quer na idade activa, quer na situação de reforma no sentido de constituir um activo importante na economia do país de origem;
- Reforçar as parcerias no sector privado de forma a dinamizar e divulgar a bolsa de oportunidades de negócios emergentes nos países de origem dos migrantes, no quadro da CPLP.

Comentário

## MÁRIO BARROS

Instituto das Comunidades de Cabo Verde



Muito obrigado. Boa tarde a todos. Eu gostaria de começar por agradecer aos promotores deste encontro, a OIM, a Gulbenkian, ao ACIME, ao IPAD por nos proporcionar esta oportunidade para reflectirmos e podermos, a partir dessa reflexão, tentar melhorar a nossa prática na gestão das questões das migrações.

A questão do diálogo, ou do envolvimento das diásporas no diálogo internacional e para o desenvolvimento creio que, de uma certa forma, tem sido uma prática de Cabo Verde desde o início da sua história. Em relação particular aqui ao que nós temos visto, e já vimos diversas formas de se promover de forma mais eficiente, a contribuição das Diásporas para o desenvolvimento dos países, queria apenas frisar um aspecto que parece-me importante e também pertinente, nomeadamente para o processo que Cabo Verde tem desenvolvido ao longo destes anos que é a necessidade da realização de estudos mais específicos, orientados de forma a que permitam que se possa atingir de forma mais eficiente e eficaz os objectivos preconizados com o aproveitamento dos recursos das diásporas. E nós vimos aqui hoje, na apresentação do estudo da manhã, que há dificuldades na realização desses estudos, nomeadamente no aspecto em que as associações muitas delas, ou a maior parte, não responderam por exemplo ao inquérito.

Também ainda no âmbito do aproveitamento, Cabo Verde tem tido necessidade de realizar estudos para conhecer melhor a sua Diáspora e nós temos tido dificuldade em conseguir financiamento para isso. De modo que creio que seria importante para este processo uma maior sensibilização de todos os actores envolvidos para que se permita conhecer melhor uns aos outros e mesmo a eles mesmos para se, com esse conhecimento, possamos então - como disse no início - permitir atingir esses objectivos de uma forma mais eficiente e eficaz. Muito obrigado.

Comentário

**APOLINÁRIO MENDES DE CARVALHO**

Secretário Geral, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Guiné-Bissau



Muito obrigado. Permitam-me antes de mais saudar esta iniciativa em nome do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Guiné-Bissau que aqui represento.

Este espaço de reflexão, de procura pró-activa, acontece num momento em que o nosso país pretende promover a curto prazo um atelier nacional que visa a elaboração de uma política de apoio nacional ao imigrante. O programa do Governo – aliás, dos últimos governos – já fazia referência a várias preocupações nesse domínio, mas o país, até agora, não tem de facto uma verdadeira política nesse sentido.

Estamos aqui hoje para recolher experiências e alguns conhecimentos que nós poderão ser úteis ao trabalho no qual o nosso governo, o nosso país, estará engajado nos próximos tempos. Eu queria dar ênfase na minha intervenção, sobretudo, a vertente do diálogo que é a primeira preocupação que é manifestada a nível do nosso workshop.

É minha opinião que, neste momento, nós temos alguma situação nova que tem a ver com novas tendências que se manifestam no quadro do diálogo e também alguns problemas que se colocam em relação ao próprio nível do diálogo. Essas novas tendências têm a ver com o facto de que se regista uma deslocação do diálogo, de um conceito de segurança, que se centrava muito à volta de aspectos securitários, de ameaça, ou de alguma perspectiva unilateral, para algo um pouco diferente. Essa evolução, registada presentemente, aponta para a abordagem da questão na perspectiva do conceito de segurança humana, em que aparece o desenvolvimento, em que aparecem os direitos humanos, em que aparecem também, evidentemente, algumas questões securitárias, sobretudo ligados aos propósitos comuns de gestão dos fluxos migratórios. Esta tendência parece-nos bastante boa. Responde aos interesses e preocupações dos nossos países porque nos parece, de facto, que neste momento é preciso encarar o problema da imigração com uma nova abordagem, sobretudo quando visa a questão de financiamento, de desenvolvimento. Esse aspecto poderia integrar o chamado “Consenso de Monterrey” como sexta fonte de financiamento. A par das outros, seria mais uma fonte complementar. Ela é importante para países como a Guiné-Bissau que têm dificuldades de acesso ao investimento directo do estrangeiro, têm problemas com a ajuda externa (a APD e os outros), têm dificuldades de acesso aos mercados internacionais. De facto, nós estamos perante uma possibilidade que precisa ser muito bem trabalhada.

Também se coloca o problema do nível do diálogo. Ali nós podíamos destacar alguns níveis, por exemplo o nível nacional. Como é que a Diáspora poderia participar no diálogo? Neste momento, os nossos países são praticamente comprometidos na elaboração dos quadros de estratégia que, na Guiné-Bissau o seu nome é assim mesmo: Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (DENARP). Assim, penso que a abertura que se costuma fazer a outros parceiros, numa consulta descentralizada, poderia também abranger a Diáspora. Eu penso que, de facto, os nossos países podiam explorar essa perspectiva fazendo com que as Diásporas encontrem um espaço nesses quadros de estratégia que definem as grandes políticas; as políticas nacionais de desenvolvimento e algumas intervenções sectoriais que poderão interessar a própria Diáspora.

O diálogo ao nível regional também é importante porque ali aparecem várias iniciativas no nosso espaço regional, no quadro do UEMOA (Comunidade Económica e Monetária da África Ocidental) e, porque não, da CPLP. Ao nível da própria União Africana, nós vamos voltar as

referência que foram feitas ontem e que têm a ver com a própria NEPAD (Nova Parceria para o Desenvolvimento da África). Essa nova iniciativa africana comporta de facto uma componente importante que envolve a sua Diáspora. Eu penso que é o primeiro grande documento africano que reconhece o importante papel da Diáspora no desenvolvimento do continente.

E, ao nível internacional, também o diálogo é importante porque, de facto, até o próprio NEPAD, para além do diálogo intra-africano coloca a questão do diálogo de África com os nossos parceiros de cooperação para o desenvolvimento. Mas ainda aparecerão, certamente, vários outros instrumentos. Os instrumentos colocados no quadro de relacionamento da União Europeia com os ACP são também importantes. Neste momento, vai ter lugar uma Conferência União Europeia - União Africana, para além do Fórum África – União Europeia que acontecerá em Rabat. Portanto, são várias as iniciativas de diálogo no plano internacional. Nós gostaríamos que não fosse mais uma moda e que, de facto, seja algo que reconheça um grande desafio que se coloca à comunidade internacional no quadro do interesse comum que essa questão deve representar. Esperamos que este seminário seja o começo de um processo que poderá ter alguma substância, alguma sustentabilidade.

Para terminar, eu queria dizer que, pessoalmente, penso que terá de haver alguma possibilidade em relação às associações da Diáspora que permita o acesso delas aos fundos da ajuda pública ao desenvolvimento. No caso da Guiné-Bissau seria muito importante. Se as nossas grandes organizações por vezes têm algumas dificuldades, nós encontramos as pequenas organizações de naturais de uma “tabanca” (uma aldeia), de uma pequena localidade, a fazer obras notáveis com os seus próprios recursos. Elas precisam do acesso à APD, que poderia ter várias formas, como por exemplo, o co-desenvolvimento. Quando elas, com as suas quotizações conseguem, por exemplo, construir uma escola, conseguem construir um hospital, conseguem inclusive abrir estradas (nós já temos essas experiências na Guiné-Bissau) eu estou convicto que, com algum apoio adicional fariam, certamente, muito mais. Esta perspectiva passaria pelo diálogo entre essas associações da diáspora com os países de acolhimento e com as agências de desenvolvimento, de modo a encontrar um quadro que poderia assegurar uma cooperação mais descentralizada, fazendo chegar a assistência internacional de forma mais directa às populações, e, sobretudo, melhorar a eficácia da ajuda; nesse caso o nível da eficácia da ajuda seria bastante elevado.

Mais uma vez, saúdo a todos quantos se empenharam nessa organização. Penso que a nossa Delegação vai regressar ao nosso país com algumas coisas que nos poderão ajudar a enfrentar o grande desafio que é ter, efectivamente, uma política nacional de apoio às comunidades, e tornar a nossa Diáspora num vector importante de desenvolvimento e num potencial político que pode ajudar a modelar o relacionamento da Guiné-Bissau com o mundo fora. Obrigado.

Sessão III

# Migrações: informação, dados e formulação de políticas – o papel da informação nas abordagens políticas ao desenvolvimento nos países e origem e acolhimento

*Conferencista*

**Rui Marques**

*ACIME - Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas*

*Conclusões do Grupo de Trabalho III*

**César Monteiro**

*Comentários*

**Olinto de Menezes**

*Director Geral da Direcção Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades de São Tomé e Príncipe*

**Joana Mateus**

*Representante do Ministério das Finanças de Angola*

Conferencista

**RUI MARQUES**

Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas



Excelentíssima senhora presidente da mesa, caros colegas de mesa, excelentíssimas senhoras e senhores começo esta intervenção, que será breve, tão breve quanto consiga aqui encurtar os slides que tenho preparados, por uma palavra de agradecimento pelo convite para aqui estar presente e também uma palavra de saudação e elogio a esta iniciativa. Um primeiro elogio à OIM enquanto entidade que teve a ousadia de pensar e lançar o desafio desta iniciativa a um conjunto de outras entidades. E, depois, evidentemente, uma palavra muito particular também em relação à Fundação Gulbenkian, à CPLP e ao IPAD que se juntaram em boa hora a esta iniciativa que, creio, já conseguiu atingir o seu sucesso máximo. O objectivo que me foi traçado para esta comunicação não é fácil, mas tentarei fazer o melhor possível no quadro deste desafio: em que medida é que a informação, dados, são ou não decisivos para a formação de políticas públicas.

Procuro aqui descobrir como é que isto funciona. Muito bem. A primeira proposta que vos vou trazer é cartografia e Meteorologia. A segunda, falar-vos um pouco do Observatório da Imigração. A terceira, das armadilhas e perversões dos dados em bruto. E, a quarta, um estudo de caso, ou um exemplo mais exactamente, a contribuição dos imigrantes para a segurança social e implicações futuras para países de acolhimento e de origem. E, finalmente, alguns desafios.

Provavelmente terão achado que, definitivamente, houve aqui um erro na minha apresentação. Por que é que vos venho falar de cartografia? Evidentemente que aquilo que nos une desde o início aos países que constituem hoje a CPLP, povos que se foram encontrando ao longo da história, é a informação. Foi por causa da informação que nós nos fomos reunindo e nos fomos encontrando. Num projecto político inicial de descoberta de outras terras, de vontade de concretizar esse encontro, essa entrada em interesses comerciais, religiosos, civilizacionais, mas para os quais – encontros esses – foi absolutamente fundamental a informação. E a cartografia, os mapas, foram sendo decisivos. Este é um mapa já do século XVII, mas os mapas do século XV e do século XVI que foram sendo, em grande medida, construídos por nós, portugueses, no desenvolvimento de todo o processo dos Descobrimientos foram absolutamente fundamentais para podermos chegar àquele que era o destino que traçávamos. De tal modo que alguns dos grandes feitos celebrados desse tempo foram absolutamente vitórias da informação, de poder deter a informação certa no momento certo e aplicá-la a contextos operacionais com resultados que são os conhecidos. Por isso, a cartografia é uma excelente referência, um excelente ponto de partida para esta nossa reflexão de diálogo em comum e de como a informação é absolutamente vital. Cartografia essa que foi evoluindo ao longo dos tempos e de formas relativamente pouco sofisticadas como estas, vamos chegando aos nossos dias com soluções como esta retirada ontem da Internet onde é perfeitamente possível acedendo ao Google Earth termos uma imagem rigorosíssima à distância de poucos quilómetros de vista aérea de todo o mundo. Este avanço na Cartografia é profundamente inspirador para percebermos o desafio que temos perante nós de poder usar cada vez melhor e integrar os recursos, as ferramentas disponíveis para atingir fins que são os mais diversos. Mas também juntei aqui uma componente da meteorologia. Enfim, esta parte da cartografia é uma metáfora que faz alguma meteorologia. A meteorologia tem uma outra metáfora que também me parece muito interessante para esta reflexão que é o seu dinamismo. Se é verdade que a cartografia é muito importante enquanto informação ela tem



uma dimensão essencialmente estática. São mapas que se vão construindo ao longo do tempo e que se vão cristalizando e que podem ir sofisticando nas suas componentes de três dimensões, de vista aérea, de processamento das mais variadas formas, mas a meteorologia e as cartas meteorológicas têm esta coisa fascinante que é o seu dinamismo. Através da meteorologia nós podemos ir percebendo a evolução do estado do tempo, ir até sendo capazes de prever se amanhã chove ou faz sol e termos uma visão dinâmica da realidade. Ora, as metáforas creio que começam a ser claras. Nos domínios de políticas de emigração, é absolutamente fundamental nós termos quer cartografia quer meteorologia, quer informação estática do que é que nos rodeia em termos de dados sobre imigração quer também informação dinâmica que nos vá dando esta capacidade de, em tempo real, perceber o que acontece e até antever um pouco o amanhã.

A produção de informação e a sua disponibilização, a sua acessibilidade é, portanto, absolutamente fundamental e sobretudo se nós conseguirmos que essa informação seja aplicada à concepção, ao desenvolvimento e à avaliação de políticas públicas. Creio que esse é aliás um dos grandes sonhos de qualquer decisor político. É poder deter informação necessária e suficiente, informação de alto valor acrescentado que permita conformar, determinar as suas políticas públicas quer na fase da sua concepção, quer no seu desenvolvimento, quer na sua avaliação. E, por isso, creio que um grande objectivo para qualquer área sectorial, mas particularmente para esta, é poder dispor de boa informação, mas informação aplicada, útil, prática para concepção, desenvolvimento e avaliação de políticas públicas. Creio que, neste domínio particularmente, é importante podermos ter um trabalho no sentido de encontrarmos indicadores de navegação – continuando nas metáforas usadas – e, nomeadamente, trabalhar a perspectiva da existência de indicadores de integração que nos permitam a partir da informação recolhida ir monitorizando o estado do tempo da imigração, como é que as coisas vão evoluindo.

Falo-vos da experiência do Observatório da Imigração como um exemplo - para procurar trazer aqui alguns exemplos concretos - e esta experiência que nós, em 2003, mal a equipa anterior liderada pelo senhor Padre António Vaz Pinto tomou posse do ACIME lançou foi exactamente o espelho desta visão estratégica. Para fazer uma boa política de imigração nós precisávamos de informação. E a experiência do Observatório foi absolutamente fundamental na história do ACIME. Procurámos reunir, tratar e disponibilizar a informação disponível sobre a problemática da imigração no nosso país e no mundo; fomentar a recolha de dados ou de informações complementares que não se encontrassem directamente acessíveis em fontes primárias; desenvolver dossiers, estudos e investigações em colaboração com uma rede de instituições; também editar e difundir publicações; e, finalmente, promover seminários, colóquios, debates que pudessem difundir e criar um tempo de discussão desses mesmos dados. Foi possível assim criar uma estrutura em rede, verdadeiramente em rede porque tem um ponto focal que é o Coordenador do Observatório da Imigração e depois uma ligação a nove centros de investigação científica e a um número muito maior de investigadores. Rede essa que tem, teve, como objectivo, e tem vindo a desenvolver esse objectivo, produzir informação de alto valor acrescentado para a definição de políticas públicas respeitando a autonomia da produção científica mas tendo ideias muito claras sobre o que é que queremos saber, sobre que temas é que queremos saber e que respostas é que precisamos que os investigadores, os académicos, os cientistas encontrem. Isto quis dizer que, por exemplo, nos estudos – estão já publicados vinte estudos na colecção do Observatório da Imigração – que nos permitiram informações tão essenciais na história recente da política da imigração em Portugal sobre o saldo, o impacto da imigração nas contas do Estado, onde se detectou um saldo positivo de 60 milhões de contos, num ano 40 milhões de contos, no outro (que era um dado que não era conhecido); a contribuição para o PIB de 5%; as questões relacionadas com a taxa de criminalidade; a percepção dos portugueses face aos imigrantes e dos imigrantes face aos portugueses. Estes trabalhos no âmbito do Observatório foram fundamentais para a concepção, desenvolvimento e avaliação de políticas públicas. Também o site do Observatório – que deixo aqui o endereço para quem eventualmente não conheça – foi e é uma ferramenta fundamental. E, finalmente, sublinhava também num outro domínio a edição da colecção de teses de Mestrado e Doutoramento que o Observatório tem vindo a fazer. Na prática, portanto, e não falamos de teoria, o ACIME tem vindo a experimentar e a concretizar a relevância da informação. A possibilidade de poder transformar dados, uns disponíveis outros levantados, em valor acrescentado para políticas públicas. E isto tem sido absolutamente essencial na nossa história.

Quanto aos indicadores que referi há pouco, estamos a desenvolver um projecto – a Dra. Catarina Oliveira que está presente na sala é a nossa representante ao nível europeu – de criar uma bateria de indicadores de integração para podermos ter referenciais comparáveis, se possível, entre os diferentes países da União sobre a integração de imigrantes. Como tenho pouco tempo não vou aprofundar – são vários domínios: sócio-económico, cultural, político e legal, atitudes da sociedade de acolhimento – porque quero também ir a um outro tópico que me parece fundamental que é a atenção e o cuidado com os números. As armadilhas e as perversões que os números neste domínio da imigração encerram é algo que eu gostava de chamar a vossa atenção. Cito-vos dois exemplos, duas notícias de jornais. “Desemprego imigrante quadruplica”. Segunda notícia: “Imigrantes enchem as prisões”. Qualquer destas notícias tem um fundamento verídico. Quer dizer, reportado a um número tem razão de ser, como vos vou mostrar. Por exemplo, o número de imigrantes inscritos nos centros de emprego, como desempregados, realmente cresceu 252% em 4 anos. De 5.000 para 18.000. E o jornalista que fez a história, pegou nos números, “número de desempregados imigrantes quadruplica” como é evidente. Não está a dizer mentira nenhuma. Mas só se esqueceu de um pequeno pormenor: mas a base sobre que se está a falar... estamos a falar de quantos imigrantes? O número de imigrantes manteve-se estável ao longo destes quatro anos? Não. O número de imigrantes duplicou ao longo destes quatro anos. Mais uma pergunta que podia ter feito: e a taxa de desemprego em Portugal como é que evoluiu nestes quatro anos? Duplicou. Portanto, o expectável é que o número de imigrantes seja quatro vezes maior. Duplicou o universo, duplicou a taxa de desemprego, o expectável era exactamente este resultado. Um outro exemplo. Há pouco tempo, duas semanas ou pouco mais. “Imigrantes enchem as prisões”. Título de capa do maior diário nacional. “14% dos presos são estrangeiros que cometeram crimes em Portugal”. E depois “1381 imigrantes nas cadeias portuguesas”. Voltamos ao mesmo. Os números não são falsos. Efectivamente estão 1381 estrangeiros nas prisões portuguesas e 14% dos presos são estrangeiros. A questão que se coloca é que o jornalista que fez isto não percebe a diferença entre estrangeiro e imigrante, ou não quis perceber. Perceber, por exemplo, que nós temos 500 mil imigrantes em Portugal, mas recebemos por ano 27 milhões de estrangeiros. Os turistas. Aqueles que entram em Portugal. São estrangeiros mas não são imigrantes. Que entre aqueles que entram em Portugal por qualquer motivo que não para trabalhar – existem correios de droga e que os correios de droga são uma população importante hoje em dia no sistema prisional entre os reclusos que estão em Portugal. Um terço dos reclusos em Portugal estrangeiros, dos reclusos estrangeiros, são estrangeiros não imigrantes. Mas se fosse ainda mais cuidadoso, mas imaginem a dificuldade de explicar isto a pessoas que, enfim, que se deixam ir pela primeira imagem dos números, tem a ver com a diferença entre o perfil demográfico de estrangeiros e de nacionais. Existe nos estrangeiros uma subrepresentação de homens em idade activa, com estado civil solteiro e uma subrepresentação de menores e de idosos. E, portanto, quando se compara o número de reclusos estrangeiros sobre o total da população estrangeira e o número de reclusos portugueses sobre o total da população portuguesa estamos a comparar coisas que não podemos comparar porque as populações de base são completamente diferentes em termos demográficos. A correcção vai dar que tudo isto vai atenuando. A diferença do tipo de crime é um outro exemplo. Não vou aprofundar. A aplicação na medida de prisão preventiva. E isto faz com que – e mérito ao Dr. Hugo Seabra que deve estar por aí algures, e ao Dr. Tiago Santos, são os autores deste estudo do Observatório da Imigração – faz com que se prove que, se devidamente comparados os números entre criminalidade de estrangeiros e criminalidade nacional, é exactamente o mesmo para a população portuguesa e para a população estrangeira.

A questão da Segurança Social. Enfim, além do desafio difícil que me lançaram de falar sobre informação e dados ainda, enfim, colocava aqui a questão “que informação e dados úteis para país de acolhimento e país de origem?” Enfim, a minha experiência, enquanto Alto Comissariado está muito focada no acolhimento e integração de imigrantes em Portugal, mas creio que este exemplo pode ser útil. Sabemos que, dentro do quadro do sistema da Segurança Social, que é a partir da contribuição realizada ao longo do trabalho, dos anos de trabalho, que se gera o direito a uma pensão ou a uma reforma. E que, em casos em que existem acordos bilaterais e possibilidade de transferir esse benefício para o país de origem, se por acaso o imigrante entender, no

final do período de trabalho, do seu período de vida activa, regressar ao seu país de origem, é feita essa transferência. Ora nós fizemos um pequeno exercício de cruzamento entre dados que nos indicam o número de imigrantes legais, o número de inscritos na segurança social e remunerações declaradas. E o que é que descobrimos nestes dados? Vou aqui tentar mostrar-vos. Descobrimos coisas muito interessantes. A primeira, aqui nesta coluna, temos - isto são dados referentes a 2002 - temos o número de imigrantes estrangeiros legais em Portugal, imigrantes legais em Portugal. Aqui temos o número de inscritos, beneficiários. A percentagem de inscritos sobre o total de estrangeiros. E depois as remunerações. O que é interessante aqui percebermos é que acontece que, em relação a algumas nacionalidades (Moçambique, por exemplo), o número de inscritos é superior ao número de imigrantes legais. Ou, noutros casos, Cabo Verde, o número de inscritos é um terço do número de imigrantes legais. O que é que isto quer dizer de muitas coisas úteis que nos pode dizer? Quer dizer que entre o nosso país de acolhimento e país de origem temos, por exemplo em relação a Cabo Verde, um tema de séria preocupação futura porque há dois terços da população (mesmo descontando que parte dos imigrantes não são população activa e que no caso cabo-verdiano essa parte é mais significativa porque é uma geração mais antiga e, portanto, com uma composição demográfica mais diversificada) temos dois terços (ou próximo disso) de imigrantes que estão fora do sistema da Segurança Social. E que (não é isso que me preocupa como é evidente, a questão do não cumprimento deste princípio de estar na Segurança Social) mas é que os direitos sociais referentes, por exemplo, às reformas nesta população imigrante, como é que vai ser? E se se verificar o princípio de retorno ao país de origem, o país de origem como é que vai gerir esta situação não tendo transferência por via de acordo bilateral de um desconto que não foi feito? Por outro lado, estes números muito elevados indicam-nos a possibilidade de existência de imigrantes moçambicanos, por exemplo, ou mesmo também ucranianos (estes 97% são muito elevados) de imigrantes que estão em situação irregular e que se inscreveram e descontam para a Segurança Social, ou imigrantes que têm outro título que não a autorização de residência ou outra de permanência. Mas sobretudo indica-nos (isso é evidente depois por outros processos que temos) que existe um número significativo de imigrantes que está inscrito na Segurança Social, que faz descontos e que não está regularizado. E isso é também um elemento de reflexão muito interessante.

De qualquer forma, o que eu gostava de deixar é que a informação cruzada, se devidamente lida, pode-nos dar indicações muito interessantes e muito importantes para o futuro próximo. Por exemplo, em relação a algumas comunidades, a comunidade cabo-verdiana ou a comunidade guineense, estes níveis baixos de formalização do seu trabalho com os devidos descontos para a Segurança Social faz com que esta população, num futuro próximo, seja uma população muitíssimo vulnerável em termos sociais. E, finalmente, este é um exemplo concreto - de como os números, os dados, podem-nos não só ajudar a entender fluxos migratórios - stocks e fluxos até - podem-nos ajudar a entender, numa primeira linha, números em bruto como os 14% dos reclusos nas prisões portuguesas serem estrangeiros, mas exigem da nossa parte esta capacidade de análise meteorológica, de olhar para a realidade e perceber o que é que isto pode querer dizer no futuro. Olhar para a realidade e não nos iludirmos por ilusões de óptica que os primeiros números nos colocam e podermos ir mais longe. E por isso deixo três desafios. Eu creio que temos perante nós o desafio: como é que conseguimos ler uma realidade que é mais dinâmica do que a capacidade de produzir a informação? Como é que conseguimos estar permanentemente a redesenhar o mapa? Como é que conseguimos fazer uma abordagem multifactorial dado que as relações de causa-efeito são muitas vezes difíceis de determinar devido à grande complexidade de relação entre factores e à incerteza de um conjunto de outros? E, finalmente, a necessidade de termos perante nós o desafio de fazer uma abordagem longitudinal com sobreposição ao ciclo de imigração, origem, trânsito e destino.

Era isto que gostava de partilhar convosco numa perspectiva de que a informação – não só porque vivemos na era da informação – mas a informação, se devidamente aplicada às políticas públicas, é absolutamente essencial na gestão das migrações, quer para os países de origem quer para os países de acolhimento. Muito obrigado.

Sessão III

## Conclusões do Grupo de Trabalho III – *“Migrações: informação, dados e formulação de políticas - o papel da informação nas abordagens políticas ao desenvolvimento nos países de origem e de acolhimento”*

### **Participantes:**

REPRESENTANTES DOS GOVERNOS DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE E ANGOLA / ASSOCIAÇÕES DE IMIGRANTES / ONGS / IPAD / SEF- SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS / ACIME / BPI

### **Temas:**

- A importância de abordagens políticas baseadas em informação
- Colmatar a falta de informação: conceber instrumentos de informação para uma política efectiva de migração e desenvolvimento;
- Necessidade de dados com vista ao desenvolvimento de políticas para o capital humano das diásporas;
- Remessas: melhorar as estatísticas disponíveis sobre fluxos, serviços e o quadro de regulamentação técnica.

### **Questões**

- Quais os dados que podem contribuir para o diálogo político sobre migração e desenvolvimento?
- Quais as boas práticas que podem ser identificadas no que respeita a recolha, a troca e a partilha de dados relacionados com a migração e o desenvolvimento?
- Como melhorar os métodos de recolha de estatísticas de forma a alcançar um diálogo político melhor informado?
- Quais os indicadores que apreendem os impactos da emigração no desenvolvimento do país de origem?
- Quais as necessidades estatísticas para melhorar o conhecimento sobre as diásporas?

### **Principais constatações e recomendações**

1. Existe uma grande dificuldade na quantificação de população de imigrantes radicada em Portugal, quer seja em relação à população em geral, quer seja entre diferentes categorias (estudantes, trabalhadores, etc.);
2. Não existe uma entidade que centralize informação e dados sobre bolseiros em da CPLP em Portugal
3. Necessidade da recolha de informação sobre os quadros técnicos no seio da diáspora, de modo a conhecer o potencial existente (idade, sexo, qualificações, profissões, etc.)
4. Necessidade de conhecer as atitudes das diásporas com relação ao país de origem, incluindo projectos de regresso ou disponibilidade de cooperação

5. Sensibilizar os governos para a potencialidade existente nos quadros das suas diásporas, que constituem uma massa crítica não aproveitada
6. Foi referido o processo de criação do Observatório de Fluxos Imigratórios na CPLP, que pretende recolher o máximo de informação possível neste âmbito. Uma das dificuldades encontradas na recolha de informação foi a heterogeneidade de conceitos e de processos de recolha utilizados nos vários países membros.
7. Tendo em conta os elevados custos de transferência de remessas para a generalidade dos países da CPLP, cite-se como um dos exemplos de boa prática a criação de um mecanismo bancário que reduzisse estes custos.
8. Outro exemplo de boa prática referida tem a ver com o recrutamento por parte de ONGs portuguesas de nacionais dos países da CPLP, aproveitando os recursos existentes na diáspora
9. Dificuldade na avaliação do impacto da emigração, em termos de indicadores, no país de origem

### **Recomendações**

- A. Promover a ligação estreita e complementar entre países de origem e de acolhimento de modo a facilitar a gestão adequada deste capital humano, no quadro de uma parceria.
- B. Ter em conta a dimensão humana na abordagem das estatísticas, sem esquecer que os migrantes são seres humanos antes de tudo.
- C. Aproveitamento de teses universitárias e outro tipo de estudos para a análise do nexo migração-desenvolvimento, de modo a avaliar o potencial das diásporas qualificadas tendo em vista o desenvolvimento dos respectivos países de origem
- D. Criar um organismo capaz de articular e cruzar os dados existentes que se encontram dispersos, concentrando assim a informação de modo a facilitar a definição e implementação de políticas
- E. Troca de boas práticas (experiências) no relacionamento com as comunidades nacionais no estrangeiro
- F. Definir balizas orientadoras para a recolha e tratamento de informação estatística com vista à implementação de políticas
- G. Articulação entre os serviços competentes pela recolha de dados relativos às comunidades de imigrantes e as respectivas associações com a finalidade de se conseguir reunir o máximo de informação possível.
- H. Que a CPLP chame a si o papel na articulação de toda a informação em posse dos países membros sobre os fluxos migratórios, com especial destaque para questões relacionadas com o desenvolvimento
- I. Necessidade de se melhorar o apoio institucional dos governos às diásporas, com vista por um lado, a promover o seu processo de integração e, por outro, a facilitar o seu envolvimento em iniciativas que visem o desenvolvimento dos seus países de origem
- J. Maior apoio da parte das instituições que intervêm no sector do desenvolvimento às associações de imigrantes, particularmente no domínio da informação sobre oportunidades de intervenção
- K. Utilização das câmaras de comércio como um canal privilegiado de troca de informações e divulgação de oportunidades
- L. Colaboração entre as organizações da sociedade civil e entidades governamentais (ex.: ACIME) nas sociedades de acolhimento no que respeita à troca de informação
- M. Inserir a questão da articulação das políticas de migração e desenvolvimento na agenda da próxima reunião ministerial da CPLP, a ter lugar na Guiné Bissau.

Comentário

## OLINTO DE MENEZES

Director Geral da Direcção Geral dos Assuntos Consulares e das Comun. de São Tomé e Príncipe



Que me seja permitido em primeiro lugar saudar calorosamente a realização do presente seminário em Lisboa bem como felicitar os organizadores deste importante certame que reúne representantes dos Estados membros da CPLP, das comunidades e diásporas, das suas associações para, num espaço de alto nível, reflectir sobre questões das imigrações agendadas sobre o tema “Migração e Políticas de Desenvolvimento no Quadro da CPLP. As Diásporas como Agentes para o Desenvolvimento”. Particularmente, quero transmitir os agradecimentos do governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe, país que ocupa nesta data a Presidência da nossa comunidade e, em nome de sua Excelência o Ministro dos Negócios Estrangeiros informar que atribui a este certame uma enorme importância pois que permitirá a todos os que honraram com a sua presença participarem nesta troca de experiências das quais certamente se produzirá relevantes conclusões.

A participação dos delegados de todos os Estados membros neste seminário, bem como a dos parceiros, reflecte a importância que os temas agendados têm na actualidade, e testemunham o interesse que os nossos Estados atribuem a este grande fenómeno do continente africano e a necessidade de discutirmos com seriedade uma parceria que se espera cada vez mais responsável.

Na verdade, este fenómeno abrangente ao continente africano nas suas formas mais legais ou clandestinas, a cada dia mais presente (individualmente ou colectivamente) ganha proporções de um desafio de grande envergadura. A maioria dos nossos países são países de origem, ou de trânsito ou de destino das migrações e são, por isso, confrontados directamente com os muitos problemas económicos, sociais, de segurança criados por estas situações. Impõe-se a necessidade de uma concertação constante entre os Estados para análise e encontro de soluções sobre o fenómeno. Neste sentido, este seminário é um primeiro passo da nossa organização comunitária do qual sairão decisões que permitirão aos participantes reterem conhecimentos que, a nosso ver, revestem-se de muito grande importância.

Os números sobre a matéria são mais do que evidentes. Todas as partes do mundo são hoje tocadas por este fenómeno. Existem cerca de 17 milhões de imigrantes africanos que perfazem cerca de 2% da população total do continente. As causas são sobejamente conhecidas e analisadas pois a maioria dos países menos avançados estão em África. O movimento das populações são originados devido à pobreza, o desemprego, a falta de perspectivas de emprego, o êxodo rural, bem como os conflitos armados infindáveis e persistentes, a falta de boa governação e instabilidade política no geral.

A República Democrática de São Tomé e Príncipe não constitui uma excepção, pois desde a sua fundação como Estado independente tem conhecido grandes dificuldades para o seu desenvolvimento, o que poderá ser a causa da partida de muitos dos seus filhos. Primeiro para destinos mais próximos como Angola e Gabão, que são países limítrofes, e ainda Portugal que é um país de acolhimento dos são-tomenses. Os cidadãos partem procurando melhores condições de vida. Partem procurando viver bem nos países de destino. O que quase nem sempre não passa de um sonho, pois as realidades são adversas. A adaptação nem sempre é muito facilitada. Os mecanismos de integração legal e comunitária inexistentes, o que torna a vida dessa gente uma total aventura com regressos por vezes muito infelizes ou imprevistos. Importa realçar que muitos regressam à terra natal por vezes com uma sentença de morte. Estou a referir-me ao flagelo do século, SIDA. São ajudados a regressar para morrer no solo pátrio. Por isso recomendamos neste certame, sugerir mecanismos de cooperação, solidariedade e outros no sentido de facilitar a vida daqueles que partem para um medonho desconhecido onde se poderá promover amizade ou total abandono.

Acredito que os Estados africanos membros da nossa comunidade convivem certamente com as mesmas situações o que podemos constatar durante as alocações proferidas pelos delegados deste seminário.

A República Democrática de São Tomé e Príncipe sustenta que a solução da migração ilegal deverá ser encontrada no quadro global de desenvolvimento do continente. Neste sentido, há necessidade de atracção de investimentos sólidos de forma a criar empregos duradouros e estáveis em África de forma a contrariar essa tendência dos actuais fluxos migratórios. Deveremos buscar e encontrar posições comuns no sentido do contorno deste fenómeno o que torna necessário, a nosso ver, um maior diálogo com os parceiros europeus à volta desta questão no sentido de se ultrapassarem as conjunturas difíceis e caminharmos para níveis de tratamento humano, que devem ser prestados a todos os seres humanos do nosso planeta em todos os lugares e em todas as circunstâncias.

A reflexão sobre a abordagem das “Diásporas como agentes de desenvolvimento” leva-nos a concluir que os imigrantes de São Tomé e as suas gerações descendentes ainda não possuem integração suficiente ou estabilidade financeira para serem factores contributivos para o desenvolvimento de São Tomé e Príncipe, nação independente com três décadas de existência. Todavia, existem mecanismos para estimular essa participação que sabemos ser de muita importância pela contribuição que tem no desenvolvimento de alguns países africanos. É apreciável a contribuição que prestam nos países de acolhimento, pelo que se necessita estimular as iniciativas muito louváveis dos seus movimentos associativistas, o que merecerá grande atenção do actual governo do meu país. Aguardamos com expectativa que as resoluções deste seminário possam ser contributos aos esforços que têm sido feitos noutras latitudes e muito recentemente na reunião realizada em Argel, de 3 a 5 de Abril do corrente ano, cujo tema foi “Migração e Desenvolvimento”. Muito obrigado pela atenção que me dispensaram.

Comentário

## JOANA MATEUS

Ministério das Finanças, Angola



Muito obrigada por esta oportunidade. Gostaria de agradecer à Organização Internacional para as Migrações, à Fundação Gulbenkian e às outras instituições internacionais por terem trabalhado na à realização deste evento.

Eu não sou especialista em migração, sou especialista em finanças e crédito, mas gostaria apenas de falar sobre a preocupação do governo de Angola em implementar políticas para o desenvolvimento do país. Como sabemos, Angola é um país que vem de uma guerra de 30 anos e a prioridade do país é a reconstrução. Mesmo assim, com a ajuda da comunidade internacional, foi possível apoiar o retorno ao país de muitos cidadãos que estavam refugiados na Zâmbia e de mais outros que se encontravam no Congo Brazaville. Mais, tive aqui a oportunidade de ouvir que a Organização Internacional para as Migrações apoiou 16 projectos, coisa que eu desconhecia. Acho portanto que talvez a partir deste evento vai ser possível, e vai ser a nossa preocupação, de trabalharmos em parceria para que possamos resolver o problema dos cidadãos angolanos que estão em Portugal e que queiram regressar. E para regressar é possível que Angola tenha as condições criadas. Este foi o trabalho que o governo de Angola tem feito. Obrigada.



# Sessão de Encerramento

**Emílio Rui Vilar**

*Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian*

**Victor Borges**

*Ministro dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde*

**Pedro Silva Pereira**

*Ministro da Presidência de Portugal*

Sessão de Encerramento

## EMÍLIO RUI VILAR

Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian



Senhor Ministro da Presidência, Dr. Pedro Silva Pereira; Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades de Cabo Verde, Dr. Vítor Borges; Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Prof. Doutor João Cravinho; Senhor Secretário Executivo da CPLP, Embaixador Luís Fonseca; Senhora Chefe de Missão da Organização Internacional para as Migrações, Mónica Goracci; Senhores Embaixadores; Senhor Comissário do Fórum Gulbenkian Imigração, Dr. António Vitorino; Senhora Administradora Dr.ª Isabel Mota, cara colega; Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Gostaria, em primeiro lugar, de agradecer a presença do Senhor Ministro da Presidência que, em representação do Governo português, nos honra ao encerrar este Seminário Internacional dedicado à “Migração e Políticas de Desenvolvimento no Quadro da CPLP”, integrado no programa do Fórum Gulbenkian Imigração. Agradeço igualmente a presença do Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde, que tenho o prazer de reencontrar depois do profícuo Encontro de Fundações Lusófonas que teve lugar na Cidade da Praia em Janeiro deste ano.

A presença de membros do governo, de embaixadores de países da CPLP e de tantos participantes é representativa do empenhamento que os países desta Comunidade dedicam ao tratamento da importante e actual questão das migrações e da sua influência no desenvolvimento económico e social dos países de origem e de acolhimento.

Ao longo deste dia de trabalho, foi possível avançar na reflexão sobre as múltiplas dimensões da questão da migração e das políticas públicas de desenvolvimento no espaço da Comunidade de Países de Língua Portuguesa. Procurou-se, tanto quanto é possível fazê-lo neste curto espaço de tempo, acompanhar as principais dimensões da migração e do desenvolvimento no nosso espaço, de forma a identificar as medidas adequadas que permitam, na síntese do Secretário-Geral das Nações Unidas, “maximizar os benefícios de desenvolvimento das migrações e minimizar o seu impacto negativo”.

Esta questão encontra-se na agenda das Nações Unidas cuja 61.ª Sessão da Assembleia-Geral, que terá lugar em Setembro deste ano, incluirá um Diálogo de Alto Nível sobre Migração e Desenvolvimento. Esta iniciativa permitirá lançar as bases de uma cooperação internacional reforçada neste domínio.

Os desafios da integração dos imigrantes nos países de destino e o papel estratégico que as diferentes diásporas podem assumir nos processos de desenvolvimento dos países de origem, aconselham-nos a promover um conhecimento e um debate informados sobre este fenómeno relativamente recente no nosso país, mas com dimensão e complexidade relevantes.

Pelo nosso lado, na Fundação Calouste Gulbenkian e no quadro da nossa actuação ao nível do desenvolvimento humano, temos também vindo a dar cada vez mais atenção ao fenómeno das migrações e ao seu impacto no funcionamento da nossa sociedade. O Fórum Gulbenkian Imigração reflecte precisamente esta preocupação.

Num mundo aberto, como o que vivemos, em que o mercado é determinante, mas desregulado e de efeitos desiguais, o conceito de desenvolvimento tem de ser cada vez mais percepcionado em termos das pessoas e não dos Estados. Importa por isso assegurar que o desenvolvimento responda, por um lado, às actuais necessidades das populações sem colocar em causa as gerações vindouras; e por outro, permita às pessoas realizar todas as suas capacidades e lhes seja facultada a opção de escolha da sua própria vida. A integração dos imigrantes nas sociedades de acolhimento, nesta perspectiva, é um importante desafio, na medida em que as possibilidades de realização das suas capacidades estão muitas vezes coarctadas pela própria circunstância de viverem e trabalharem numa comunidade diferente.

No caso da CPLP, no entanto, a partilha de uma mesma língua, a língua portuguesa, que atravessa vários continentes e várias economias, numa sociedade comunicacional e em rede como a actual, contribui para que os seus falantes tenham maiores graus de liberdade de escolha em relação ao seu futuro. De facto, a língua cimenta mercados, favorece a livre circulação de pessoas e bens, é factor de estabilidade, influencia agendas e protagonismos internacionais, contribuindo, deste modo, para a produção de riqueza e maior integração internacional das economias e, também, para a promoção do conhecimento.

Os recursos humanos e o conhecimento são hoje dos mais valiosos “activos” na economia global e, conseqüentemente, um importante factor para a sustentabilidade do desenvolvimento. O desenvolvimento não é, no entanto, uma responsabilidade exclusiva dos estados ou dos organismos internacionais. A sociedade civil, nas suas diferentes formas de organização, tem um papel activo e crescente, designadamente pela sua maior flexibilidade em estabelecer parcerias, conjugando esforços para enfrentar desafios e para procurar abordagens inovadoras.

As fundações podem ser facilitadoras, e são-no muitas vezes, do indispensável diálogo entre os cidadãos e as comunidades locais com os respectivos governos, bem como com as organizações internacionais. Uma das contribuições mais importantes das fundações nesta área consiste porventura na sua capacidade para estabelecer redes e mobilizar outras instituições para uma actuação concertada e aberta.

Este Seminário constitui um bom exemplo ao lograr a participação dos governos e a cooperação de instituições com responsabilidades tão díspares como o Secretariado da CPLP, a Organização Internacional para as Migrações, o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento e o Alto Comissariado para a Imigração e as Minorias Étnicas.

A propósito destas parcerias institucionais, não posso deixar de assinalar a feliz coincidência de, em 2006, celebrarmos não apenas os 50 anos da Fundação Calouste Gulbenkian, mas também os 30 anos da Missão em Portugal da Organização Internacional para as Migrações e os 10 anos da CPLP, a quem dirijo uma saudação muito especial.

Quisemos, com este Seminário, promover uma reflexão ampla e sem preconceitos sobre um tema complexo e de grande actualidade. Espero que tenha contribuído, como era o nosso propósito, para sensibilizar os decisores políticos, para uma sociedade civil mais preparada e para uma opinião pública mais esclarecida.

Mas dou agora a palavra ao Senhor Professor Doutor João Peixoto, do Instituto Superior de Economia e Gestão, com a quem caberá a tarefa de alinhar as primeiras conclusões do Seminário.

Muito obrigado.

Sessão de Encerramento

## VÍTOR BORGES

Ministro dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde



Senhor Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian; Senhor Ministro da Presidência; Senhor Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação; Senhor Secretário Executivo da CPLP; Senhor Alto-Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas; Senhor Encarregado de Negócios de Cabo Verde; Senhor Comissário António Vitorino; Senhor Administradora Doutora Isabel Mota; Senhora Presidente do IPAD Doutora Rute Albuquerque; Senhores participantes; Caros amigos:

Permitam-me, em primeiro lugar, exprimir a minha satisfação em estar aqui, em participar neste debate sobre um tema de grande actualidade para o mundo e, naturalmente, para Cabo Verde que é, tradicionalmente, um país de emigração.

Queria ainda agradecer e felicitar a Fundação Calouste Gulbenkian, a CPLP, a Organização Internacional para as Migrações o Governo português, todos os que, de uma forma ou outra, tornaram possível este momento de debate, de diálogo, para a compreensão de algo que os estatísticos insistem em reduzir à sua dimensão quantitativa, mas que encerra complexidades enormes e que certamente exigirá, de uns e outros, muito empenho para a sua plena compreensão e, conseqüentemente, definição de estratégias pessoais, colectivas, políticas coerentes e que ajudem as pessoas, os governos a encontrarem as melhores soluções aos desafios inerentes à emigração. Digo emigração na perspectiva cabo-verdiana e aqui a palavra emigração – imigração, de facto, ilustram as perspectivas que são variadas em relação ao mesmo problema. Para a sociedade portuguesa os cabo-verdianos, em Portugal, são imigrantes, na minha cabeça e na cabeça dos cabo-verdianos são emigrantes. Parecendo que não é um detalhe que deverá merecer alguma atenção para podermos conciliar as diferentes perspectivas.

Eu antes de entrar no vivo do que eu havia planeado partilhar convosco não resisto à tentação de reagir à apresentação do Senhor Alto-Comissário sobre a comunicação social para dizer que, de facto, estamos face a um fenómeno que é uma matéria muito querida da comunicação social e, por conseguinte, deveremos, de alguma forma, encontrar a melhor estratégia de integrar a comunicação social na nossa reflexão, não para reportar o que estamos a dizer, não para reportar os eventos. Mas, como estratégia de informação para um melhor exercício da tarefa de informação da sociedade, porque, de outra forma, o leitor inadvertido, o consumidor inadvertido, da comunicação social, pode ser encaminhado para lógicas e percepções que, de um lado, não correspondem à realidade dos factos e, mais grave ainda, que criam dinâmicas pessoais e colectivas que perturbam a solução dos problemas.

Eu acho que todas as essas reflexões e não foi dito aqui nas conclusões e não ousou propor esta ideia como recomendação, mas não resisto à tentação de partilhar convosco esta preocupação dessas reflexões puderem ser socializadas e partilhadas com os diferentes actores da sociedade para termos a certeza de que não estamos numa espécie de monólogo colectivo entre gente que tem, à partida, alguns pontos em comum, que partilham preocupações, mas que, isoladamente, nunca poderão resolver os problemas. Temos que poder socializar essas reflexões e eu estou a pensar, particularmente, na comunicação social, existirão outros actores sociais que poderão também ser destinatários das conclusões e das recomendações deste encontro.

Eu disse inicialmente que Cabo Verde é um país tradicionalmente de emigração. A história recente faz com que tenha evoluído para a condição de país de imigração e até como país de

trânsito e temos todos nas nossas cabeças as imagens recentes da imigração, já não sei se é clandestina, ilegal ou irregular, mas não vamos fazer disputas semânticas, o que queremos dizer é que é uma imigração que, de alguma forma, não está a respeitar as regras dos países de destino, que é uma imigração, e o que muitas vezes não se diz, que tem por detrás redes criminosas que se aproveitam da infelicidade das pessoas para ganharem muito dinheiro.

É evidente que o diálogo previsto no âmbito da Assembleia-geral das Nações Unidas é um ponto importante, vamos ter a Conferência de Rabat, mas não tenhamos muitas ilusões, só os momentos formais de debate e de discussão são insuficientes para fazermos a viragem na compreensão e na resolução dos problemas da imigração. Estamos todos de acordo que a imigração é um factor de desenvolvimento das sociedades de acolhimento e também das sociedades de origem, particularmente, hoje em que o mundo beneficia de facilidades de transporte e de comunicação, são trunfos evidentes para a capitalização da imigração nas sociedades de origem. As sociedades de acolhimento, a sociedade portuguesa, a Europa, o mundo desenvolvido, também precisam da imigração, precisam da mão-de-obra e aqui está, muitas vezes, um campo de tensão que não é suficientemente compreendido.

A lógica económica liberal que quer mão-de-obra barata e uma lógica política que, muitas vezes, não está em sintonia com a lógica económica e temos que poder conciliar estes dois campos reduzindo os pontos de tensão a equações que permitam, por um lado, conciliar o desenvolvimento económico, o crescimento económico com as lógicas e as imposições políticas. Para as sociedades desenvolvidas, as sociedades da informação e do saber eu relevo, pelo menos, uma contradição enorme no posicionamento em relação à imigração, isto é, precisa-se de gente qualificada e fala-se de imigração de gente que traga mais valia para os sectores de ponta, ao mesmo tempo, essas sociedades precisam de uma mão-de-obra para as actividades desertadas pela mão-de-obra local e isto é um antagonismo uma contradição nas posições oficiais que deveremos ter em conta para encontrar as melhores soluções que despistem o risco da imigração clandestina e da exploração dos trabalhadores migrantes. Ficaria uma questão para a fase seguinte, porque faz parte da modernidade o sonho de ascensão social.

As gerações mais jovens, os filhos dos imigrantes, terão também este sonho de ascensão social e não vão querer fazer o trabalho duro da primeira geração e aqui está uma questão e uma interpelação forte para as sociedades de acolhimento, para podermos, minimamente, conciliar a aspiração, a ascensão social com as políticas existentes em matéria de imigração, particularmente para satisfazer o sector agrícola, de limpeza e de pequenos serviços. Para os países de origem há também uma grande contradição. Defendemos todos o princípio de reagrupamento familiar e queremos também as remessas, são duas geografias que necessariamente não são coincidentes. O reagrupamento familiar cria uma outra geografia de consumo e, por conseguinte, menos remessas.

Queremos todos a integração dos cabo-verdianos, neste caso, nas sociedades de acolhimento, significa ter a família reagrupada e reconstituída e queremos as remessas, há contradições aqui que nós não poderemos evitar, não tenho soluções para esta contradição da parte do Governo de Cabo Verde, porque queremos colocar os cabo-verdianos, se possível, em primeiro lugar e o reagrupamento familiar, a inserção pessoal, social, económica e até política dos cabo-verdianos nos países de acolhimento é algo que não podemos negociar, é um princípio basilar. Mas, eu acredito que os cabo-verdianos bem inseridos nas sociedades de acolhimento, a prazo, poderão ajudar, e com valor acrescentado, Cabo Verde, porque terão criado raízes e terão desenvolvido um capital social indispensável para um apoio de qualidade ao desenvolvimento de Cabo Verde. É evidente que a captação de remessas é algo importante para um país tão vulnerável, economicamente, como é Cabo Verde. Em 2005 as remessas dos emigrantes cabo-verdianos sofreram um grande aumento, na ordem dos 30%, atingindo 124 milhões de dólares americanos, de longe um montante superior à ajuda pública ao desenvolvimento representando 14% do Produto Interno Bruto.

O Governo de Cabo Verde faz uma política de incentivo através das taxas de juro, temos um projecto de elaboração do Código do Investidor Imigrante para orientarmos as poupanças dos imigrantes para investimentos produtivos, estando nós e eu pessoalmente completamente de acordo com o que foi dito aqui hoje à tarde, o dinheiro é deles, nós através do Código do Investidor Imigrante queremos orientar, dando pistas, criando políticas de incentivo para o investimento no sector produtivo. Mas, temos que aceitar, que é um domínio de liberdade

essencial, deixar que uns e outros, possam decidir livremente, o dinheiro é deles, estamos todos de acordo. Mas, eu acredito que, com alguma pedagogia sócio-económica, com um quadro legal favorável e apostando na racionalidade económica, mais cedo ou mais tarde, iremos ter esses investimentos orientados para sectores produtivos.

Está em debate, neste momento, um tema que me parece muito interessante que são as fontes inovadoras de financiamento do desenvolvimento numa lógica, não sei se a palavra existe em português do Portugal, mas eu utilizo-a, de qualquer modo, numa lógica da *adicionalidade*, e falou-se das remessas dos imigrantes como uma fonte de inovadora de financiamento do desenvolvimento. Eu digo que não, não é uma fonte inovadora. Para Cabo Verde as remessas dos emigrantes foram sempre fontes de financiamento do desenvolvimento, eu estou aqui terei estudado com o dinheiro ganho da emigração, sem o dinheiro da emigração certamente que eu não estaria aqui hoje. Portanto, a sociedade cabo-verdiana financiou o seu desenvolvimento sempre com recursos da emigração. A inovação que poderíamos introduzir e foi falado aqui e eu acho que deveríamos poder tomar medidas concretas e de forma célere é a diminuição dos custos das transferências para formalizar esta operação, aproximar os cabo-verdianos do sistema financeiro formal, dando mais segurança, mais celeridade nas transferências. Esta é a inovação que nós poderíamos fazer.

Eu não resisto à tentação de reagir à interpelação feita pela professora em relação à educação e à formação. Eu tenho dito, há muitos emigrantes cabo-verdianos que me falam muito e são problemas reais. A TACV os custos das tarifas das viagens para Cabo Verde, das alfândegas, do registo civil, etc, eu digo, são problemas reais, mas não são os problemas estratégicos das comunidades cabo-verdianas no mundo. É preciso que não deixemos que os problemas do imediato nos impeçam de equacionar os problemas estratégicos e um dos problemas estratégicos para as comunidades cabo-verdianas no exterior é, precisamente, ganhar a batalha da educação. Falamos de remessas e não quero reduzir os emigrantes cabo-verdianos a um actor, um agente, que manda dinheiro para Cabo Verde, é antes de mais uma pessoa e é por isso que eu considero a educação e a formação como o objectivo essencial das novas gerações dos cabo-verdianos em Portugal, em França, no Luxemburgo, etc.

E aqui temos que todos, o Governo de Cabo Verde, o governo dos países de acolhimento e os cabo-verdianos considerados individualmente, assumirmos todos as nossas responsabilidades, porque é fundamental ganhar a batalha da educação, particularmente, nos países em vias de *desindustrialização* dessa sociedade moderna que precisa de gente qualificada. Essa gente qualificada que também Cabo Verde precisa e aqui impõe-se o tema da utilização das capacidades cabo-verdianas instaladas e desenvolvidas no exterior, mas não só. Eu, definitivamente, não estou de acordo com essa expressão de fuga de cérebros. Não estou de acordo, porque eu sou uma pessoa, por convicção, comprometida com essa ideia de liberdade individual e não poderemos ter atrás do uso da liberdade individual uma expressão culpabilizadora como fuga de cérebros. Os cérebros cabo-verdianos fora de Cabo Verde devem e são normalmente úteis a Cabo Verde, de modo que eu prefiro falar das capacidades desenvolvidas ou instaladas no exterior retirando toda a dimensão culpabilizadora que *malgré tout* está nesta expressão fuga de cérebros.

A grande questão, para nós cabo-verdianos, é encontrar a forma *gerencial* de identificar, mobilizar e utilizar essas capacidades. A rigidez das administrações, cabo-verdiana, mas também dos outros países, não nos ajudam. Temos o caso concreto dos projectos de desenvolvimento e têm sempre uma componente assistência técnica, a rigidez das regras e dos procedimentos dos financiadores, particularmente, das organizações internacionais.

Hoje de manhã uma pessoa da Guiné falou dessa questão em relação à cooperação bilateral a inflexibilidade dessas regras e dos procedimentos impedem-nos, na maior parte das vezes, de utilizar as competências cabo-verdianas desenvolvidas e instaladas no exterior. Formulamos um projecto no âmbito do Mida que deveria permitir-nos mobilizar essas capacidades. Mas, infelizmente, não temos conseguido mobilizar os recursos financeiros necessários para a sua implementação. Em todo o caso deveremos continuar a trabalhar com os países de acolhimento, com as organizações da sociedade civil para o desenvolvimento das capacidades cabo-verdianas no exterior mesmo que não possamos utilizá-las. Ter cabo-verdianos capacitados, no exterior, é uma forma de dignificar Cabo Verde e faremos isso sempre mesmo que não seja possível utilizá-los em Cabo Verde.

Eu queria ainda partilhar uma ou duas reflexões convosco. Falamos de emigração cabo-verdiana, mas por detrás desta expressão há uma diversidade de situações sociais, económicas, etc. E referimo-nos, normalmente, à emigração cabo-verdiana para falar dos de condição mais humilde, os operários, que vivem uma situação extremamente difícil nos países de acolhimento, mas que já eram também excluídos na sociedade cabo-verdiana, porque não emigra qualquer um. Na imigração pode saber-se quem é quem e então têm um desafio duplo no país de acolhimento, que é o de se adaptarem ao meio urbano, porque normalmente emigram para as cidades, de se adaptarem a um meio sócio-cultural que, mesmo tendo pontos em comum, é um meio diferente. Este duplo desafio não é de gestão fácil ao nível individual e é nesse contexto que nós deveremos equacionar a problemática da educação dos filhos, porque deste perfil do emigrante há também um outro elemento, a sub-escolarização quando não é o analfabetismo. Portanto, a nível das organizações da sociedade civil, das organizações não governamentais e do governo dos países de acolhimento deveremos ter políticas coerentes, consistentes com esta realidade para, de facto, podermos mudá-la.



Eu devo dizer que temos encontrado, este Governo cabo-verdiano, da parte do Governo português muita abertura. Nós criamos um grupo de trabalho conjunto para discutir, exclusivamente, os problemas de imigração o que constitui uma grande inovação. É uma decisão que, certamente, vai marcar diferenças qualitativas na abordagem e na resolução dos problemas que existem no seio da comunidade cabo-verdiana. Eu levo comigo esta informação estatística que dois terços dos cabo-verdianos, em Portugal, estão fora do sistema de segurança social. Esta é uma ameaça social para Cabo Verde que devemos atacar imediatamente.

Agora, em relação ao grupo de trabalho conseguimos também algumas inovações dentro da inovação, reunimos vários serviços envolvidos na gestão da problemática da imigração e abrimos o grupo à sociedade civil, particularmente, ao meio académico. Eu trabalho no Governo, mas, muitas vezes, o Governo precisa ouvir leituras, explicações, que vêm fora dos circuitos viciados de administração e da política. Para mim ter no grupo de trabalho elementos do meio académico e da sociedade civil é uma grande oportunidade para nos ajudar a compreender as coisas, as lógicas das administrações e isto é válido para a administração cabo-verdiana, é válido para mim, pessoalmente, estou sempre a tentar desenhar mecanismos de defesa contra esta armadilha, mas eu sei que não consigo totalmente e preciso dessa gente da sociedade civil à volta, porque facilmente se diz: Sim, Senhor Ministro. É a maior armadilha, então preciso dessas *safeguards* para ter a certeza de que eu quero fazer corresponde, de facto, ao que é melhor para a sociedade cabo-verdiana.

O Governo de Cabo Verde sempre incluiu a emigração na sua agenda. O novo programa do Governo insiste, mas de uma forma diferente, querendo antecipar a sorte dos cabo-verdianos nos países de acolhimento daqui a 20, 30, 40 anos e são as questões que eu coloco aos cabo-verdianos quando me interpelam com pequenas questões, eu digo: tudo isso é importante, mas eu quero saber o que é que seremos nós, cabo-verdianos ou descendentes de cabo-verdianos, pouco importa a nacionalidade em termos jurídicos, daqui a 20, 30 ou 40 anos. São essas questões que deveremos poder colocar e quando eu coloco essas questões, naturalmente, que sou remetido para a política interna e de desenvolvimento de Cabo Verde, que é algo não negociável, que é a política que Cabo Verde deve desenvolver para a capacitação dos recursos humanos. Quando capacitamos recursos humanos estamos a viabilizar o desenvolvimento dos cabo-verdianos em Cabo Verde e estamos a tornar a emigração mais fácil, a ajudar os países de acolhimento a terem uma mão-de-obra qualificada e que corresponde às suas necessidades.

Eu termino agradecendo a todos e pedindo ao Secretariado Executivo da CPLP que se aproprie, digamos, deste tema da imigração para podermos construir um consenso trabalhável para o bem dos estados e para o bem dos homens considerados individualmente. Eu insisto ainda nesta dissociação das reflexões para evitarmos a armadilha do solilóquio, do monólogo colectivo e, finalmente, insisto, não estão aqui presentes, mas os cabo-verdianos espalhados pelo mundo, na nossa responsabilidade individual não poderemos governamentalizar totalmente a gestão da imigração, há responsabilidades partilhadas, responsabilidades dos governos, mas nada, nada, absolutamente nada, substitui a responsabilidade individual.

Muito obrigado.



Sessão de Encerramento

## PEDRO SILVA PEREIRA

Ministro da Presidência



Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros da Cooperação e das Comunidades de Cabo Verde; Senhor Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Portugal; Senhor Secretário Executivo da CPLP; Senhor Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian do mundo; Permitam-me que saúde também o Senhor Alto-Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas; Senhores Embaixadores; Corpo diplomático; A Senhora Chefe de Missão da OIM de Lisboa; A Senhora Administradora da Fundação Doutora Isabel Mota; Senhor Comissário Doutor António Vitorino; Minhas senhoras e meus senhores:

Queria começar por uma palavra de agradecimento ao Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde e por lhe dizer aqui aquilo que tive a oportunidade de dizer na Cidade da Praia, por ocasião do Congresso dos Quadros cabo-verdianos na Diáspora, que é uma mensagem simples, de reconhecimento do contributo, muito positivo, da comunidade cabo-verdiana para o desenvolvimento de Portugal, o testemunho do dinamismo das associações de imigrantes cabo-verdianas que entre nós se encontram e também o reconhecimento do trabalho que o Governo de Cabo Verde tem feito não apenas pelo desenvolvimento do seu país, mas também pela valorização, nesse desenvolvimento, do contributo das comunidades na diáspora. É muito importante que este congresso possa terminar exactamente com o recordar do testemunho daquilo que julgo que pode começar já a ser considerado como o exemplo de uma boa prática, o grupo de trabalho conjunto, entre Portugal e Cabo Verde, que foi constituído para discutir, justamente, os problemas da comunidade imigrante que entre nós se encontra.

Estou convencido de que para lá daquilo que é a identificação dos problemas e da agenda, como é próprio de seminários como este, é muito importante também que possamos ir assinalando o progresso e o caminho feito. Estou convencido que esse grupo de trabalho entra directamente para a lista das boas práticas internacionais em matéria de política de imigração, porque não pode haver sucesso nessas políticas, como aliás decorre, de algum modo, daquilo que são também as conclusões deste seminário, se não houver uma boa cooperação entre os países de origem das comunidades imigrantes e os países de destino.

O problema dos fluxos migratórios está hoje a subir nas preocupações das populações, em geral, na agenda da comunidade internacional, mas este não é um fenómeno recente. Podemos mesmo dizer que é um fenómeno quase natural na história da humanidade. Basta conhecer alguma coisa dos processos de desenvolvimento para saber que os fenómenos migratórios que hoje, naturalmente, se apresentam com a configuração que é própria de um determinado contexto não são fenómenos recentes. Nem precisamos de ir muito longe, basta recordarmos a história daquela que é, hoje, a maior potência do planeta terra. Entre a chegada dos primeiros colonos à América do Norte e a Declaração de Independência dos Estados Unidos da América não vai muito mais do que um século e tudo isso não aconteceu assim há tanto tempo atrás.

Com certeza que, hoje, o fenómeno se apresenta com características muito especiais. Com certeza que é potenciado pelas características do processo de globalização. Com certeza que, hoje, os números indicam que ele se apresenta com uma intensidade particular. Mas, não é, de todo em todo, um fenómeno recente. Nós podemos compreender as causas, elas estão bem recenseadas, não há uma identidade na explicação de todos e cada um dos fluxos migratórios. Mas, todos conhecemos, foi isso, aliás, aqui hoje assinalado que o fracasso do desenvolvimento, ou se quiserem, os contrastes nos processos de desenvolvimento estão na origem dessa explicação, quer do ponto de vista das assimetrias económicas, quer das suas consequências no plano demográfico. Tudo isso está estudado, tudo isso é conhecido.

Hoje, dizem-nos os indicadores, teremos, à escala do planeta, qualquer coisa como 200 milhões de imigrantes. Este número corresponderá a qualquer coisa como 3,5% da população mundial. Está o copo muito cheio? Está o copo meio vazio? Tenho visto leituras diferentes desta realidade. De um lado uns procurando acalmar os ímpetus mais nervosos, dos, pode-se dizer, adversários, dos fluxos migratórios, aqueles que representam uma visão mais preocupada com o fenómeno. Tenho visto salientar que o copo, afinal de contas, nem chega a estar meio vazio. Afinal de contas, 3,5 da população mundial está na condição de migrante isso significa que mais de 96% permanece nos seus lugares de origem.

Mas, por outro lado, sabemos que 200 milhões de imigrantes é, com certeza, um fenómeno com uma expressão significativa mesmo que, ao contrário do que por vezes se pensa, ele não se dirija apenas para os países desenvolvidos. Temos hoje uma percentagem, muito considerável, de fluxos migratórios que decorrem entre países em vias de desenvolvimento. Portanto, mais do que responder à pergunta se o copo está meio cheio ou meio vazio a verdade é que este é um problema que tem uma dimensão mais do que suficiente para justificar a atenção das agendas políticas nacionais e internacionais. Uma dimensão como problema humano, desde logo, mas também como problema económico, como problema social, como problema cultural e, naturalmente, também como problema político. Devemos enfrentá-lo sem particulares ingenuidades, por vezes acontece, diz-me a minha experiência, que há qualquer coisa como uma espécie de seminários paralelos. Não sei se partilham desta visão das coisas.

Há uns seminários dos amigos da imigração, que cultivam uma leitura positiva do fenómeno da imigração e há, por vezes, outros eventos onde se cultiva a leitura política exactamente oposta em relação ao fenómeno da imigração. O erro está em que este diálogo ocorra de costas voltadas e nós não podemos desenhar uma política de imigração assente nem na ingenuidade, nem na irresponsabilidade. Temos que assentar essa política com conhecimento dos problemas e das preocupações que ela suscita junto das populações.

Quando nós falamos de um fenómeno à escala global de 200 milhões de imigrantes e um fenómeno que não é sequer um fenómeno recente. Embora possa, nos dias de hoje, acontecer com uma particular intensidade a primeira atitude que eu julgo que se recomenda aos responsáveis políticos é a de humildade perante este fenómeno e a atitude humildade significa, desde logo, recusar as respostas fáceis para aquilo que é um problema complexo.

Quer a resposta fácil daqueles que dizem: bom, agora trata-se de cuidar do desenvolvimento dos países de onde essas comunidades imigrantes são originárias e prometer esse desenvolvimento para amanhã ou para 2015, que é sensivelmente a mesma coisa ou outra visão, que é uma visão igualmente própria de quem não tem o realismo necessário para enfrentar bem essa realidade, que é a de quem imagina a possibilidade de uma Europa ou de um mundo desenvolvido entrincheirado atrás de barricadas procurando conter um fenómeno que é um fenómeno massivo, que é um fenómeno que tem uma explicação que dificilmente pode ser contrariada por um qualquer processo regulatório com uma rigidez que verdadeiramente tem dificuldades práticas de exequibilidade.

Mas, se é assim, se nós devemos recusar, de um lado, as leituras simplistas que nos fazem olhar para uma solução do problema enfrentando as causas como se isso pudesse dar uma resposta imediata à questão que está colocada e devemos recusar também essa outra visão iminente securitária das barricadas em torno das fronteiras dos países desenvolvidos. Uma coisa tenho, para mim, como segura, que o problema primeiro de uma política de imigração sensata é uma política que seja capaz de superar a demagogia e o desconhecimento.

A verdade é que, hoje, muitas das questões que se colocam a propósito da imigração estão assentes em equívocos, em lugares comuns que se repetem sobre as consequências, os efeitos desses fenómenos e, portanto, a primeira atitude, mesmo, julgo, que é a atitude de olhar para



a realidade, de ter sobre ela uma visão esclarecida e assente em indicadores, assente numa observação objectiva dessa realidade. Nessa medida o facto da CPLP apostar na constituição de um observatório dos fluxos migratórios é muito positivo, como aliás na nossa política interna temos também adoptado as medidas que são necessárias para aperfeiçoar a leitura do fenómeno da imigração. E olhar sem demagogia para esse fenómeno é também integrar na nossa leitura das problemáticas da imigração a própria experiência portuguesa.

Nós chegamos agora ao debate público sobre as políticas de imigração, mas temos, de há longo tempo a esta parte, uma experiência de um país de emigrantes e portanto, sabemos, sem precisar de consultar excessivos estudos sobre a matéria, do contributo objectivo que as nossas comunidades emigrantes, de portuguesas, tiveram nos países de destino, para o seu próprio desenvolvimento e, portanto, esse é o testemunho que temos para dar quanto ao contributo das comunidades imigrantes para o desenvolvimento e, por outro lado, sabemos também do contributo que essas comunidades de emigrantes tiveram para o próprio desenvolvimento do nosso país. Isso, com certeza, passou por todos os instrumentos que foram aqui discutidos neste seminário, com certeza pelas remessas dos imigrantes, não há que fugir à questão, elas ainda hoje têm um significado real na nossa própria economia. Mas, também outros efeitos sobre o nosso processo de desenvolvimento quer do ponto de vista económico, quer do ponto de vista cultural.

Devo dizer que quando se olha para a questão da fuga dos cérebros, que o Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros aqui comentou criticamente, é verdade que também há alguns equívocos instalados sobre essa matéria. Quando nós olhamos para alguns números e com alguma precipitação se vê alguns comentários a propósito das qualificações de emigrantes portugueses no estrangeiro, bem entendido, é preciso ver, em que medida é que isso decorre de uma ausência de alternativas na sociedade portuguesa, que leva os nossos especialistas mais qualificados a procurar soluções no estrangeiro e o que é que significa, nesses números, uma realidade muito distinta dessa e que é a realidade do sucesso na integração das nossas comunidades emigrantes no estrangeiro. Nós temos, hoje, felizmente, entre as nossas comunidades emigrantes no estrangeiro, um índice de sucesso escolar superior àquele que tínhamos alguns anos atrás. A história que os indicadores hoje revelam de uma evolução positiva do número de portugueses emigrados no estrangeiro que obtêm licenciaturas e até doutoramentos, é a história de uma imigração bem sucedida no estrangeiro.

Portanto, por vezes, existe também aqui, efectivamente, muitos equívocos sobre essa matéria. Não há que o esconder, naturalmente, que essa circunstância não nos deve inibir, antes bem pelo contrário, como em nenhum país de origem das comunidades emigrantes de ter políticas activas para promover o retorno daqueles elementos mais qualificados e que podem, no seu próprio país, dar um contributo para o seu desenvolvimento. Mas, não confundir aquilo que os números dizem, olhando para eles assepticamente, acriticamente, sem olhar para a realidade substancial que está verdadeiramente subjacente. Hoje temos, em Portugal, qualquer coisa como 4% da população nacional constituída por imigrantes, o número é da ordem dos 9 a 10% da nossa população activa e é verdade que 45% desses imigrantes são originários da CPLP.

Julgo que para construir uma política de imigração, entre nós, precisamos de partir deste reconhecimento, de que estas comunidades imigrantes são, hoje, um contributo positivo para o desenvolvimento económico do país e, aliás, também para a sustentabilidade dos seus sistemas de segurança social e para responder àqueles problemas que Portugal partilha, mas que são divididos um pouco por toda a Europa e que tem que ver com o défice demográfico que é um défice não menos preocupante do que outros que mais se fala. Como responder a estes desafios? O ónus da prova está do lado de quem propõe uma mudança e, de facto, é tempo de uma mudança nessas políticas de imigração e aquilo que tem marcado a agenda política interna, a propósito da política de imigração, é exactamente isso. Iniciativas de mudança na política de imigração, desde logo co-iniciativas muito concretas, muito expressivas, estruturantes mesmo do nosso ordenamento jurídico a propósito destas questões. Desde logo, uma mudança fundamental que é a introduzida com a nova Lei da Nacionalidade e queria chamar a atenção que essa nova Lei da Nacionalidade é uma mudança muito importante, não apenas para o nosso país, porque, naturalmente, uma Lei da Nacionalidade é sempre qualquer coisa de estruturante para um determinado país. Mas, também do ponto de vista do que ela representa como paradigma de abordagem da questão da nacionalidade à escala europeia.

Nós não encontramos, com facilidade, nas legislações europeias uma Lei da Nacionalidade que tenha sido uma lei mais aberta do que aquela que foi recentemente aprovada em Portugal, com uma particularidade verdadeiramente extraordinária, é que ela foi aprovada na Assembleia da República sem nenhum voto contra e isso é extremamente significativo. De facto, nós olhamos para as mudanças agora introduzidas na Lei da Nacionalidade, por exemplo, a atribuição, praticamente automática, da nacionalidade aos chamados imigrantes de terceira geração e até nos parece natural, afinal de contas, o que são os imigrantes ditos de terceira geração senão gente que nasceu em Portugal, filhos de outros que também já nasceram em Portugal, que não conheceram, portanto, muitas vezes outro país que não o nosso. Todos reconhecemos que corresponderia a uma injustiça manter a situação anterior da recusa da nacionalidade, pois o meu ponto, aquele para o qual quero chamar a atenção, é que essa solução é uma solução rara na Europa.

São muito raros na Europa os países que atribuem a nacionalidade aos imigrantes de terceira geração. Encontramos esse fenómeno em França, encontramos-lo em Espanha, em determinadas condições na Bélgica, mas bastante restritas. Nós não temos essa solução como solução comum na legislação da nacionalidade europeia e o mesmo acontece com a questão dos imigrantes ditos de segunda geração.

Recordo-me bem do debate que aconteceu, em Portugal, a propósito dessa questão, saber se devíamos consagrar ou não a nacionalidade portuguesa a todos os que nasceram em Portugal independentemente da situação de legalidade dos pais, pois vale a pena saber que nenhum país europeu atribui a nacionalidade automaticamente em razão do local de nascimento e independentemente de considerações de legalidade, porque genericamente se entende que isso pode constituir um efeito de chamada e, portanto, potenciar a imigração ilegal.

Mas, a verdade é que essa solução, tal como foi consagrada em Portugal, de permitir aos imigrantes de segunda geração o acesso à nacionalidade originária é uma solução que não tem frequentes paralelos na Europa mesmo na forma como foi consagrada entre nós.

Há, na Alemanha, uma solução parecida embora, de um modo geral, exigindo mais anos de prévia condição de legalidade dos progenitores do que aquela que se verificou em Portugal e há uma solução também semelhante na Irlanda. Portanto, em termos de nacionalidade originária a Lei da Nacionalidade que entre nós foi consagrada corresponde a um paradigma da abordagem das questões da nacionalidade que é verdadeiramente, eu diria quase que, em contra-ciclo em relação a alguns ventos que sopram na Europa. O mesmo acontece com a Lei da Imigração que o governo acaba de propor e de submeter à discussão pública. Uma lei mais favorável ao



reagrupamento familiar, uma lei que procura um melhor equilíbrio entre a oferta e a procura no que diz respeito aos processos de imigração e também uma lei que procura favorecer a imigração qualificada que, de um determinado modo, pode contribuir para o nosso desenvolvimento. Não é, Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros, nada de inconciliável. Com certeza que as políticas de imigração e a nossa legislação para a imigração continuarão a permitir, a favorecer a imigração legal para aquelas funções a que o Senhor Ministro se referia.

Mas, há também um lugar e um lugar importante para a nossa própria estratégia de desenvolvimento no que diz respeito à imigração qualificada, particularmente aquela que está associada ao nosso desenvolvimento científico e tecnológico. Isso faz parte de uma aposta diferente do ponto de vista da promoção da integração das comunidades imigrantes em Portugal. E dou estes dois exemplos, porque não são exemplos menores, porque são exemplos verdadeiramente estruturantes. Aqueles que tem que ver com a Lei da Nacionalidade, aqueles que tem que ver com a própria Lei da Imigração e, certamente, que outros dados.

O contraste entre o investimento que é feito no trabalho da cooperação no plano das questões relativas à segurança e ao controlo fronteiriço, que não é com certeza, pouco importante, antes bem pelo contrário. Mas, o contraste entre esse investimento e aquele outro que é feito nas políticas de integração e o que digo é que a falta de investimento nas questões de integração tem uma consequência que se paga do ponto de vista das questões sociais, não respondidas e suscitadas pelo fenómeno da imigração.

É por isso que a atitude do Governo português nessa matéria pretende ser, hoje, uma atitude que chama a atenção das políticas europeias para esta outra abordagem do problema da imigração e para as problemáticas da integração dos imigrantes e o que espero é que a presidência portuguesa da união europeia, é para isso que estamos a trabalhar como o Senhor Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação já, hoje, aqui sinalizou, possa colocar na agenda da Europa, mas não apenas colocar, colocar, noutros termos, a questão da imigração de modo que a problemática da integração possa ter um destaque, que, infelizmente, não tem tido no nosso passado recente.

Queria terminar chamando a atenção para o papel das políticas de imigração, em Portugal, no que diz respeito à promoção do desenvolvimento dos países de origem, também aí há uma preocupação e eu vejo, aliás, neste seminário, e sobretudo nas suas conclusões, uma verdadeira agenda política que o Governo, certamente, toma boa nota.

Algumas medidas muito concretas que podem ajudar a mudar as coisas e eu queria chamar a atenção para algumas daquelas que o Governo propõe agora à discussão pública no quadro da Lei da Imigração.

Em primeiro lugar, a questão da duração dos títulos e do modo como se considera a permanência continuada dos imigrantes no país de acolhimento, no caso em Portugal. De acordo com a nova Lei da Imigração aquilo que aqui este seminário teve a ocasião de discutir, o problema da imigração circular, tem nesta Lei da Imigração uma resposta que não tinha na legislação em vigor. De tal modo que se permite a possibilidade de não cancelar a autorização de residência quando a ausência do imigrante no país seja justificada pelo facto de ele desenvolver no país de origem uma actividade profissional, empresarial, de natureza cultural ou social, de modo a que haja esse incentivo para que os imigrantes, que entre nós se encontram, possam, ter nos seus países origem, uma actividade económica que contribua para o desenvolvimento desses países.

Por outro lado, também a questão das migrações temporárias. A nova Lei da Imigração, na proposta que está em discussão pública, preconiza um regime jurídico para a imigração temporária que concede a possibilidade de um visto de estada temporária exactamente para o exercício de uma actividade sazonal, como aliás também um regime especial para a admissão de cientistas e estrangeiros altamente qualificados. São contributos concretos e específicos para que as comunidades de imigrantes entre nós sedeadas possam ter e manter uma ligação com os seus países de origem e aí contribuírem para o seu desenvolvimento.

Mas, no quadro da política de cooperação, o Senhor Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros já aqui teve a ocasião de sinalizar que é uma opção da estratégia adoptada pelo Governo associar os imigrantes e as suas associações aos projectos de cooperação que são desenvolvidos por Portugal com, designadamente, os países da CPLP. É possível e é útil que o dinamismo das associações de imigrantes, felizmente, muito significativo, entre nós, possa também ser mobilizado para apoiar o processo de desenvolvimento nos países de origem.

Portanto, tudo o que estamos a falar é de uma agenda, de uma agenda para uma política activa, favorável à integração dos imigrantes, que representa compromissos no plano interno, mas também compromissos no plano internacional, quer à escala da Comunidade Europeia, quer no quadro da CPLP, quer no plano bilateral. Julgo que nós não devemos fugir à questão central. Há, de facto, duas formas de olhar para este fenómeno dos fluxos migratórios e se é verdade que há uns que o vêem como a fonte, a origem, de muitos problemas sociais na Europa e nos países desenvolvidos, há outros que, sem negarem as dificuldades, reconhecem o contributo positivo desses fluxos migratórios. Portugal na sua política imigração escolheu o seu lado.

Escolheu o lado de políticas activas a favor da imigração e da ajuda ao desenvolvimento aos países de origem e é esta proposta política que estará presente na Presidência portuguesa da União Europeia.

Muito obrigado.

# Anexo I

## Documentos de Apoio

*Breve descrição da migração para Portugal de outros países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)*

*Fomentar as diásporas enquanto parceiros de desenvolvimento entre os países de origem e de destino*

*Dados sobre as Migrações e a formulação das Políticas*

*A Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)*

*Comunidades de Migrantes e Desenvolvimento*

*Migração e Desenvolvimento*

*Remessas dos Migrantes*

## Breve descrição da migração para Portugal de outros países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)

Tradicionalmente, Portugal tem sido um país de emigração, tendo se tornado um país de imigrantes nos anos 1970s, com o final da ditadura e independência das suas antigas colónias africanas (Angola, Moçambique, Guiné Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe).

O processo de descolonização teve um papel proeminente na história migratória de Portugal. No entanto, aos migrantes dos Países Africanos de Língua Portuguesa (PALP), do Brasil e de Timor Leste, países estes que possuíam uma relação especial com Portugal por serem antigas colónias, juntaram-se recentemente migrantes provenientes de países de origem não tradicionais, tais como da região da Europa de Leste (Malheiros: 2002)<sup>1</sup>.

### Dados migratórios

Os fluxos migratórios anuais para Portugal são variados e significativos. Estimativas de 1992 mostram que indivíduos nascidos no estrangeiro representavam 1,3% da população residente em Portugal, enquanto em 2002 esta percentagem atingia os 4% (SOPEMI, OECD :2004).

Estima-se que entre 2000 e 2004, o número total de entradas de migrantes em Portugal, de origem não europeia fosse de 449.194, tendo aumentado 148,5% durante este mesmo período (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras – SEF:2004).

As maiores comunidades migrantes estabelecidas em Portugal são provenientes das antigas colónias portuguesas em África (Angola, Moçambique, Guiné Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe), sendo esta uma tendência constante desde a independência destas colónias. Por outro lado, existe também um importante fluxo desde o Brasil para Portugal, dado que o Brasil também é tradicionalmente um país de destino da migração portuguesa. Hoje em dia, os migrantes brasileiros são o maior grupo de que indivíduos residentes nascidos no estrangeiro (14,9%), seguidos dos ucranianos (14,7%), Cabo-verdianos (14,3%), Angolanos (7,9%), Guineenses (5,6%) e São-tomenses (2,3%).

Os migrantes de originários dos países da CPLP constituem uma parte significativa da população estrangeira em Portugal. O Relatório do SEF (2004) mostra que o principal país de origem é o Brasil: entre 2001 e 2004, 20,6% dos imigrantes com Autorizações de Permanência e 11% com Autorizações de Residência eram brasileiros. Entre os PALOPs, os cabo-verdianos são o maior grupo de imigrantes em Portugal (entre 2001 e 2004, 8,574 tinham Autorizações de Permanência, e 55.590 em 2004 com Autorizações de Residência).

### Características migratórias

De modo a compreender melhor a migração desde países da CPLP com destino a Portugal, é importante analisar as suas características.

A idade média dos emigrantes dos países da CPLP diverge de país para país. A idade média para os angolanos, São-tomenses e Guineenses ronda os 29 anos, enquanto para os cabo-verdianos ronda os 34 anos.

<sup>1</sup> Malheiros J. (2002), “Portugal Seeks Balance of Emigration, Immigration”, in Migration Information Source of the Migration Policy Institute, [www.migrationinformation.org/Profiles/print.cfm?ID=77](http://www.migrationinformation.org/Profiles/print.cfm?ID=77).



Em termos de género, existem mais emigrantes do género masculino do que do género feminino, provenientes de países da CPLP com destino a Portugal: 55% do total de migrantes com Autorização de Residência são homens. Brasil e S.Tomé e Príncipe são os únicos países de origem com um taxa de migração feminina estável. Por exemplo, em 2004, 15.141 mulheres emigraram do Brasil com destino a Portugal, em comparação com 13.815 homens; no mesmo ano, 4.128 mulheres emigraram desde S.Tomé e Príncipe, em comparação com 3.800 homens.

Os migrantes originários da região da CPLP representam uma porção significativa da população activa em Portugal. Em 2001, 142.442 indivíduos entre 227.790 imigrantes (nascido no estrangeiro e estabelecidos em Portugal) encontravam-se empregados (Recenseamento Geral da População:2001). A procura de trabalho em Portugal tem representado um factor importante no recrutamento destes recém-chegados. Portugal tem um baixo nível de desemprego (4.2% em 1999, quando a média Europeia era de aproximadamente 9%), assim como um nível de consumo em crescimento e um investimento significativo na renovação das infra-estruturas básicas, daí a necessidade de mão de obra estrangeira, particularmente em sectores como na construção civil, indústria, limpeza e vendas a retalho. A migração qualificada proveniente dos países da CPLP é importante, especialmente em sectores qualificados e semi-qualificados.

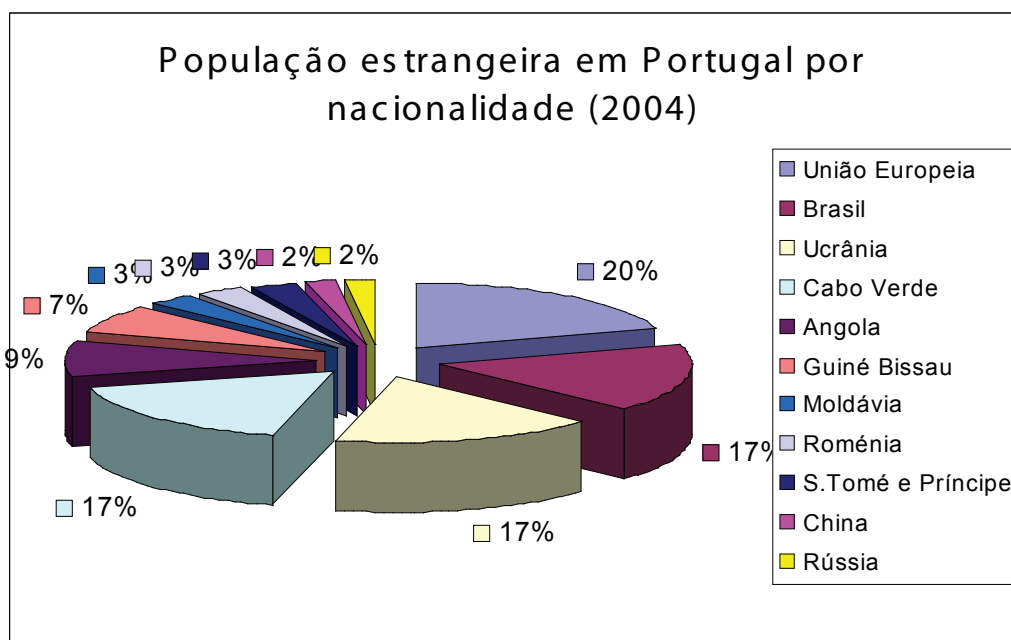
A taxa de emprego é maior entre a comunidade brasileira: 72% dos imigrantes em 2001 estavam empregados. O grupo brasileiro inicialmente era dominadamente de trabalhadores altamente qualificados, mas hoje em dia inclui trabalhadores semi-qualificados ou indiferenciados, na sua maior parte no comércio (20.7%), turismo ou cuidados de saúde, e construção civil (24.2% da população activa brasileira em Portugal), ao mesmo tempo em que se regista uma nova tendência migratória de empresários brasileiros para Portugal.

Os imigrantes dos PALOPs estão na sua maioria empregados em sectores qualificados ou semi-qualificados (34% dos angolanos e 46% dos guineenses), em sectores de comércio e serviços (25,4% dos moçambicanos) ou em outros sectores com baixa qualificação (382% de caboverdianos) (SEF:2004).

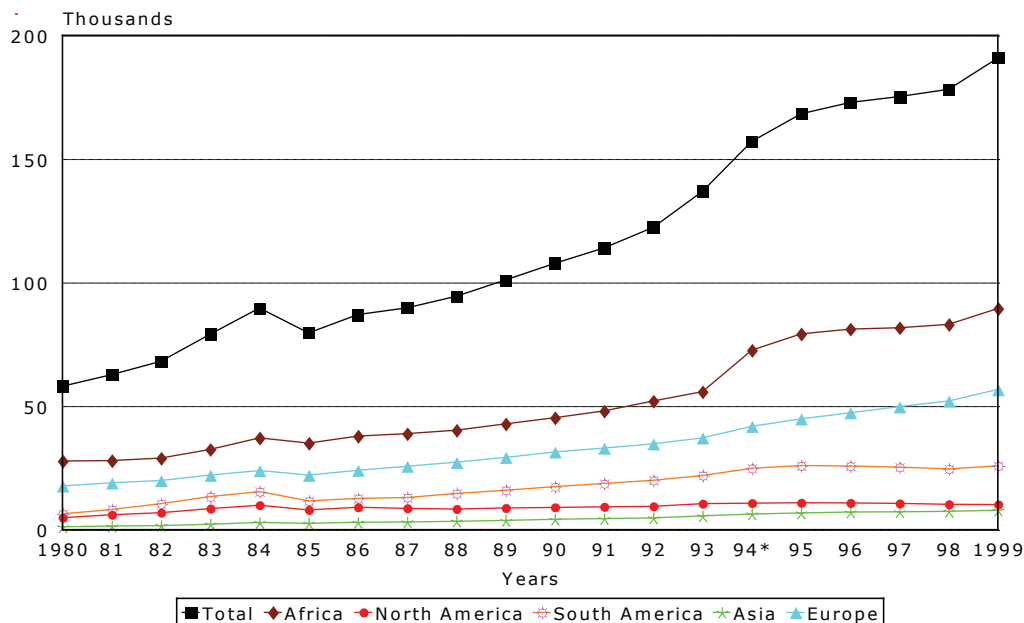
Entre os países da CPLP, o Brasil e Moçambique detinham as mais altas percentagens de trabalhadores migrantes nos sectores do serviço e comércio, com 22% e 4% respectivamente, do total de trabalhadores imigrantes que se encontram neste sector.

ANEXO

Quadro 1 – População Estrangeira em Portugal 2004 (%)



**Quadro 2 – População Estrangeira legalmente residente em Portugal, por continente de origem -1980-1999 (milhares)**



**Nota:** As estatísticas de 1994 incluem os processos de regularização extraordinários (1992/3). Fonte: Fonseca, M., M.J. Caldeira, and A. Esteves (2002), “New forms of migration into the European south: Challenges for citizenship and Governance – the Portuguese Case.” *International Journal of Population Geography*, 8(2): 135-152.

**Quadro 3 – Distribuição de estrangeiros com residência regular em Portugal, por país e região de origem -1981, 1991 e 2001 (porcentagem)**

Região de origem	1981	1991	2001
<b>Total</b>	54.414	113.978	219.215
<b>Europa</b>	30.2	29.0	30.0
União Europeia	29.4	27.5	27.6
Outras regiões europeias	0.8	1.5	2.4
<b>África</b>	45.7	41.9	47.3
PALOP	45.1	40.2	44.7
Cabo Verde	38.6	26.1	22.3
Angola	3.8	5.0	9.9
Guiné Bissau	1.8	4.2	7.6
Outros países africanos	0.6	1.7	2.6
<b>Américas</b>	21.2	24.5	18.2
Brasil	8.0	11.1	10.8
Outros países América Latina	4.7	5.3	2.6
América do Norte	8.5	8.1	4.8
<b>Ásia</b>	1.9	3.9	4.3
China	0.5	1.2	1.7
Índia	0.2	0.6	0.5
Paquistão	0.6	0.6	0.5
Outros países da Ásia	0.6	1.5	1.5
<b>Proveniência de outras regiões e apátridas</b>	0.9	0.8	0.4

**Nota:** Este quadro não inclui dados sobre as Autorizações de Permanência em Portugal, concedidas aos estrangeiros irregulares em Portugal que registaram os seus contratos de trabalho ( ver quadro 2). Fonte: SEF (1999, 2000 e 2001).

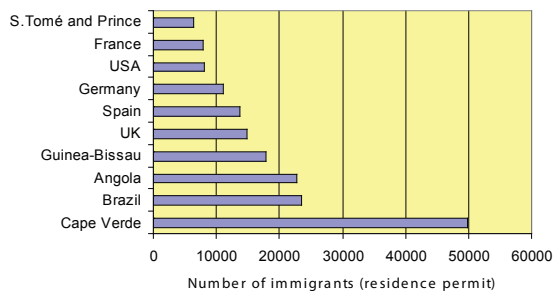
**Quadro 4– Distribuição de estrangeiros com autorizações de residência e permanência por regiões de origem (2001)**

Região de origem	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem
<b>Total</b>	<b>219,215</b>	<b>100.0</b>	<b>123,700</b>	<b>100.0</b>
União Europeia	60,503	27.6	ND	ND
Europa de Leste	--	--	68,498	55.4
Ucrânia	--	--	44,161	35.7
Rússia	--	--	4,830	3.9
Moldávia	--	--	8,505	6.9
Roménia	--	--	7,307	5.9
PALOP	97,989	44.7	17,126	13.8
Cabo Verde	48,828	22.3	5,815	4.7
Angola	21,708	9.9	5,627	4.5
Guiné Bissau	16,275	7.4	3,664	3.0
Brasil	23,663	10.8	22,568	18.2
China	3,727	1.7	2,974	2.4
Índia	1,323	0.6	2,796	2.3
Paquistão	1,005	0.5	2,665	2.2
Outros países	31,005	14.1	7,073	5.7

**Legenda:** -- valor demasiado baixo para inclusão nos dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE); ND – Não disponível

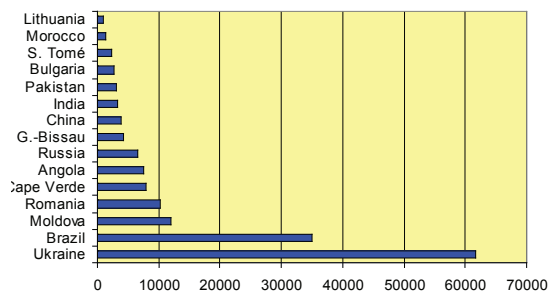
**Fonte:** Instituto Nacional de Estatística (INE); *Anuário Demográfico e Relatório sobre a Evolução do Fenómeno Migratório- ACIME/SEF/IGT* (2002).

**Quadro 5 – Principais nacionalidades dos imigrantes titulares de autorização de residência em Portugal (2001)**



**Nota:** Total de imigrantes – 223,976. Dez principais nacionalidades: 175,696 (78.4%)

**Quadro 6 – Principais nacionalidades dos imigrantes detentores de Autorização de Permanência em Portugal (2001 e 2002)**



**Nota:** Total de imigrantes – 174,558; Principais nacionalidades (15): 163,242 (93.5%). Fonte: Fonseca:2003 (a publicar brevemente)

## Fomentar as diásporas enquanto parceiros de desenvolvimento, entre países de origem e de destino.

O papel das diásporas no desenvolvimento, na redução da pobreza, na reconstrução e no crescimento está a ganhar interesse político. O interesse nas diásporas pode ser resumido em três pontos variáveis: assegurar benefícios para os migrantes, para os países de acolhimento e para os países de origem.

### **Definições e estatísticas**

Não existe uma definição geralmente aceite do termo “diásporas”, a qual tem sentidos distintos para diferentes órgãos de decisão. O significado de diáspora é melhor aceite pela ideia de populações **transnacionais**, com residência num país mas ainda relacionadas com os seus países de origem. De forma a modernizar um termo que tem conotações históricas fortes assim como, reflectir as alterações das tendências migratórias (migração laboral, migração circular), usamos o termo “diásporas” sem o recurso à maiúscula da primeira letra “**diásporas**” de forma a evitar confusões com a história da Diáspora Judaica. Usamos também a palavra “diásporas” no plural para melhor exprimir a pluralidade, a diversidade e os interesses individuais existentes na diáspora para além da sua faceta comunitária.

Informação e estatísticas fiáveis são essenciais para permitir aos governos incluírem as diásporas em programas para o desenvolvimento. A existência de estatísticas frequentemente reflecte o nível de interesse político; o aumento de dados nesta matéria pode, por vezes, não reflectir um aumento quantitativo de políticas nesta área.

Há vários desafios específicos no que respeita ao levantamento de estatísticas sobre as diásporas; primeiro, o simples facto de reunir estatísticas quantitativa e qualitativa precisa requer a definição do termo diásporas; segundo, a dificuldade na obtenção de estatísticas sobre associações de diásporas; terceiro, a definição e medição dos fluxos transnacionais das diásporas; e em quarto, a identificação das instituições responsáveis pela recolha das estatísticas sobre diásporas. Uma das grandes dificuldades na recolha de estatísticas é a relutância das próprias populações da diáspora em responderem aos questionários e inquéritos governamentais, confirmando assim a importância de existirem organismos neutros que desenvolvam este tipo de recolha de dados.

### **Interesse político nas diásporas**

O papel das políticas é de definir como é que as diásporas podem contribuir para o desenvolvimento e como as abordagens e soluções relacionadas com as diásporas diferem dos programas convencionais de desenvolvimento. Em muitos casos, com base no sucesso das suas iniciativas, as diásporas organizam-se entre elas e geram interesse político. O surgimento das associações de diásporas não são uma tendência nova. Contudo, o reconhecimento das diásporas enquanto parceiros de desenvolvimento significa aceitar novos colaboradores-chave para o desenvolvimento na sociedade civil.

As diásporas podem actuar como primeiros impulsionadores pelo facto de estarem familiarizados com o contexto de origem e de iniciarem programas inovadores radicados na sua experiência internacional. As redes de diásporas científicas parecem ser especialmente

dinâmicas nos contextos académicos e de empreendedorismo. Outras organizações de diásporas fazem a ponte entre os países de origem e de destino, contando com a participação de pessoas das diásporas e nacionais.

Ainda existem escassas análises sistemáticas que avaliam o impacto do desenvolvimento das organizações das diásporas, mas isso não significa que as diásporas contribuam de forma limitada para o desenvolvimento. Por exemplo, o ADB (2004) considera influente o papel da Rede Filipinas de “Ganho de Cérebros” (*Brain Gain*), tendo identificado dezanove de entre vinte empresários Indianos de topo, da área de Software, financiados ou geridos por diásporas Indianas.

As maiores motivações por detrás do interesse político em envolver as diásporas no desenvolvimento dos **países de origem** incluem: limitar os custos da emigração, compensar a “perda de cérebros” (*brain loss*), melhorar as qualificações dos migrantes e, por fim, contrariar o efeito das diásporas em várias áreas. Muitos poucos países de origem fazem referência oficial a iniciativas de diásporas não governamentais nas suas estratégias de desenvolvimento. Contudo, a sensibilização para o potencial das diásporas está a aumentar. Estratégias foram desenvolvidas para o Benin, Burkina Faso, Mauritânia, Cabo Verde, Madagáscar e Mali, de forma a responder às questões de desenvolvimento destes países com recursos disponíveis nas diásporas.

Do lado do **país de acolhimento**, as diásporas começam a ser vistas como parceiros estratégicos. Alguns países de acolhimento aconselham-se junto das diásporas estrangeiras presentes nos seus territórios para a concepção e implementação dos planos de desenvolvimento nos seus países de origem. Este é o caso, por exemplo, do Reino Unido que consultou as diásporas Serra Leonesas e Indianas para desenvolver os seus planos de assistências a estes países. A França desenvolveu uma federação de ONGs e trabalha bilateralmente com o Mali, Senegal, Benin, Congo e Serra Leoa.

Tendo em conta as suas naturezas transnacionais, as diásporas são potenciais parceiros de desenvolvimento tanto para os países de origem como para os países de acolhimento. Interesses económicos partilhados entre os países de origem e de acolhimento são ainda mais estimulados pelo comércio, investimento e empreendedorismo. As iniciativas das diásporas favoreceram a realização de acordos específicos de comércio como os existentes entre a Europa do Sul e os países do Norte de África.

Para maximizar o potencial da contribuição das diásporas para o desenvolvimento e minimizar os potenciais efeitos negativos, é necessária uma política de gestão das diásporas.

## Dados sobre as migrações e a formulação das políticas: A importância da recolha de dados empíricos nas abordagens de políticas migratórias dos países de origem e acolhimento

Tal como a mobilidade global de pessoas continua a aumentar, cada vez mais um maior número de países se tornam países de origem, trânsito e destino simultaneamente para os migrantes internacionais. Aumentar a eficiência da recolha de dados sobre as migrações a nível nacional e dos sistemas de análise e gestão é um passo crucial para a tomada de decisões políticas mais informadas, apoiando os objectivos da política migratória nacional, indo igualmente ao encontro de novos desafios postos pela migração internacional.

Dados empíricos sobre as migrações providenciam informação relevante para:

- Elaboração de políticas
- Avaliação e medição da eficácia das políticas
- Disposição de recursos escassos da maneira mais eficiente e económica
- Estabelecer e manter standards operativos
- Compreender e debruçar-se sobre o impacto da migração a nível nacional

Num quadro ideal de política migratória nacional, os métodos de recolha de dados seriam aplicados de forma uniforme e consistente nos diferentes ministérios. No entanto, na realidade, geralmente as diferentes agências estatais recorrem ao seu próprio sistema para recolher, armazenar e relatar os dados relacionados com a sua área e objectivos específicos. Os dados sobre as migrações são importantes não só como recurso nacional mas também para disseminação e troca com outros países.. O aumento de capacidade estatal de partilhar e trocar dados migratórios são, assim, um factor importante que pode enriquecer o conhecimento a nível geral e o diálogo internacional sobre as migrações.

### **Dados, migração e políticas de desenvolvimento**

As estratégias de desenvolvimento têm evoluído de modo a fazer face aos novos desafios e oportunidades postos pela globalização. No entanto, a inter-relação entre migração, desenvolvimento e globalização terá ainda de ser incorporada nestas estratégias na maioria dos países, sendo que coexistem visões divergentes sobre a natureza dos relacionamentos existentes entre estes processos. O aumento do número de dados neste âmbito poderia ajudar à clarificação de temas conflituosos. Organizações como a OECD, EUROSTAT, OIM e a Divisão das Nações Unidas para a População, mantêm neste momento bases de dados limitadas sobre as migrações, enquanto o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) oferecem dados relevantes para o desenvolvimento. No entanto, é necessário trabalhar-se mais no sentido de consolidar a informação existente e colmatar as falhas com novos dados essenciais de modo a melhor compreender e aproveitar onexo migração e desenvolvimento<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Ver *IOM Data on Migration and Development report*, 2003

#### A CRESCENTE IMPORTÂNCIA DAS DIÁSPORAS

Um dos grupos que está claramente a emergir como uma das forças para o desenvolvimento no mundo globalizado é a diáspora. As diásporas têm contribuído ao longo do tempo para o desenvolvimento económico dos seus países de origem através de remessas e de outros fluxos de capitais não financeiros. Aumentar a capacidade dos governos de recolher e relatar dados relativos a estes fluxos auxiliará à produção de políticas que poderão efectivamente maximizar a sua contribuição para o desenvolvimento económico.

A forma mais eficaz de recolher dados sobre as diásporas é combinar fontes internas e externas. Entre as fontes internas, encontram-se : os consulados; os ministérios dos negócios estrangeiros, da educação e da justiça; departamentos nacionais de estatística; registos da população e censos. Em alguns países, nos quais a migração laboral encontra-se bem organizada, as agências de emprego providenciam informação importante. Por outro lado, entre as fontes externas, estão incluídas as organizações internacionais (ex.: ACNUR, OIM); departamentos de estatística governamentais<sup>2</sup>; divisões de estatísticas de organizações internacionais (ex. : EUROSTAT, que pertence à União Europeia), e departamento de censos internacionais. Um conjunto útil de dados sobre as diásporas incluiria<sup>3</sup>:

- Dados sociais e demográficos
- Perfis económicos, incluindo a formação profissional
- A distribuição geográfica e origem da diáspora
- Dados sobre retorno de migrantes.

#### CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS DAS DIÁSPORAS

##### Remessas

A informação relativa a remessas encontra-se altamente fragmentada e incompleta, especialmente no caso de países em vias de desenvolvimento. Isto deve-se ao facto de que parte das transferências de remessas são realizadas por meio de canais informais e somente alguns países têm recolhido dados regularmente. Na sua Comunicação “*Migração e desenvolvimento*”<sup>4</sup>, a Comissão reafirmou o seu compromisso na melhoria dos processos de recolha sobre as transferências de remessas, além de incluir propostas para aumentar a transparência destas transacções. A Comissão encoraja também os Estados membros a estabelecerem bases de dados individuais de todas as instituições financeiras de pagamentos de remessas autorizadas – incluindo operadores de transferências de divisas- actualizadas regularmente e disponível para consulta do público, especialmente online.

A falta de informação fidedigna sobre as remessas limita os esforços governamentais para promover o seu impacto positivo na economia local. É particularmente necessário canalizar uma parte mais significativa de remessas para investimentos produtivos. Isto só será possível se os beneficiários estiverem informados sobre as oportunidades de investimentos e os incentivos disponíveis. Aumentar a recolha de dados e a disseminação de informação sobre as várias oportunidades existentes poderá, então, estimular o crescimento e a redução da pobreza.

De modo a estabelecer uma base sólida para os decisores políticos, os dados sobre as remessas deveriam incluir então os seguintes itens:

- Magnitude e as características ( remessas enviadas por canais oficiais e informais)
- Origem e destino a nível nacional e regional
- Impacto económico e social para remetentes e destinatários das remessas
- A forma de utilização das remessas
- A importância, tempo e sector de investimentos viabilizados pelas remessas e a eficácia e eficiência dos investimentos dos migrantes;

Instituições financeiras (inclusive os correios) e as alfândegas têm sido uma fonte sólida de dados de remessas enviadas por canais formais em vários países. Em alguns casos, inquéritos para medição do nível de vida ou outros inquéritos sobre rendimento dos agregados familiares providenciam bons dados sobre as remessas<sup>5</sup>.

<sup>2</sup> Tais como o British Home Office.

<sup>3</sup> Idem 1

<sup>4</sup> COM(2005) 390- final, 1/09/2005.

<sup>5</sup> Idem 1.

### Investimento Directo Estrangeiro e Comércio Internacional

O investimento Directo Estrangeiro (IDE) é definido como um processo no qual o investidor num país adquire as acções de uma empresa residente noutro país de modo a exercer um controle directo sobre as suas operações. Existe também IDE quando um investidor num país estabelece uma nova empresa no estrangeiro. O benefício do IDE consiste em providenciar ao país de acolhimento com um número de efeitos positivos por arrastamento em áreas como o comércio externo, a transferência de tecnologia e criação de postos de emprego.

Os fluxos de IDE são levados a cabo normalmente por organizações multinacionais, mas constata-se na realidade que países como a China e a Índia também atraem volumes significativos de IDE provenientes das suas diásporas. Cada vez mais, as comunidades em diáspora têm investido a longo prazo na economia dos seus países de origem. A CPLP deveria então promover a recolha e análise de dados sobre o volume e impacto económico destas contribuições das diásporas na região. Seria particularmente útil recolher informação sobre:

- O perfil financeiro dos migrantes e das diásporas
- Áreas de investimento local e sectores de interesse particular para os migrantes
- Um critério comum para medir o impacto macro-económico do investimento dos migrantes no país de origem.

### OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DAS DIÁSPORAS

As diásporas também contribuem para o bem-estar do seu país de origem através de dois fluxos transnacionais de cariz não financeiro:

- Capital humano: resultante principalmente da educação, formação e de experiência acumulada das diásporas, podendo contribuir ao desenvolvimento do país de origem através do seu retorno ou do retorno virtual, utilizando as tecnologias de informação (tais como a Internet) no país de acolhimento.
- Capital social: essencialmente toma a forma de redes de migrantes, nos países de acolhimento e de origem, que pode providenciar aos países de origem um maior acesso a mercados mais desenvolvidos e a fluxos de investimento directo estrangeiro.

A dimensão da contribuição dos migrantes para o desenvolvimento dos seus países de origem através da utilização dos seus conhecimentos, competências e contactos podem ser bastante significativas. Por outro lado, esta poderá ser também sobre-valorizada. Aumentar o número de fontes de informações fidedignas nestas temáticas terá um papel importante no aumento da eficiência da participação das diásporas no desenvolvimento dos países de origem. A Comissão Europeia tenciona encorajar os seus estados membros a criarem bases de dados individuais sobre as competências das diásporas, semelhantes ao modelo do programa MIDA da OIM, no qual os membros das diásporas interessados em contribuir através do seu capital humano e social se poderão registar voluntariamente. Além disso, a Comissão incita os países membros a solicitar o *input* e colaboração das associações de diáspora no processo de decisão política.

### **Em direcção a uma utilização mais eficiente de dados**

Recolher material empírico em bruto é somente o primeiro passo no processo. O desafio real reside em dar sentido à informação recolhida e interpretá-la dentro de um contexto específico. O intercâmbio de censos e outro tipo de dados, ou cooperação na condução de um inquérito especial poderiam ajudar a localizar e definir o tamanho das comunidades em diáspora, que poderão em troca contribuir para a formulação de opções políticas relevantes sobre quando e como abordar estas comunidades e como estas poderão contribuir para as necessidades de desenvolvimento de um país<sup>6</sup>. A qualidade e a utilidade das informações sobre as migrações irá melhorar através da promoção da interacção entre os utilizadores e os produtores de informação.

6 Idem 1.



### **O Observatório de Fluxos Migratórios da CPLP**

A Carta constituinte da CPLP abriu o caminho para a adopção de medidas que facilitariam: a resolução de problemas importantes que as comunidades migrantes enfrentam; a facilitação da circulação de pessoas dentro desta região; e auxiliar a coordenação das políticas migratórias dos seus países membros. A recolha de dados sobre a migração é um factor importante para atingir estes objectivos.

Estabelecido em 1997, durante a I Encontro de Ministros responsáveis pela segurança, o Observatório de Fluxos Migratórios da CPLP recolhe e analisa dados referentes à migração dentro da região da CPLP, com especial atenção para dados relacionados com:

- Migração regular e irregular
- A utilização de documentos falsos
- Deportação e outras sanções

As fontes actuais de dados sobre estes temas correspondem às agências nacionais de controlo da imigração nos países de origem. Os resultados estatísticos são então compilados e disseminados sob a forma de um relatório anual sobre a situação dos fluxos migratórios na região. O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)- Ministério da Administração Interna (MAI) é o ponto de contacto principal deste Observatório até ao estabelecimento da sua estrutura orgânica final.

#### **QUESTÕES PARA DEBATE:**

1. Quais são as boas práticas que podem ser identificadas com relação à recolha, troca e partilha de dados relacionados com o nexa migração e desenvolvimento?
2. De que modo pode um sistema de gestão de dados migratórios auxiliar os decisores políticos na formulação de novas estratégias de desenvolvimento?
3. De que forma poderá o diálogo regional e internacional ajudar à promoção e prioritização da recolha de dados sobre a migração e desenvolvimento?
4. Quais são as prioridades relativas aos dados de modo a melhorar o conhecimento sobre as diásporas?

# A Comunidade de Países Língua Portuguesa (CPLP)

## **História**

A CPLP Comunidade de Países de Língua Portuguesa foi criado em Julho de 1996 em Lisboa com a finalidade de reunir os sete países de língua Portuguesa - Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe<sup>1</sup> - de acordo com três objectivos gerais:

- Coordenação diplomática e política entre os seus membros;
- Cooperação económica, social, cultural, legal, técnica e científica; e
- Promoção e difusão da língua Portuguesa.

A CPLP foi inicialmente criada pelo governo Brasileiro. Um Instituto Internacional de Língua Portuguesa, o IILP, foi estabelecido durante a Cimeira de Chefes de Estado dos países de língua oficial portuguesa, que teve lugar em São Luís de Maranhão em 1989. O IILP é considerado como o primeiro instrumento da CPLP. A sua sede situa-se na Cidade da Praia, Cabo Verde.

## **Objectivo**

Os países de língua Portuguesa são as raízes de mais de 223 milhões de pessoas espalhadas por todo o mundo mas que têm culturas semelhantes e uma história comum. Os países da CPLP no seu conjunto dispõem de uma área de cerca de 10,742,000 km<sup>2</sup>, uma área maior que o Canadá. Um dos traços únicos da CPLP é que os países membros estão ligados por uma língua comum e partilham características culturais que formam pontes entre os países separados por grandes distâncias geográficas em diferentes continentes. A CPLP pode ser considerada como um fórum multilateral de forma a estreitar o relacionamento entre as nações lusófonas.

Desde a sua formação, a CPLP tem vindo a contribuir positivamente para a resolução dos problemas em São Tomé e Príncipe e na Guiné-Bissau. A CPLP também apoiou as reformas económicas e políticas levadas a cabo por estes dois países.

## **Áreas de cooperação**

Os países da CPLP têm vindo continuamente a estabelecer uma cooperação multilateral em várias áreas. As iniciativas principais desenvolvidas desde a criação da CPLP podem ser resumidas nas seguintes actividades:

- Programa da CPLP VIH- SIDA – com vista a auxiliar 5 estados membros Africanos;
- Centro para o Desenvolvimento de Competências empresariais – a estabelecer em Luanda, Angola;
- Centro para o Desenvolvimento da Administração Pública – a estabelecer em Maputo, Moçambique;
- Centro para as Línguas Oficiais Timorenses;
- Conferência sobre a Malária – a ter lugar em São Tomé e Príncipe;
- Censos da Língua Portuguesa;

<sup>1</sup> Timor-Leste integrou a comunidade em 2002 após recuperar a independência da Indonésia.

- Universidade e Escola Digital;<sup>2</sup>
- Missão Eleitoral para a Guiné-Bissau (Ministro de Negócios Estrangeiros de Timor Leste, o Nobel José Ramos Horta é o representante da CPLP para o Processo Eleitoral);
- O Projecto de Emergência para o apoio das Instituições na Reconstrução da Guiné-Bissau;
- Reconstrução da Justiça e da Administração Pública de Timor-Leste;
- Combate à Pobreza e à Fome; e
- Projecto de Observatório à Imigração.

De forma a facilitar o processo de circulação transfronteiriça dos seus cidadãos, incluindo vistos de entrada múltipla para empresários e outros cidadãos que viajem com frequência, os oito países de língua portuguesa assinaram acordos relativos a requisitos e taxas a pagar para viagens de curta duração, e o direito a tratamento médico e vistos de residência para todos os cidadãos da CPLP em todos os países membros.

Para além disso, em 2005, Portugal criou um canal específico e serviços no aeroporto de Lisboa para passageiros dos outros países CPLP, à semelhança do serviço prestado aos cidadãos da União Europeia. Este canal foi acordado na Cimeira de Julho de 2002 em Brasília.

Relativamente ao impacto económico, existem muitos efeitos positivos devido ao reforço dos laços económicos e empresariais entre os países membros. Os Estados Membros da CPLP cooperam num contexto bilateral tal como nas organizações multilaterais, especialmente no âmbito da Convenção de Cotonou.<sup>3</sup>

Uma das realizações mais relevantes da CPLP é a criação em Junho de 2004 de um Conselho Empresarial da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (uma organização não lucrativa criada por oito associações empresariais, representando cada uma delas um dos oito países lusófonos). Com base no mandato atribuído pelo Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros, em Junho de 2002 na Cimeira em Brasília, a Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e a Cooperação (ELO), uma organização não lucrativa do sector privado considerada Instituição de Utilidade Pública desde 28 de Setembro de 1993, desenvolveu a criação do Conselho Empresarial da Comunidade de Países de Língua Portuguesa que se destina a:

- Promover e incrementar os investimentos e o comércio entre os oito Estados membros e os países das regiões a que pertencem;
- Ser um “ponto de encontro” e facilitar negócios e contactos políticos;
- Obter e facultar informações acerca de projectos, programas e aberturas de candidaturas financiadas por organizações de desenvolvimento multilateral (regional e global);
- Estimular o desenvolvimento de parcerias entre os países de língua portuguesa;
- Identificação sistemática dos problemas com vista ao desenvolvimento empresarial saudável, propondo medidas e soluções governamentais que propiciem melhores contextos empresariais e de investimento;

<sup>2</sup> Os Estados membros seleccionaram a educação como área prioritária para a cooperação durante a II Conferência de Chefes de Estado e do Governo, realizada em 1998, com vista a otimizar os esforços levados a cabo na área dos recursos humanos, formação e saúde.

<sup>3</sup> As relações entre a União Europeia e os Estados ACP - África, Caraíbas e Pacífico são de particular importância no desenvolvimento da Política de Cooperação da União Europeia. Desde 1975 até 2000 estes são regidos pela regularmente actualizada Convenção de Lomé. Em Fevereiro de 2000, a expiração da Convenção de Lomé e a situação dos países ACP trouxe a oportunidade ideal para uma exaustiva revisão do futuro das relações ACP-UE. Atendendo ao debate público intenso, baseado no Livro Verde da Comissão (1996)\* e um papel em discussão\*\*, as negociações começaram em Setembro de 1998 e foram concluídas com êxito no início de Fevereiro de 2000. O nosso acordo ACP-CE foi assinado a 23 de Junho de 2000 em Cotonou no Benin e foi concluído por um período de 20 anos desde Março de 2000 a Fevereiro de 2020.

Este acordo assenta em cinco pilares interdependentes com o objectivo subjacente de combater a pobreza: uma destacada dimensão política, aumento de participação, uma abordagem mais estratégica da cooperação focando-se na redução da pobreza, novas parcerias económicas e de comércio e uma cooperação financeira melhorada. Dispõe de uma cláusula de revisão que prevê que o Acordo seja adaptado de 5 em 5 anos. De acordo com esta cláusula, as negociações para rever o acordo foram lançadas em Maio de 2004 e concluídas a 23 de Fevereiro de 2005 e o seu objectivo foi destacar a eficácia e qualidade da parceria ACP-UE.

\* COM(96)570 finalizado em 20 Novembro de 1996 “*Green Paper on relations between the European union and the ACP countries on the eve of the 21st century - challenges and options for a new partnership*”.

\*\* COM (97)537 finalizado em 29 Outubro de 1997 “*Guidelines for the negotiation of new cooperation agreements with the African, Caribbean and Pacific countries*”.

- Actuar perante organizações multilaterais que financiem o desenvolvimento de forma a atrair o financiamento de projectos a serem implementados pelos Estados Membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, especialmente no âmbito dos financiamentos da Convenção Cotonou, estabelecendo uma ligação entre a União Europeia e os Estados ACP; e
- Caminhar no sentido de assegurar o financiamento internacional para o fortalecimento institucional das associações empresariais, em particular para a formação vocacional e aumentando as suas competências técnicas de forma a fortalecer as suas capacidades na interacção com os governos.

Através destas diferentes actividades, a Direcção do Conselho Empresarial pretende promover o acesso de empresas à Facilidade de Investimento do Acordo Cotonou através de:

- Facilitar o acesso aos fundos disponíveis do Banco Europeu de Investimentos para as empresas dos Estados de África, Caraíbas e do Pacífico através do financiamento de instituições financeiras dos Estados Membros da CPLP;
- Apoiando a estratégia de cada Estado Membro CPLP no diligente acesso ao Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED); e
- Tornar mais acessível aos Estados Membros os mecanismos de distribuição dos recursos financeiros da Política Europeia de Cooperação e apoio ao desenvolvimento, de acordo com as estratégias específicas de cada um.

# Comunidades de Migrantes e Desenvolvimento

Numa interpretação em sentido lato, o termo “comunidades de migrantes” incorpora as populações estabelecidas no exterior - também designadas por diásporas – e os migrantes temporários. A palavra “comunidade” engloba uma dimensão colectiva, mas não deveria ser entendida como descritiva dos migrantes enquanto identidade homogénea. As contribuições positivas que as comunidades de migrantes podem trazer para as estratégias de desenvolvimento, redução da pobreza e crescimento económico têm vindo a gerar um interesse crescente no debate das migrações e desenvolvimento. Apesar de apenas recentemente as suas contribuições terem vindo a tornar-se objecto de atenção que buscavam, os migrantes e as diásporas têm contribuído activamente para o apoio ao desenvolvimento económico, social e político dos seus países de origem, desde que as oportunidades para o seu desenvolvimento sejam credíveis e que o seu estatuto no país de acolhimento (ex. o trabalho, os direitos de naturalização e residência) não sejam postos em causa.

## Quais são as contribuições principais de migrantes e diásporas para o desenvolvimento?

O desenvolvimento engloba diversos elementos, tais como a sustentabilidade do crescimento económico, o progresso social e o desenvolvimento humano. Os meios através dos quais as comunidades de migrantes podem contribuir para o desenvolvimento do país de origem são igualmente diversos, envolvendo a criação de empresas, ligações comerciais, investimentos, remessas, transferência de competências e mudanças nos papéis culturais. Devido ao seu conhecimento e laços privilegiados com os seus países de origem, os migrantes podem estar numa posição única para contribuir para um ou mais aspectos do desenvolvimento.

- **Desenvolvimento local e comunitário.** Os migrantes oriundos da mesma localidade ou região, na maioria dos casos concentram-se na mesma área geográfica no país de acolhimento e podem contribuir para o desenvolvimento das comunidades locais no país de origem e de acolhimento. As organizações de migrantes e da diáspora tendem a apoiar regional ou localmente (mais do que a nível nacional) o desenvolvimento de projectos em países de origem. O sucesso de iniciativas baseadas nas comunidades tais como as Associações de Mexicanos, Irlandeses, Italianos ou Polacos assenta nos laços localizados que as diásporas mantêm com as suas próprias regiões de origem e a natureza localizada dos seus projectos de desenvolvimento. Como resultado da concentração de diásporas do Gana em Modena, Itália e a sua contribuição económica para a região, a autarquia de Modena levou a cabo projectos com as associações de comunidades do Gana para o desenvolvimento dos seus países de origem. Num inquérito levado a cabo pela OIM em 2005 relativo às políticas de envolvimento das diásporas como agentes de desenvolvimento, 66% dos 49 países envolvidos na pesquisa referiram que os seus interlocutores principais nas diásporas são as associações locais (IOM 2005a).
- **Circulação de competências.** Actualmente as políticas focam a sua atenção na mobilidade das populações com o objectivo de permitir aos países de origem e de destino beneficiarem das migrações, através da transferência de conhecimentos e competências, entre

outras questões. Contudo, existem outros obstáculos à maximização da transferência de conhecimentos e competências: por exemplo, alguns migrantes trabalham abaixo do seu nível de qualificação porque as suas habilitações não são reconhecidas a um nível de equivalência ou porque não lhes é permitido trabalhar legalmente, resultando numa perda de competências e recursos humanos qualificados. Nesta matéria, foi levada a cabo um inquérito nas diásporas do Zimbabué na África do Sul e no Reino Unido (Bloch 2005) que aponta para uma desqualificação ao nível profissional

- **Fluxos financeiros e empresariais associados às comunidades de migrantes.** Os investimentos directos externos (IDE), trocas comerciais, criação de negócios e doações são algumas das contribuições financeiras das diásporas para o desenvolvimento. Estes fluxos podem ser significativos: por exemplo, estima-se que 50 a 70% do IDE na China seja oriundo das diásporas chinesas. A exportação de produtos hispânicos para os Estados Unidos, conhecida por “*nostalgia trade*”<sup>1</sup> e que significa, na maior parte dos casos, uma fonte importante de rendimento para as pequenas e médias empresas nos países de origem (IADB 2004). O *lobby* e as iniciativas de defesa por parte das diásporas, que promoveu o apoio a acordos comerciais específicos entre os países de acolhimento e de origem, tais como entre o sul da Europa e o norte de África. Como exemplo da importância do espírito empresarial da diáspora, é a descoberta de que 19 empresas de topo de 20 de software Indiano foram fundadas ou geridas por profissionais das diásporas indianas (ADB 2004).
- **As transferências de remessas de migrantes.** Nas Caraíbas, 40% das remessas são recebidas por lares de zonas rurais (IAD Banco Mundial 2004), que constituem as populações mais pobres, enquanto que na Guatemala as remessas contribuem para o restabelecimento da base produtiva de regiões afectadas pelos 36 anos de conflito interno armado (IOM 2004). Aumentou a consciência acerca do potencial das remessas para a redução da pobreza, evidenciada pelas numerosas iniciativas com vista à canalização de remessas para fins de desenvolvimento, tais como o programa Salvadorenho “*Unidos por la Solidaridad*” ou o programa Filipino LINKAPIL (que orienta os fundos das diásporas para projectos relacionados com a educação, cuidados de saúde e projectos de criação de pequenas empresas) e PHILNEED (que identifica os sectores carenciados de apoio financeiros dos Filipinos no exterior).

### Quais são as opções políticas?

Os migrantes e as diásporas podem promover mudanças no contexto político correcto. Apesar do reconhecimento recente como parceiros para o desenvolvimento, a emergência de associações de migrantes e da diáspora não são uma nova tendência. Até que ponto os migrantes (individual e colectivamente) estarão dispostos a contribuir para o desenvolvimento está relacionado com factores, como o enquadramento institucional, contextos sócio-económicos e político e assuntos “*soft*” de percepções, imagens, confiança e identificação social. Para além disso, os interesses dos países de origem e acolhimento não podem ser distintos, dado que o potencial das diásporas desempenha um papel no desenvolvimento nos países de origem e está relacionado com o seu estatuto no país de acolhimento, seja qual for o seu nível de rendimento, baixo, médio ou elevado.

- *Como poderão os países de origem integrar melhor os migrantes e as iniciativas das diásporas nas suas estratégias de desenvolvimento nacional?* Por exemplo, o Benin, Burkina Faso, Mauritânia, Cabo Verde, Madagáscar e o Mali mencionam a possibilidade de integrar nas suas estratégias de desenvolvimento os recursos disponíveis na diáspora, enquanto que a Etiópia e o Gana se referem explicitamente a diásporas nas suas estratégias de redução da pobreza.

- *Como podem os países de acolhimento estabelecer parcerias com os migrantes e as diásporas, reconhecer as contribuições transnacionais e envolvê-los activamente nas colaborações entre o país de origem e de acolhimento?*

1 Pequeno comércio motivado pela procura de produtos do seu país origem por parte dos migrantes.

Por exemplo, o Reino Unido consultou as diásporas da Serra Leoa e da Índia para desenvolver planos de assistência e a França apoia projectos empresariais de migrantes no Mali, Senegal, Benin, Congo e Serra Leoa.

- *Que tipo de incentivos encorajam as contribuições dos migrantes para o desenvolvimento do país de origem?* Por exemplo, dupla nacionalidade, direitos de voto para expatriados, a possibilidade de transferir direitos sociais adquiridos no estrangeiro, tais como a reforma e a simplificação de procedimentos burocráticos podem encorajar e facilitar as contribuições económicas das diásporas.

- *Que mecanismos institucionais podem ser utilizados para encorajar o envolvimento das diásporas e as suas contribuições para o desenvolvimento?* O número de serviços governamentais com competência na área do cidadãos expatriados e residentes estrangeiros têm aumentado dramaticamente nos anos mais recentes e os governos empenham-se ao mais alto nível na cooperação com as diásporas (ex. México, Colômbia e Marrocos) enquanto se esforçam por respeitar as prioridades e preocupações das diásporas.

- *Como poderão ser melhor quantificados os impactos das contribuições dos migrantes para o desenvolvimento?* Enquanto os impactos das remessas se têm tornado objecto habitual de pesquisa, o comércio, as contribuições comerciais e empresariais dos migrantes têm sido pouco documentadas.

**Para mais informações:**

- Banco Asiático para o Desenvolvimento, 2004, *Developing the Diaspora*, terceiro encontro de coordenação em migração internacional, 27-28 Outubro
- Bloch, Alice, 2004, “*The Development Potential of Zimbabweans in the Diaspora*”, *Migration Research Series* (MRS 17), IOM
- OIM, 2004, *Encuesta sobre el impacto de las remesas familiares en los hogares guatemaltecos*, (“National Survey on the Impact of Family Remittances on Guatemalan Households”), OIM Guatemala
- OIM, Ministro Colombiano dos Negócios Estrangeiros e Gabinete de Estatística, 2004, *International Migration and Impact of Workers Remittances*, Colombia
- OIM, 2005a, “Mainstreaming migration into development policy agendas”, *International Migration Dialogue Series* (IDM 8) (incluindo “Results of the Survey on Engaging Diasporas for Development”)
- OIM, 2005b, *Memorias del Seminario Migración Internacional, el Impacto y las Tendencias de las Remesas en Colombia* (Estudio sobre Migración Internacional y Remesas en Colombia) preparado pela OIM Colombia
- Diálogo Inter-Americano e o Banco Mundial, 2004, *Diasporas in Caribbean Development: Rapporteur’s Report*, Washington
- Johnson Brett, Sedaca Santiago, 2004, *Diasporas, Emigrés and Development: Economic linkages and programmatic responses*, USAID e o Projecto TESS - Trade Enhancement for the Services Sector.
- Lowell Lindsay, Gerova Stefka, 2004, “*Diasporas and Economic Development: State of Knowledge*,” Relatório do Banco Mundial, Washington, D.C. Instituto para o Estudo da Migração internacional.
- Newland Kathleen, 2004, *Beyond Remittances: The role of diasporas in poverty reduction in their countries of origin*, Instituto para a Política Migratória *Migration Policy Institute*, MPI
- Banco Mundial, 2005, *Global Economic Prospects, Economic Implications of Remittances and Migration* 2006, Banco Mundial Washington DC

# Migração e Desenvolvimento

## **A complexidade das relações entre migração e desenvolvimento**

Hoje a migração é reconhecida como um fenómeno social, económico e político inserido num diálogo alargado que, envolve diversos ministérios dos países de origem, de trânsito e de destino, as organizações internacionais, a sociedade civil e o sector privado.

Actualmente, apesar do cerne das causas e dos efeitos negativos, a migração é reconhecida como um potencial instrumento para o desenvolvimento. Os migrantes enquanto indivíduos, bem como os migrantes envolvidos em organizações nas diásporas são vistos como agentes para o desenvolvimento que poderão fortalecer a cooperação entre os países de origem e de acolhimento, bem como contribuir para os seus países de origem através da transferência de competências e de conhecimento, de investimento, comércio e remessas.

O interesse na relação entre migração e desenvolvimento é muito próximo<sup>1</sup>. As comunidades de desenvolvimento e migração procuram saber se a migração fomenta ou impede o desenvolvimento e se o desenvolvimento por si só pode causar o aumento ou a diminuição da migração e talvez, mais importante, como assegurar que a migração constitua uma força positiva para o desenvolvimento. Os benefícios macroeconómicos da migração para o país de origem através da redução do desemprego, da atenuação das pressões do mercado de trabalho, juntamente com o impacto positivo das remessas nas reservas estrangeiras e o equilíbrio dos pagamentos, estão na ordem do dia. De igual forma, o impacto económico positivo da migração no país de destino, incluindo a contribuição para o PIB, o mercado de trabalho, o consumo local e o capital humano pode ser substancial.

## **Coerência de políticas em migração e desenvolvimento**

Apesar do reconhecimento crescente da relação entre migração e desenvolvimento, os quadros de desenvolvimento estratégico e as políticas governamentais existentes não reflectem esta ligação. O fracasso das políticas de migração nos programas para o desenvolvimento e vice-versa podem causar incoerências e inconsistências nas políticas nacionais e em relações bilaterais e multilaterais. A coerência política é necessária para assegurar que os benefícios do desenvolvimento da migração são maximizados e que os seus custos – humanos, sociais, administrativos – são minimizados. Mais do que evitar simplesmente a inconsistência, a coerência envolve a procura de sinergias entre níveis distintos mas interligados da decisão e da política :

- Coerência dos Estados entre diferentes ministérios e estruturas governamentais (incluindo assuntos externos, administração interna, desenvolvimento, segurança social, economia, educação e saúde) e a todos os níveis governamentais (central, distrital e local);
- Coerência entre Estados ao nível bilateral e multilateral;
- Coerência entre governos e outros órgãos decisores em particular dentro da comunidade empresarial, sindicatos, organizações não lucrativas e associações de migrantes e das diásporas.
- Coerência entre os domínios das migrações e políticas relacionadas: não só entre políticas de migração e desenvolvimento mas também comércio, emprego, saúde pública, ambiente e segurança.

<sup>1</sup> Consulte por favor o documento da OIM, **POLICY APPROACHES TO MIGRATION AND DEVELOPMENT, Documento do Conselho 2005**



Inúmeros países têm progredido nas suas abordagens, de forma a integrar o seu desenvolvimentos e as suas políticas migratórias.

### Os efeitos positivos da migração no desenvolvimento

Diversas áreas da migração têm efeitos positivos no desenvolvimento. A migração, quando gerida de forma eficaz, contribui para o desenvolvimento sustentável e redução da pobreza uma vez que tem o potencial para promover o crescimento económico, o progresso tecnológico e a capacitação dos recursos humanos, quer para o país de acolhimento, quer para o país de origem.

Nesta perspectiva, a migração pode influenciar positivamente a concretização dos Objectivos do Milénio. Os Objectivos do Milénio são reconhecidos como princípios orientadores para os países que procuram erradicar a pobreza e melhorar o bem-estar das pessoas, e tornaram-se um quadro estratégico de referência para as agências de desenvolvimento internacional. A migração não é apresentada como um Objectivo do Milénio, podendo no entanto ter um impacto directo ou indirecto em todos os Objectivos do Milénio uma vez que é um elemento essencial do processo de globalização e representa uma opção de vida para muitas pessoas. Não existe uma simples relação de causa e efeito entre a migração e o cumprimento dos Objectivos do Milénio: a migração pode ter uma influência positiva directa ou constituir um desafio. Por conseguinte, a migração não pode ser vista como uma estratégia ou um obstáculo ao cumprimento dos Objectivos do Milénio. O seu impacto no cumprimento dos Objectivos do Milénio depende dos contextos políticos, sociais, legais e económicos em que este processo tem lugar e as características, recursos e condutas dos migrantes.

Os migrantes e as diásporas estão cada vez mais a ser considerados *agentes para o desenvolvimento* que fortalecem a cooperação entre as sociedades de acolhimento e de origem. Através da transferência dos conhecimentos e competências de migrantes para os países de origem, a canalização de investimentos e remessas, o apoio à democratização e os direitos humanos juntos com a criação de laços comerciais e oportunidades de negócios, os migrantes e as diásporas contribuem, directa ou indirectamente para os esforços de desenvolvimento dos seus países de origem, bem como para as sociedades de acolhimento colmatando as necessidades do mercado de trabalho.

A partilha das contribuições das diásporas para o IDE e comércio não está completamente estabelecido, mas onde é conhecido, os números são impressionantes. Por exemplo, estima-se que 50 a 70% do IDE na China é originário das diásporas chinesas e investidores chineses no estrangeiro. O Banco Mundial<sup>2</sup> estima que as remessas internacionais continuam a ser o segundo maior fluxo financeiro do investimento directo estrangeiro e constituem o dobro da dimensão da rede oficial de apoio ao desenvolvimento

Muitos países em desenvolvimento vivem com um fluxo desproporcionado de indivíduos qualificados para o exterior e enfrentam o desafio de conservar os seus trabalhadores e profissionais qualificados que procuram melhores oportunidades de vida fora do seu país de origem. O desafio é desenvolver mecanismos que combatam o mais possível, a perda de trabalhadores competentes e promover a circulação de profissionais qualificados estimulando o retorno de nacionais qualificados e a sua contribuição para o desenvolvimento do seu país de origem.

Os migrantes que regressam aos seus países de origem podem, de facto, trazer contactos, *know how* tecnológico, competências empresariais e o capital financeiro. Contudo, a transferência de conhecimentos e competências podem ser alcançados sem um retorno definitivo havendo um aumento de interesse por soluções que permitam transferências virtuais que permitam aos migrantes e diásporas manter as suas vivências transnacionais.

A consciência do potencial das diásporas nos governos, administração pública e sector privado dos países de origem tem vindo a aumentar. Como foi referido pelo Secretário Geral das Nações Unidas na mensagem no Dia para a Cooperação Sul-Sul (15 de Dezembro de 2005): “*Poverty in the South results in large part from underutilization and misallocation of resources, not from any deficit of creativity or potential*”.

2 Para mais debate sobre remessas consultar, consulte *Global Economic Prospects: Trade Regionalism and Development*, o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento / Banco Mundial (2005) Washington.

A política nos países de origem e de acolhimento podem gerar e permitir contextos de programas de apoio que estabelecem uma dinâmica “win-win” particularmente, através da cooperação entre o país de acolhimento e de origem, a qual promove o acesso dos migrantes à educação e formação e apoio a investimentos dos migrantes.

### Mensagens políticas estratégicas

Cada vez mais, a comunidade internacional tem vindo a reconhecer e a frisar os efeitos positivos da migração internacional para o desenvolvimento do país de origem<sup>3</sup> e a atenção internacional está direccionada para a coerência política e o nexa da migração para o desenvolvimento.

- A Comissão Global para a Migração Internacional<sup>4</sup> apresentou o seu relatório (2005) ao Secretário Geral das Nações Unidas e ao Presidente da Assembleia Geral, destacando a necessidade para uma maior coerência na área das migrações.
- A Comissão Europeia (2005) lançou uma Comunicação intitulada “*Migration and Development: Some Concrete Recommendations*” destacando as áreas prioritárias para se atingir uma maior coerência nas políticas de desenvolvimento e migração;
- O Conselho Executivo da União Africana produziu (2006) a “*Decision on migration and development*” reconhecendo a magnitude e impacto da migração no desenvolvimento.
- Em Dezembro de 2003, a Assembleia Geral na sua 58ª Sessão adoptou a resolução A/C.2/58/77 solicitando aos Estados Membros e às Nações Unidas que continuem a fortalecer a cooperação internacional nas migrações internacionais e de desenvolvimento, por forma a integrar coerentemente as questões das migrações, no contexto amplo de implementação de objectivos económicos e sociais acordados. A resolução estabelece a inclusão “excepcional” da “migração e desenvolvimento” na agenda da 59ª Sessão da Assembleia Geral em 2004 e para o Diálogo de Alto Nível da Migração Internacional em 2006.

As mensagens chave da OIM relativas às migrações e desenvolvimento, podem ser resumidas nos pontos seguintes:

- Necessidade de integração mais profícua das migrações nas políticas de desenvolvimento e planeamento.
- Os países necessitam de políticas migratórias e capacidade interna para as desenvolver.
- A comunidade empresarial necessita de ser integrada no debate das migrações.
- São necessários mecanismos mais adequados que se coadunem com a procura e a oferta da globalidade do mercado de trabalho.
- O potencial desenvolvimento das diásporas necessita de ser explorado e destacado.
- As consultas regionais constituem um instrumento fundamental para a acção e entendimento internacional.
- Um melhor conhecimento da legislação sobre migração irá beneficiar os Estados bem como os migrantes.

### Para debate

- *Quais são os exemplos das práticas eficazes para alcançar a coerência na migração e desenvolvimento?*
- *Como podem as agendas de países em desenvolvimento e países desenvolvidos incorporar as complexidades do fenómeno migratório de forma mais eficaz?*
- *Como podem as políticas de desenvolvimento abordar algumas causas de raiz da migração?*
- *Como podem as políticas migratórias ter em conta de uma forma mais profícua as estratégias de desenvolvimento?*
- *Em que pode a política migratória contribuir para destacar o desenvolvimento? Como pode a migração apresentar, de forma mais consistente, as estratégias de desenvolvimento?*

<sup>3</sup> OIM, *Migration and Development – Towards an IOM Strategy*, Genebra, Maio 2004.

<sup>4</sup> No original *Global Commission on International Migration* (GCIM)

<sup>5</sup> OIM, Mensagens chave e pareceres para o Diálogo de Alto Nível sobre Migração Internacional e Desenvolvimento, Abril 2006

# Remessas dos Migrantes

## Principais conceitos

Remessas, definidas geralmente como *transferências de divisas efectuadas pelos migrantes para os seus países de origem*, são fluxos financeiros associados à migração. O termo “remessas” refere-se a remessas de trabalhadores, compensações aos empregados e transferências efectuadas pelos migrantes. Contudo também podem ser mais abrangentes do ponto de vista de um determinado número de Países, instituições e peritos. As remessas são fundos privados e não podem substituir os esforços para o desenvolvimento nacional, as estratégias para o desenvolvimento ou a ajuda oficial para o desenvolvimento. Contudo, as remessas podem contribuir para o desenvolvimento das comunidades, como um todo, e de países<sup>1</sup>.

## Quadro1 – Remessas de Trabalhadores para os Países em Desenvolvimento 1990-2005 (US \$ bilhões)

Ano / Região	1990	1995	2000	2001	2005	Oscilação (%) 2001-2005
<b>Países em Desenvolvimento</b>	<b>31.2</b>	<b>57.8</b>	<b>85.6</b>	<b>96.5</b>	<b>166.9</b>	<b>73</b>
América Latina e Caraíbas	5.8	13.4	20.1	24.4	42.4	74
Sul da Ásia	5.6	10.0	17.2	19.2	32.0	67
Ásia Oriental e Pacífico	3.3	9.7	16.7	20.1	43.1	114
Médio Oriente África do Norte	11.4	13.4	13.2	15.1	21.3	41
Europa e Ásia Central	3.2	8.1	13.4	13.0	19.9	53
África Sub-Sahariana	1.9	3.2	4.9	4.7	8.1	72

**Fonte:** Estimativa do Banco Mundial baseado na Balança de Pagamentos do FMI - Publicação 2004 - “Yearbook 2004” e dados dos países, através do “Mitos, Retórica e Realidades. Remessas de Migrantes e Desenvolvimento. Maximizar o potencial das remessas dos migrantes” - *Myths, Rhetoric and Realities. Migrants’ Remittances and Development. Harnessing the Development Potential of migrants’ remittances*” pp.8

O efeito multiplicador das remessas pode ser substancial se devidamente apoiado numa estrutura económica apropriada, com disposições institucionais que contribuam para uma transferência eficaz de divisas, bem como a disponibilização de investimentos e oportunidades de negócios no país de origem.

Alguns analistas consideram ainda, que as remessas são uma fonte atractiva para o desenvolvimento financeiro porque, comparada com outras formas de fluxos financeiros em países em desenvolvimento, as remessas tendem a estabilizar as fontes de rendimento. As remessas dos migrantes constituem também uma importante fonte para o mercado cambial, contribuindo para o pagamento de dívidas externas e aquisição de importações.

<sup>1</sup> Folha de Informação sobre Remessas 2006 da OIM “IOM Remittances Info Sheet 2006”, disponível em Inglês, Francês e Espanhol.

De entre a diversidade de tipos de remessas, os principais podem definir-se como :

1. Depósitos privados ou investimentos, como transferências para uso pessoal, efectuadas para as contas bancárias nos países de origem (habitualmente utilizada para investimentos);
2. Transferências intra-familiares efectuadas regularmente e também em ocasiões especiais, direccionadas para as famílias no países de origem;
3. Donativos como transferências para a caridade ou ajuda em situações de crise;
4. Investimentos colectivos para o desenvolvimento, principalmente enviados para as associações de migrantes e para financiamento de projectos da comunidade local ;
5. Transferências da segurança social e pensões

O envio de remessas é um processo de decisão pessoal, influenciada por diversas variáveis, nomeadamente o acesso dos migrantes aos recursos, condições de vida no país de acolhimento (salários, nível de vida, etc.) e a tendência pessoal do migrante em enviar remessas de acordo com os seus interesses pessoais, comportamentos altruístas bem como a influência do estatuto conjugal, familiar e social.

Os migrantes podem utilizar os canais oficiais, tais como bancos e instituições financeiras ou, os canais informais através do transporte pessoal de divisas ou o seu envio através do comércio local. A escolha depende do custo, acessibilidade e tempo despendido até que a remessa chegue ao seu destino, proximidade geográfica, sensibilidade e conhecimento dos serviços disponibilizados e, igualmente importante o facto dos migrantes escolherem o método de transferência através da confiança que lhes é transmitida.

Para o envio através dos canais oficiais, os custos variam entre os 2 e 20% sobre o valor total transferido, os quais dependem essencialmente do nível de concorrência do mercado. Entre as empresas de transferência global, destaca-se a Western Union que controla cerca de 14% do mercado internacional de envio de remessas, com 182 delegações espalhadas pelo mundo (Carling:2005).

Por outro lado, os mecanismos para as transferências informais variam imenso e processam-se fora dos regulamentos estabelecidos. Geralmente, essas transferências não ficam registadas e dependem da confiança existente nas redes comunitárias. Os migrantes podem considerar esse meio mais rápido, acessível e de maior confiança e também uma opção de menor custo.

O quadro ilustra como as remessas são gastas – grande parte do valor transferido é dirigido para o consumo e proveito imediato. Quando usadas para benefícios futuros, as remessas são canalizadas para a educação, habitação, início de actividade empresarial, bem como para poupanças.

#### Quadro 2 – Gasto das Remessas

	Benefício Imediato	Benefício Futuro	Benefício de Terceiros	Desenvolvimento
Consumo de bens importados	X			
Consumo de bens locais e serviços	X		X	(X)
Educação		X		X
Poupanças		X	(X)	(X)
Habitação		X	X	
Actividades empresariais		X	X	X

Fonte: CARLING; Jørgen, “Remessas de Migrantes e cooperação para o desenvolvimento”- *Migrant remittances and development cooperation*, PRIO 2005, pp.36

Uma forma realista de estimular o investimento passa pela melhoria dos sistemas de poupança de remessas, transformando-os em depósitos a prazo não utilizáveis no imediato.

## Remessas e desenvolvimento

As remessas podem ter diversos impactos no desenvolvimento do país de origem. O quadro seguinte mostra alguns efeitos positivos e negativos:

**Quadro 3 – Prováveis Impactos positivos e negativos das remessas**

	Impacto positivo	Impacto negativo
Nível macro-económico	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fortalecer a balança de pagamentos através da provisão de divisas;</li> <li>Remessas são estabilizadas e contra-cíclicas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Deterioração da balança comercial através do estímulo das importações e valorização da moeda local;</li> <li>Deterioração da balança social</li> <li>Remessas tendem a reduzir à medida que a comunidade migrante está mais integrada no país de destino</li> <li>Dependência económica das remessas</li> </ul>
Nível familiar	<ul style="list-style-type: none"> <li>Permitir que as famílias suportem os custos de necessidades básicas.</li> <li>Criação de oportunidades de investimento na educação, saúde e apoio social dos menores, etc.</li> <li>Reduzir os constrangimentos orçamentais da família através do investimento em negócio ou em poupanças</li> <li>Recursos de emergência</li> <li>Fundo de apoio para despesas relacionadas com a segurança social</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Dependência das remessas e negligência das famílias em relação às actividades produtivas locais</li> <li>Raramente utilizada para investimento produtivo.</li> </ul>
Nível comunitário e regional	<ul style="list-style-type: none"> <li>Contribuir para o crescimento económico local</li> <li>Financiamento de projectos para o desenvolvimento local</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aumento da desigualdade entre as famílias que recebem e das que não recebem remessas</li> <li>Inflação</li> </ul>

Fonte: DE BRUYN, Tom; WETS, Johan, “Remessas e Desenvolvimento” - *Remittances and Development* (Documentação de Apoio), Conferência sobre Migração e Desenvolvimento - *Conference on Migration and Development*, OIM Bruxelas/Governo da Bélgica /Comissão Europeia /Banco Mundial, Bruxelas 2006

## Orientação das Novas Políticas

A abordagem tradicional para o desenvolvimento beneficiária, se tomasse em consideração os impactos positivos da migração nas sociedades e economias. No caso das remessas, para contribuir para o desenvolvimento do potencial das mesmas, foram propostas e concretizadas algumas iniciativas por parte de diversos agentes, nomeadamente organizações intergovernamentais, governos, ONGs, associações de migrantes e instituições financeiras.

As tendências desta política são:

1. Aumento das remessas através da redução dos custos de envio e o alargamento do acesso e qualidade dos serviços bancários;
2. Estimular os métodos de transferência formal das remessas;
3. Oferta de opções para canalizar as remessas para investimentos económicos e sociais (i.e. educação, saúde, etc.);
4. Apoio às iniciativas de desenvolvimento orientadas pelas associações de migrantes.

Sobretudo, as políticas devem ser orientadas de forma coerente para as temáticas das migrações e desenvolvimento, assegurando os direitos dos migrantes no estrangeiro e o contributo dos mesmos para os países de origem e de acolhimento, através da criação de um panorama que maximize a utilização de remessas.

**Temas para discussão**

1. Como melhorar a integração dos migrantes e apoiar o envio das remessas através dos programas e estratégias de desenvolvimento existentes?
2. Qual é o impacto das remessas no seu país de origem ?
3. Que políticas recomendaria para aumentar o valor das remessas por forma a contribuir para o desenvolvimento ?
4. Como envolver as associações de migrantes para uma melhor inclusão nas iniciativas políticas de remessas para migração e desenvolvimento? Que estruturas institucionais são necessárias para apoio às iniciativas dos migrantes?
5. Como podem as políticas apoiar as instituições financeiras no desenvolvimento dos serviços de remessas ?
6. Como podem as novas tecnologias contribuir para resolução das necessidades dos remetentes e destinatários, principalmente em zonas rurais?
7. Que medidas podem ser tomadas para colmatar a falta de informação na recolha de dados, especialmente no caso de envio através dos canais alternativos?

# **Anexo II**

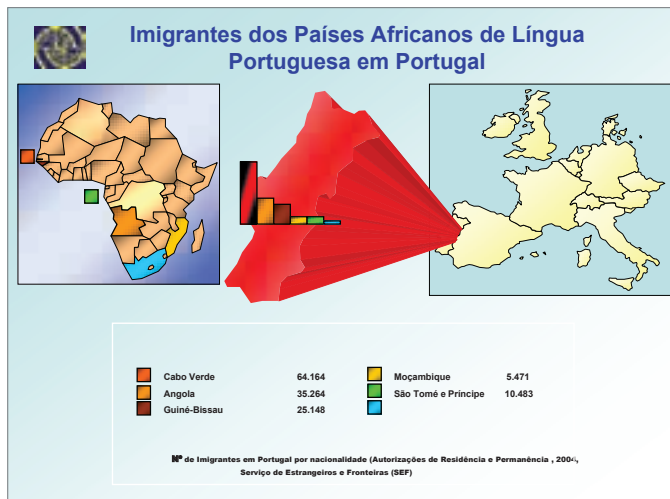
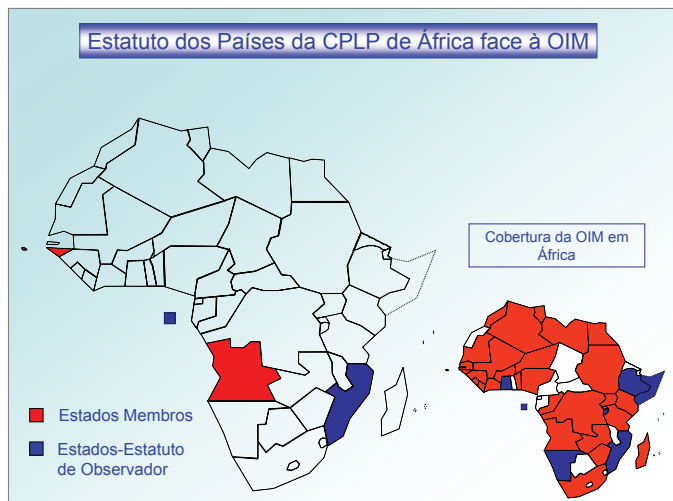
## Apresentações em PowerPoint

# Ndioro Ndiaye

**A Organização Internacional para as Migrações (OIM) e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP): que convergência?**



**A OIM e os Países CPLP**



**A implantação da OIM nos Países CPLP**

A OIM está representada nos seguintes países CPLP:

- Angola (OIM Luanda)
- Guiné-Bissau (OIM Bissau)
- Moçambique (OIM Maputo)
- Portugal (OIM Lisbon)
- Timor (OIM Dili)



### Projectos OIM em curso nos países CPLP

A OIM está a implementar projectos nos Estados membros da CPLP, os quais nem são Membros nem possuem o estatuto de Observador

Países	Projectos
Angola	16
Brasil	2
Guiné-Bissau	4
Moçambique	4
Portugal	8
Timor	3

\* Alguns projectos são implementados simultaneamente em diversos países

### Migração para o Desenvolvimento em África (MIDA)

### Circulação e fuga de cérebros na perspectiva de um país em desenvolvimento

#### Factores “pull” internacionais

- Ganhos económicos
- Melhores condições de vida
- Desenvolvimento da carreira
- Recrutamento internacional agressivo
- Falta de mão de obra
- Factores demográficos
- Mais escolaridade e oportunidades de formação

#### Factores “push” domésticos

- Instabilidade política
- Conflito étnico
- Dificuldades económicas
- Pressões populacionais
- Más condições laborais
- Desemprego
- Gestão pobre

### O QUE É MIDA?

- MIDA é um **quadro** de capacitação e **NÃO** é um programa de retorno;
- MIDA desenvolve-se com competências e recursos da diáspora Africana;
- MIDA disponibiliza os serviços prioritários carenciados e tenta colmatar as falhas;
- MIDA mobiliza as contribuições para o desenvolvimento do país de origem;
- MIDA estabelece parcerias com os sectores público e privado.

### Migração para o desenvolvimento em África (MIDA)

Pelo facto de 48 dos países menos desenvolvidos estarem no continente Africano, África foi o primeiro alvo da implementação deste programa.



Os indicadores sociais e económicos são alarmantes em África. A migração pode ser uma possível resposta à falta de desenvolvimento de África.

### Projectos MIDA em curso pelo mundo



## 2 Exemplos dos programas MIDA :

### MIDA Grandes Lagos

### MIDA Itália

Objectivo: reverter a fuga de cérebros para o ganho de cérebros.



## MIDA Grandes Lagos

(Implementado em Novembro 2001)

**Fase Piloto:** 2001-2003

**Orçamento:** 1,392,872 Euros

**Financiamento:** Governo Belga

**Países-alvo:** R.D.Congo, Burundi, Ruanda.

**Sectores-alvo:** Educação, Saúde, Justiça.

**Resultados:**

- 500 candidatos registados
- 1000 ofertas de emprego (85 potenciais empregadores)
- 163 pessoas transferidas (74/RDC – 71/Burundi 18/Ruanda)
- 1 projecto piloto de transferência de competências (e-learning) (UNILU/RDC- curso de anestesia e reanimação)



## MIDA Grandes Lagos: 2ª Fase

- Período de execução: Fevereiro 2005-Março 2006
- Financiamento do Governo Belga
- Extensível ao Burundi, diásporas do Congo e Ruanda nos países da UE
- 80 transferências de candidatos
- 3 transferências virtuais (e-learning)
- 1 estudo sobre transferências financeiras

## República Democrática do Congo

Resultados -Setembro 2005 – Março 2006

### • Foram organizadas 48 missões

→ Resultados por sectores:

- Educação: 31 missões
- Saúde : 10 missões
- Desenvolvimento rural : 7 missões

→ Apoio às Instituições:

- 9 universidades e institutos (UNIKIN, UNIKIS, UNIM, UNILU, GOMA, Bukavu, Graben, IBTP, ISTM)
- 7 organismos da administração pública (MINIDEV, Ministério da Juventude, MINISANTE, Ministério dos Assuntos Sociais, MINEDU, Ville de Kinshasa, Inspeção Geral das Finanças)
- 2 organizações da sociedade civil (CNOS, ONGD Hodari)

## Burundi

Resultados Setembro 2005 - Março 2006

### • Foram organizadas 14 missões

→ Resultados por sectores:

- Educação: 5 missões
- Saúde: 2 missões
- Desenvolvimento Rural: 6 missões
- Missões de abordagem transversal : 1 missão

→ Apoio às Instituições :

- 3 universidades e institutos (Universidade do Burundi, Universidade Lumière, escola paramédica de Gitega)
- 3 organismos da administração pública (Ministério do Trabalho, CNTA/MINAGRI, Ministério dos Trabalhos Públicos)
- 2 organizações privadas (MUTEC e Sogestal)
- 1 Plataforma da sociedade civil (Cafob)

## Ruanda

Resultados Setembro 2005 - Março 2006

### • Foram organizadas 14 missões

→ Resultados por sectores:

- Educação: 2 missões
- Saúde: 6 missões
- Desenvolvimento rural: 5 missões
- Abordagem transversal: 1 missão

→ Apoio às Instituições:

- 2 institutos (ISAE, KHI)
- 7 organismos da administração pública (Ville de Kibungu, ex-província de Butare, Província do Sul, MINISANTE, CHK, Serviço de consultas psico-sociais, MIFOTRA)

## MIDA Grandes Lagos : Terceira Fase

- Período de execução: Março 2006-Março 2008
- Apropriação nacional e regional:  
Reforço das estruturas de gestão nacional e autonomia para tomada de decisão
- 160 transferências de migrantes 5 retornos definitivos
- Aumento de transferências virtuais e financeiras

## MIDA Itália Fase Piloto - 2003/2005

Projecto implementado pela OIM com o apoio do Governo Italiano (Ministério dos negócios estrangeiros)

Estratégia:

Apoio à contribuição da diáspora Sub-Sahariana em Itália, para o desenvolvimento sócio-económico dos seus países de origem, através de:

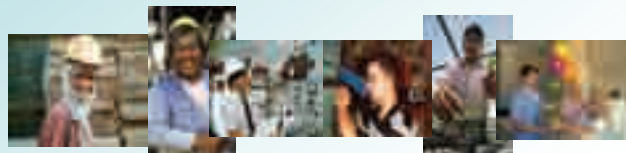
- Promover a abordagem à "migração para o desenvolvimento", através da criação de PME's (pequenas e médias empresas) nas áreas de origem dos imigrantes em Itália
- Em vez da assistência, prestar apoio ao retorno virtual/permanente de empresários Africanos, destacando a criação de negócios auto-sustentáveis, investimentos e criação de postos de trabalho
- Destaque a uma abordagem descentralizada através de recursos humanos e financeiros obtidos através dos imigrantes, do público Italiano e das empresas privadas.

## MIDA Itália

### Resultados da fase piloto:

- Recebidas mais de **100 propostas de projecto** de PME (pequenas e médias empresas)
- **5 PME "teste" seleccionados por MIDA-Itália** para co-financiamento e **empresas** efectivamente **iniciaram actividades** no Gana
- **1 projecto de Co-operação Descentralizada foi lançado e desenvolvido** pela OIM, Municipalidade de Modena, Associação de Ganenses de Modena e Confcooperativa Emilia Romagna
- Construção de um **site** com informação para a diáspora Etíope a ser **lançado** Etiópia
- **Base de dados** nacional de expatriados Etíopes que queiram participar no desenvolvimento do seu país
- Promover a **pesquisa** na área da cooperação descentralizada e em remessas/investimentos para o desenvolvimento de África

## O CAMINHO EM FRENTE



### Integração da migração no quadro do desenvolvimento, com recurso ao desenvolvimento nacional, regional e internacional

- Papéis estratégicos do Banco Mundial para a Redução e erradicação da (PRSPs)
- NEPAD
- TICAD
- Objectivos do Milénio
- Quadros de Desenvolvimento Nacional

Diálogo de Alto Nível sobre a Migração e Desenvolvimento

## O Diálogo de Alto Nível

O Diálogo de Alto Nível sobre a Migração Internacional e o Desenvolvimento terá lugar nos dias 14 e 15 de Setembro de 2006 durante a Assembleia das Nações Unidas (UNGA Resolução A/RES/60/227).



- O primeiro debate sobre migração ao mais alto nível na Assembleia Geral.
- Objectivo: discutir os aspectos multidimensionais da migração internacional e desenvolvimento por forma a identificar os caminhos apropriados e os meios para uma optimização dos benefícios do desenvolvimento e a redução dos impactos negativos.
- Enfoque nos temas das políticas, incluindo o desafio para se alcançar os objectivos internacionais acordados, inclusivamente os Objectivos do Milénio.
- A OIM desafia-os a contribuir, em parceria com as relevantes organizações das Nações Unidas, fundos e programas.

## Mensagens fundamentais da OIM para o Diálogo de Alto Nível

- **Migração carece de um melhor enquadramento na política de desenvolvimento e planeamento.**

Pesquisa inadequada e falta de dados inibem uma análise válida do impacto da migração e sua incorporação no planeamento de projectos de desenvolvimento.

Mandarar o Diálogo de Alto Nível para o aprofundamento da pesquisa e a integração da migração na estratégia para a redução e erradicação da pobreza e nas discussões dos Objectivos do Milénio.

- **Países necessitam de políticas migratórias e da capacidade interna para o seu desenvolvimento**

Muitos países ainda carecem de políticas de desenvolvimento e/ou coerência política

O Diálogo de Alto Nível deverá recomendar a criação de grupos de trabalho inter-ministeriais, estimular as organizações internacionais e o Grupo Global de Migrações (GMG) a apoiarem/desenvolverem as iniciativas de desenvolvimento de competências.

## Mensagens fundamentais da OIM para o Diálogo de Alto Nível

- A comunidade empresarial deverá ser chamada ao debate sobre a migração.

A comunidade empresarial desempenha um papel crítico nas economias da migração, mas não é envolvida no debate sobre migração a nível internacional

O Diálogo de Alto Nível recomenda uma verdadeira parceria entre os governos, as organizações intergovernamentais, o sector privado e a sociedade civil. Os Processos de Consulta Regional (RCP) podem ajudar a catalisar essa parceria.

- **Melhorar os mecanismos** de oferta e procura de mão de obra a nível global.

Oferta global do mercado de trabalho leva a que sejam criados mecanismos de medição e equilíbrio entre a oferta e procura e o enquadramento de forma humana, segura e ordenada dos fluxos, tais como as formas de migração temporária, circular e "virtual".

O Diálogo de Alto Nível deverá reunir todos os órgãos decisores de forma a envolvê-los em novas parcerias de acordo com estas realidades.

## Mensagens fundamentais da OIM para o Diálogo de Alto Nível

- O potencial do desenvolvimento das diásporas tem de ser explorado e potenciado

Maior atenção ao potencial das diásporas como motores essenciais para o desenvolvimento – e não somente através das remessas.

O Diálogo de Alto Nível deverá sensibilizar para a redução do custo de envio de remessas, estimulando a compreensão da influência das políticas nacionais na relação das diásporas com o país de origem e a sua motivação para o investimento (tempo ou dinheiro) no país de origem.

- Consultas regionais são um instrumento fundamental para compreensão e acção internacionais.

Processos de Consulta Regional (RCPs) são elementos fundamentais para o diálogo, compreensão mútua e acção concertada no que respeita o desafio das migrações.

O Diálogo de Alto Nível reconhece o valor dos Processos de Consulta Regional (RCPs) e estimula o diálogo entre os mesmos.

## Mensagens fundamentais da OIM para o Diálogo de Alto Nível

- **Melhorar a compreensão sobre a lei da migração beneficiará tanto os Estados como os migrantes**, contribuindo para assegurar o respeito e a protecção dos direitos humanos de todos os migrantes.

OIM compilará e disseminará a informação sobre a lei internacional da migração, a recentemente divulgada base de dados e através da oferta de formação.

O Diálogo de Alto Nível fomentará a continuação destes esforços, chamando a comunidade doadora a apoiar e a tirar proveito no desenvolvimento das suas capacidades de gestão da migração.

O Diálogo de Alto Nível oferece a oportunidade única para os Estados membros da CPLP partilharem as melhores práticas na área da gestão das migrações, e também para o desenvolvimento da cooperação nas áreas chave das migrações

**Assim, é imperativo que cada Estado identifique as suas prioridades em termos de gestão da Migração, para partilha durante o Diálogo de Alto Nível**

# Franck Laczko e Dina Ionescu

Seminário  
Migrações e Políticas de Desenvolvimento no Quadro da CPLP  
6 de Junho 2006  
Lisboa, Portugal

## Envolver as diásporas enquanto agentes para o desenvolvimento: Experiências da Política Internacional

Frank LACZKO  
Dina IONESCU  
Divisão de Pesquisa e Publicações  
OIM Genebra

## ESQUEMA DA APRESENTAÇÃO

- **As Diásporas como agentes para o desenvolvimento**
  - ✓ Definições
  - ✓ Contribuições da Diáspora
- **Respostas políticas Nacionais**
  - ✓ Recomendações Internacionais
  - ✓ Iniciativas actuais
- **Avaliação da política**
  - ✓ Quadro de reflexão sobre as políticas das diásporas
  - ✓ Linhas orientadoras para acções futuras

## AS DIÁSPORAS COMO AGENTES PARA O DESENVOLVIMENTO

## DEFINIÇÕES

- **Inexistência de uma definição comum...**
  - ✓ Diásporas: uma população diversificada
  - ✓ OIM definição de trabalho: "Membros de comunidades nacionais ou étnicas que deixaram os seus países de origem mas que mantêm os vínculos com os seus países de origem"
  - ✓ Outras definições: " A Diáspora Africana consiste em pessoas de origem Africana vivendo fora do continente, independentemente da sua naturalidade ou nacionalidade e que estão dispostos a contribuir para o desenvolvimento do continente e na construção da União Africana" (a União Africana 2005)
- **...mas o tipo de definição utilizada irá influenciar a forma e rumo das respostas políticas**
  - ✓ A definição da União Africana sublinha o conceito de pertença voluntária à diáspora através da vontade de contribuir para o desenvolvimento de África
  - ✓ Esta definição inclui cidadãos e não cidadãos de países Africanos e migrantes e não migrantes

## CONTRIBUIÇÕES DA DIÁSPORA

- **Impactos Positivos:**
  - ✓ Capital Humano
  - ✓ Capital Social
  - ✓ Capital Financeiro
- **Potenciais impactos negativos:**
  - ✓ GCIM 2005: « Apesar do seu potencial valor, as organizações da diáspora podem ser exclusivistas; levando a cabo agendas fraccionadas»
  - ✓ Para os decisores políticos que apoiam as organizações da diáspora é importante lembrar que os grupos da diáspora podem representar limitações em interesses regionais, políticos ou pessoais

## RESPOSTAS POLÍTICAS NACIONAIS

## RECOMENDAÇÕES INTERNACIONAIS

- Migration and Development Communication, Comissão Europeia (2005)
- Report of the Global Commission on International Migration (2005)
- « Global Economic Prospects », Banco Mundial (2005)
- Conselho Executivo da União Africana “Decision on migration and development” (2005)
- « High Level Dialogue », Nações Unidas (2006)

## INICIATIVAS ACTUAIS

### Panorama Geral:

- **Nos países de origem**
  - ✓ Programas governamentais
  - ✓ Instituições que lidam com as diásporas
  - ✓ Serviços Consulares no exterior
- **Nos países de acolhimento**
  - ✓ Co-desenvolvimento
  - ✓ Apoio às iniciativas orientadas para a diáspora
  - ✓ Integração e diásporas
  - ✓ Programas de diversidade étnica e cultural

## INICIATIVAS ACTUAIS

### Capital Humano e Social:

Promovendo redes e circulação de competências através de trocas virtuais e retornos temporários e permanentes

- Bancos de dados de competências das Diásporas: Nigéria, Gana, Benin, Colômbia, México, Portugal, Argentina, África do Sul
- Iniciativas similares: Africa Recruit, MIDA
- E-learning: Ruanda, Suécia
- Retornos Temporários e permanentes: Tunísia, Sri Lanka, Experiência da OIM (RQAN)

## INICIATIVAS ACTUAIS

### Capital Financeiro:

Estímulo do Investimento Directo Externo, transferências financeiras, criação de negócios e empreendedorismo

- Remessas: reduzindo os custos das transacções
- Certificados de aforo para expatriados: Índia, Israel
- Incentivos fiscais: Índia, Filipinas, Etiópia
- Serviços Especiais para as diásporas: Bancos Populares
- Marrocos, Banco Solidario Equador, Banque de l’Habitat
- Senegal
- Papel chave das Câmaras de Comércio
- Feiras de investimento: Africa Recruit

## AVALIAÇÃO DA POLÍTICA

## QUADRO DE RELEXAO SOBRE AS POLITICAS DAS DIÁSPORAS

Objectivos	Opções Políticas	Desafios
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪Fortalecimento dos laços entre as diásporas e o país de origem</li> <li>▪Promover as transferências de remessas</li> <li>▪Estimular o investimento das diásporas</li> <li>▪Encorajar a circulação de competências</li> <li>▪Envolver a diáspora como parceiros para o desenvolvimento</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪Dupla nacionalidade</li> <li>▪Fundos especiais para apoiar os laços da diáspora ao país de origem</li> <li>▪O apoio dos países de origem e de acolhimento às actividades geridas pela diáspora</li> <li>▪Desenvolvimento dos agentes para melhor integrar as diásporas</li> <li>▪Destaque às redes das diásporas enquanto fóruns para a transferência de conhecimento e de competências</li> <li>▪Aumento de laços entre as comunidades da diáspora (e organizações da sociedade civil)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Buscar recursos ao nível da política (humano e financeiro)</li> <li>▪Relutância dos países de origem e de origem às actividades da diáspora</li> <li>▪O envolvimento da Diáspora pode auxiliar apenas algumas regiões dos países de origem</li> </ul>

### LINHAS ORIENTADORAS PARA ACÇÕES FUTURAS 1

- Atender **heterogeneidade** de interesses nas diásporas
- O que consta da **agenda das diásporas**?
- Quem são os **parceiros** das diásporas?
- Qual é a sua **agenda para o desenvolvimento**?
- Respostas específicas às questões de **Género**
- Importância dos **factores soft**: confiança, percepções, imagens...
- Promover a mudança **institucional**
- Identificar **obstáculos**: legislativo, institucional, burocrático...
- Os interesses dos países de **origem** e de **acolhimento** não devem ser diferenciados

13

### LINHAS ORIENTADORAS PARA ACÇÕES FUTURAS 2

#### Relacionar as políticas das diásporas aos direitos das diásporas

- Dupla nacionalidade
- Apoio consular
- Direitos de Voto
- Direitos de propriedade
- Transferibilidade dos direitos de pensão e benefícios sociais
- Simplificação dos procedimentos burocráticos
- Custos de transportes reduzidos

Reconhecimento da dupla nacionalidade (para as diásporas no exterior)

Região	Yes (%)	No (%)	N/A (%)
África	~45	~55	0
América	~65	~35	0
Ásia-Pacífico	~55	~45	0
Europa	~45	~55	0

**Inquérito da OIM à Política das Diásporas 2005**  
49 inquiridos

14

### QUE PAPEL PARA OS GOVERNOS?

- ✓ Papel “Facilitador”
- ✓ Papel de “Inclusão”
- ✓ Papel de “Parceria”
- ✓ Papel “Catalizador”
- ✓ Papel de “Coordenação”

15

# Rui Pena Pires e Filipa Burnay

## MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO

### O Contributo das Diásporas

Rui Pena Pires e Filipa Burnay

Fórum Gulbenkian Imigração | Seminário "Migrações e Políticas de Desenvolvimento no Quadro da CPLP: as Diásporas como Agentes para o Desenvolvimento" | 6 de Junho de 2006

1/24

## Índice

- Migrações e desenvolvimento  
Fuga de cérebros e remessas; os contributos das diásporas
- Inquérito às associações de imigrantes em Portugal  
Diásporas lusófonas; dados técnicos; avaliação das respostas
- O contributo das diásporas: resultados do inquérito  
Redes, retorno, remessas, difusão e empreendedorismo
- Conclusões  
Situação e recomendações

2/24

## 1 Migrações e desenvolvimento

### 1.1 Desenvolvimento e recursos humanos: a "fuga de cérebros"

**Questão:** como compensar a emigração de recursos humanos qualificados que, na África subsariana, pode atingir valores da ordem dos 25% desses recursos, já escassos?

**Hipótese:** reforçando a transformação, ainda que parcial, da "fuga de cérebros" em "circulação de cérebros".

3/24

## 1 Migrações e desenvolvimento

### 1.2 Desenvolvimento e recursos financeiros: as remessas

**Questão:** como otimizar o efeito das remessas sobre o desenvolvimento?

**Hipótese:** canalizando as remessas por vias formais e em moldes cooperativos, criando novas escalas, ampliadas, de aplicação das remessas e valorizando o investimento sobre o consumo, na sua aplicação.

4/24

## 1 Migrações e desenvolvimento

### 1.3 O contributo das diásporas

- Na multiplicação de relações entre origem e destinos
- Na promoção da circulação e retorno de quadros
- Na canalização das remessas por vias formais e em moldes cooperativos
- Na difusão de conhecimento e tecnologia do destino para a origem
- Na possibilitação de iniciativas privadas entre origem e destino

5/24

## 2 Inquérito às associações

### 2.1 Diásporas lusófonas em Portugal

(a) População estrangeira residente em 2004

Origem	2004							
	Total			AR		AP		
	n	%	%	n	%	n	%	
Total	448.794	100,0	—	264.961	59,0	183.833	41,0	
Lusófonos	207.130	46,2	100,0	144.704	69,9	62.426	30,1	
PALOP	140.287	31,3	67,7	115.812	82,6	24.475	17,4	
Angola	35.219	7,8	17,0	26.657	75,7	8.562	24,3	
Cabo Verde	64.043	14,3	30,9	55.469	86,6	8.574	13,4	
Guiné-Bissau	25.102	5,6	12,1	20.779	82,8	4.323	17,2	
Moçambique	5.457	1,2	2,6	4.996	91,6	461	8,4	
São Tomé e Príncipe	10.466	2,3	5,1	7.911	75,6	2.555	24,4	
Brasil	66.841	14,9	32,3	28.890	43,2	37.951	56,8	
Timor	2	0,0	0,0	2	100,0	0	0,0	

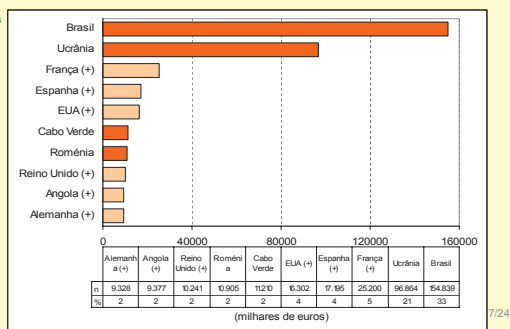
6/24



## 2 Inquérito às associações

### 2.1 Diásporas lusófonas em Portugal

(b) Remessas (média 2002-2004)



7/24

## 2 Inquérito às associações

### 2.2 Dados técnicos sobre o inquérito

- aplicado entre Fevereiro e Abril de 2006;
- enviado a 159 associações;
- respondido por 34 associações;
- das quais 19 com intervenção na área do desenvolvimento

Nacionalidade de origem	Número
Guineense	11
Cabo-verdiana	3
São-tomense	2
Angolana	1
Moçambicana	1
Timorense	1
<b>Total</b>	<b>19</b>

8/24

## 2 Inquérito às associações

### 2.3 Avaliação das respostas

Aspectos negativos:

- não representatividade estatística (desconhecimento das razões e distribuições das não respostas);
- sobre-representação das associações guineenses.

Aspectos positivos:

- informação pormenorizada e diversificada;
- primeira base de informação sobre o tema.

Conclusão: tratamento qualitativo.

9/24

## 3 Resultados do inquérito

### 3.1 Na multiplicação de relações entre origem e destinos

**Objectivo:** desenvolvimento de redes entre diásporas e origem, bem como entre países de origem e de destino.

**Incidência:** frequente.

10/24

## 3 Resultados do inquérito

### 3.1 Na multiplicação de relações entre origem e destinos

**Exemplos de práticas:**

- 1) redes entre associações de imigrantes com a mesma origem mas residentes em diferentes países de destino (guineenses em Portugal, França e, mais raramente, Espanha);
- 2) promoção de processos de geminação entre municípios dos países de destino e do país de origem (Seixal, em Portugal, e León, em Espanha, por um lado, e municípios de Santo Antão e São Vicente, em Cabo Verde, por outro).

11/24

## 3 Resultados do inquérito

### 3.1 Na multiplicação de relações entre origem e destinos

**Limites:**

- 1) centramento excessivo nas relações local/local, inter-associativas e inter-institucionais;
- 2) inexistência de redes lusófonas;
- 3) redes mais latentes do que activas (excepto inter-associativas).

12/24

### 3 Resultados do inquérito

#### 3.2 Na promoção da circulação e do retorno de quadros

**Objectivo:** cruzar informação sobre procura (na origem) e disponibilidade (no destino) de trabalho qualificado, bem como influenciar políticas migratórias na origem e, sobretudo, no destino favorecendo a circulação.

**Incidência:** pouco frequente/rara.

13/24

### 3 Resultados do inquérito

#### 3.2 Na promoção da circulação e do retorno de quadros

**Exemplos de práticas:**

- 1) objectivo inserido nas prioridades das associações;
- 2) bases de dados sobre as diásporas (Cabo Verde);
- 3) associativismo de quadros (guineense).

14/24

### 3 Resultados do inquérito

#### 3.2 Na promoção da circulação e do retorno de quadros

**Limites:**

- 1) projectos de apoio ao retorno/circulação em estado embrionário;
- 2) únicos pedidos de políticas favorecendo circulação foram os relativos à dupla nacionalidade (na origem) e à concessão de vistos de múltiplas entradas (no destino).

15/24

### 3 Resultados do inquérito

#### 3.3 Na canalização das remessas

**Objectivos:** formalização das transferências para menores custos e mais segurança; mobilização, cooperativa, de recursos da diáspora para apoio a projectos de desenvolvimento nas comunidades de origem.

**Incidência:** desconhecida/muito frequente.

16/24

### 3 Resultados do inquérito

#### 3.3 Na canalização das remessas

**Exemplos de práticas:**

- 1) projectos de apoio à construção, reparação e equipamento de escolas e centros de saúde nas localidades de origem (mais frequentes e generalizados);
- 2) projectos de reparação e construção de infra-estruturas locais de transporte, saneamento e redes de abastecimento de água e electricidade nas localidades de origem .

17/24

### 3 Resultados do inquérito

#### 3.3 Na canalização das remessas

**Limites:** predomínio de iniciativas pontuais, com eventuais problemas de manutenção, no futuro, dos equipamentos; necessidade de constituição de fundos de manutenção regulares.

18/24

### 3 Resultados do inquérito

#### 3.4 Na difusão de conhecimento e tecnologia

**Objectivo:** permitir o contributo do trabalho dos quadros da diáspora, ainda que à distância, para a qualificação, na origem, de instituições e processos.

**Incidência:** rara.

19/24

### 3 Resultados do inquérito

#### 3.4 Na difusão de conhecimento e tecnologia

**Exemplo de práticas:** projecto de apoio ao Gabinete da Mulher e da Família; mediação familiar e projecto de empreendedorismo feminino; projecto de apoio ao Supremo Tribunal de Justiça (São Tomé e Príncipe).

**Limites:** raridade, carácter embrionário e predomínio de parcerias com entidades públicas; ausência de consultadoria, no sentido lato, à distância.

20/24

### 3 Resultados do inquérito

#### 3.5 Na possibilitação de iniciativas privadas

**Objectivo:** disponibilizar informação sobre oportunidades comerciais e de investimento na origem e no destino junto de agentes económicos.

**Incidência:** rara.

21/24

### 3 Resultados do inquérito

#### 3.5 Na possibilitação de iniciativas privadas

**Exemplo de práticas:** projecto de desenvolvimento da cultura de milho em Angola, em parceria com a Kellogg's.

**Limites:** raridade, falta de contactos institucionalizados e de parcerias com agentes económicos, individuais (empresas) e colectivos (associações empresariais, câmaras de comércio).

22/24

## 4 Conclusões

#### Situação:

- envolvimento ainda embrionário das associações da diáspora enquanto agentes de desenvolvimento;
- predomínio das iniciativas assistencialistas locais;
- bom potencial de desenvolvimento das redes origem/destinos;
- inexistência de um quadro de acção conjunto no âmbito lusófono.

23/24

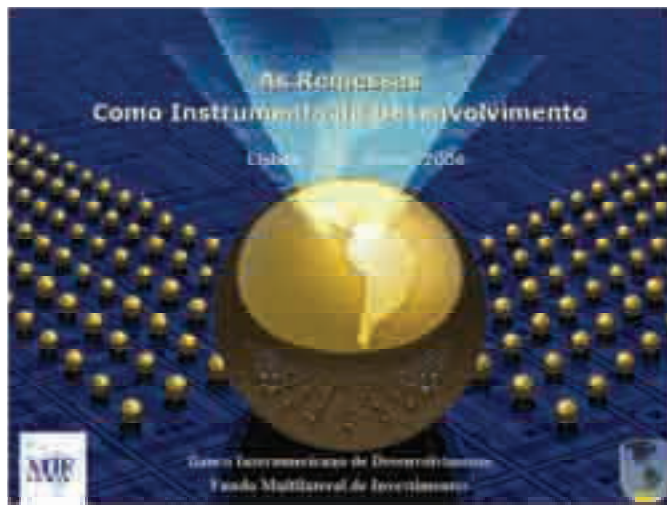
## 4 Conclusões

#### Recomendações:

- dinamização da actuação das associações enquanto agentes para o desenvolvimento;
- reforço da capacidade de acção das associações incentivando a realização de projectos em comum;
- alargamento das relações entre as associações, por um lado, e os agentes económicos e as ONG, por outro;
- constituição de uma plataforma para a intervenção das associações da diáspora no quadro da CPLP.

24/24

# Pedro de Vasconcelos



## O Fundo Multilateral de Investimentos

**Origem e Missão:**  
 O FUMIN foi criado em 1992 para promover e fortalecer o sector privado de ALC.

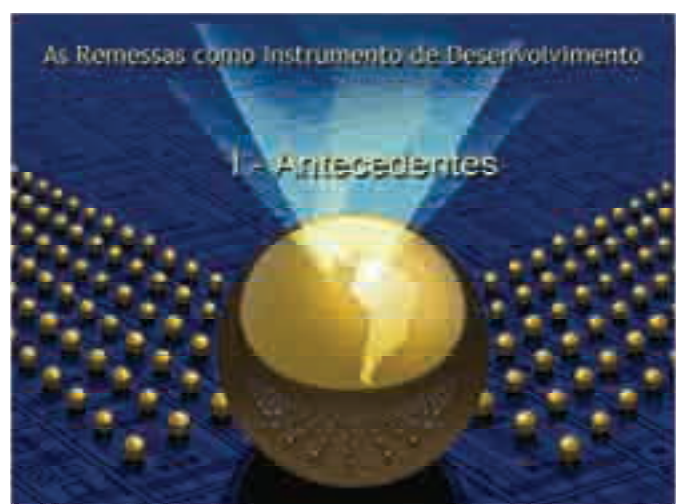
O FUMIN fornece doações para Assistência Técnica nas seguintes áreas:

- de âmbito regulador do sector privado
- Desenvolvimento de recursos humanos
- Melhoria das Micro e PMEs

O FUMIN também investe em PMEs com fundos de investimento.

## As Remessas como Instrumento de Desenvolvimento

- 1 Antecedentes sobre Remessas
- 2 Objectivos e estratégia FUMIN
- 3 Iniciativas e Projectos FUMIN
- 4 Novas Áreas de Financiamento FUMIN



## Antecedentes - Tendências Migratórias -

As Remessas constituem um meio tradicional de apoio às famílias nos países de origem. Este fenómeno é criado por um fluxo laboral a través das fronteiras e constitui um mercado internacional no qual:

## Antecedentes - Volume de Remessas

**As Remessas Constituem um fluxo crítico de moeda estrangeira na ALC**

As implicações macroeconómicas de estas remessas para as economias nacionais e o efeito multiplicador correspondente sobre o consumo e investimento são significativos. O fenómeno das remessas encontra-se actualmente em muitas agendas a nível mundial dado a sua importância e impacto nos temas financeiros e de desenvolvimento.

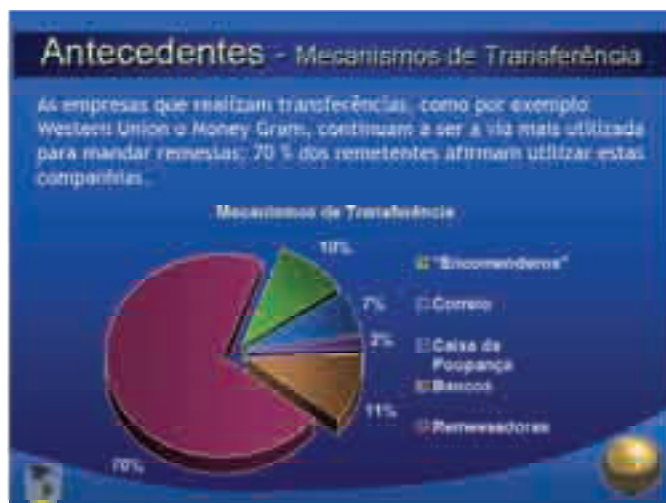


### Antecedentes – Volume de remessas

A nível mundial, a ALC é a região com maior taxa de crescimento no mercado de remessas.

Estima-se que para o ano de 2006 os fluxos de remessas para a ALC de todas as partes do mundo, ultrapassarão

**US\$ 60,000 milhões**  
implicando mais de  
**300 milhões de transacções anuais**



### Antecedentes – Custo de Transferência

- Antes do ano 2000, o mercado de remessas nos países da ALC estavam compostos só por alguns grandes actores e várias pequenas empresas.
- O custo médio de envio situava-se a volta dos 15% do valor da transacção.
- Numa era de transferências electrónicas de recursos, ficou demonstrada a falta de transparência, maturidade e concorrência no mercado de remessas.
- Hoje: 5,6% para a ALC

### Antecedentes – Mal-entendidos

As remessas não são:

- um substituto para a ajuda ao desenvolvimento
- um substituto para políticas públicas de desenvolvimento económico ou social
- um melhor modelo de desenvolvimento para um país

O volume e crescimento das remessas não são causa para festejo. Tal indica que a região não gera suficientes oportunidades laborais para satisfazer as necessidades da sua povoação.

As remessas são um indicio de quebra do desenvolvimento



### Objectivos e Estratégia FUMIN

**Disseminação**

Até hoje, o FUMIN realizou:

- 23 Conferências nos países emissores
- 14 Inquéritos nos países emissores e receptores de remessas
- 10 estudos sobre remessas incluindo: âmbito de mercado e Regulador, e das Diásporas de emigrantes

### Objectivos e Estratégia FUMIN

Com vista a organizar e enfatizar o esforço de este grupo, o FUMIN tem vindo a trabalhar com agentes do sector de remessas afim de elaborar:

**Princípios Básicos sobre remessas**

Que promovem melhores práticas na área de remessas na região



### Objectivos e Estratégia FUMIN

Governos, Instituições Internacionais e outras organizações devem desenvolver os seus programas e as suas políticas de suporte do efeito multiplicador das remessas com um princípio essencial em mente:

**“O dinheiro e deles”.**

Se esses esforços tiverem êxito, as famílias transnacionais terão mais dinheiro disponível para uso próprio e mais opções para usar esses fundos.

### Objectivos e Estratégia FUMIN

As remessas têm vindo a ser assimiladas pela maioria como uma forma de “Ajuda Externa” privada, da qual cada vez mais famílias no mundo dependem.

No entanto, não se deve considerar que estas possam substituir a Ajuda externa nos países da região, nem a responsabilidade dos seus Governos relativamente ao bem-estar da população.

### As Remessas como Instrumento de Desenvolvimento

**III - Projectos e iniciativas FUMIN**

### Projectos e Iniciativas FUMIN

Até hoje, a pasta de projectos de remessas FUMIN contém 23 projectos somando US\$225 milhões (US\$ 62 de assistência Técnica). Os Projectos encontram-se em 3 categorias:

- 1. Ambiente Regulador e Contabilização (Sector Público)**  
Exemplos: Portugal
- 2. Intermediação Financeira, Titularização e Investimento**  
Exemplos: Espanha, Equador, Brasil, Portugal
- 3. Investimento Produtivo em Capital de Emprego**  
Exemplos: Portugal

### Projectos FOMIN: Exemplos

#### Ambiente Regulador e Contabilização de Fluxos

**Programa Regional**  
Melhoria da Metodologia de Contabilização das remessas pelos Bancos Centrais (CEMLA)

**Objectivo:** melhorar e/ou implementar procedimentos para a avaliação estatística das remessas pelos bancos centrais

**Sócio:** Centro de Estudos Monetários Latino-americanos  
**Actividades:** Colaborar com 23 Bancos centrais da ALC para harmonizar as metodologias de avaliação e promover uma melhor divulgação de informação no mercado de remessas.

### Projectos FOMIN: Exemplos

#### Intermediação Financeira, Titularização e Investimento

**Programa Regional**  
Linha de actividade em associação FOMIN-FIDA

**Objectivo:** Promover, através do FIDA, o desenvolvimento económico e financeiro rural mediante a participação das comunidades emigrantes de baixos recursos que são ao mesmo tempo receptoras de remessas. Por meio desta operação incluem-se dois tipos de projectos: a) desenvolvimento de serviços financeiros rurais; e b) desenvolvimento de investimento rural produtivo.

**Sócios:** FIDA e outras instituições elegíveis

### Projectos FOMIN: Exemplos

#### Equador

Redução de Ciclos de remessas de Emigrantes Equatorianos

**Objetivo:** Conectar ao Banco Solidario, entidade microfinancieira regulada, com as caixas de poupança espanholas através dum sistema que permita canalizar directamente remessas entre Espanha e Equador de maneira eficiente.

**Sócios:** Banco Solidario (Equador) CECA (Espanha)  
**Actividades:** financiar infra-estrutura técnica, formação de suporte de mercado para estabelecer associação com as caixas de poupança espanholas

### Projectos FOMIN: Exemplos

#### Investimento Produtivo em Capital de Emprego

**Brasil**

Fundo de capital rico para empresários que regressam

**Objectivo:** Promover actividades empresariais por parte dos brasileiros trabalhando temporariamente fora do país com intenções de voltar ao Brasil e com suficiente experiência empresarial. O projecto também tendo a criar um mecanismo que permita canalizar parte das poupanças dos emigrantes brasileiros de origem japonesa para investimento produtivo.

**Sócio:** SEBRAE - Banco do Brasil

As Remessas como Instrumento de Desenvolvimento

## VI – Novas Áreas - Remessas FUMIN



### Áreas de crescente interesse

- Tecnologia – abertura de novas possibilidades a custos mais baixos, a oferta de uma maior variedade de serviços financeiros
- Habitação – mobilização de poupanças e transformação das poupanças em capital
- Titularização dos fluxos de remessas para criar uma nova fonte de capital de baixos custos e de mais longo prazo para PMEa
- Estudo do impacto do género – as mulheres representam a metade dos remetentes de remessas no mundo assim como a maioria dos receptores de remessas

1000 Nº 107 2017  
Revista IADB Nº 107 2017  
período de 1000

[www.iadb.org](http://www.iadb.org)

Organización Interamericana de Desarrollo  
Banco Multilateral de Inversión







IOM - OIM

EDITADO POR:

**Organização Internacional para as Migrações**

Praça dos Restauradores, 65 – 2º Esq.

1250-188 Lisboa · Portugal

Tel: + 351 21 324 2940

Fax: + 351 21 324 2949

E-mail: [iomlisbon@iom.int](mailto:iomlisbon@iom.int)

Internet : <http://www.iom.int>